



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 3.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 48.^a Legislatura**

Presidência do Senhor
Senador NELSON CARNEIRO

SECRETARIA GERAL DA MESA

BRASÍLIA — 1989

ÍNDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	5
II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS	9
III — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	17
IV — O SENADO FEDERAL NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 48ª LEGISLATURA	21
A — Composição Partidária por Estado e Distrito Federal	23
B — Alterações na Representação dos Estados	29
C — Renúncia	30
D — Afastamento do País	31
D.1 — em missões do Senado	31
D.2 — em missões do Executivo	31
D.3 — em caráter particular	32
E — Licenças concedidas	35
E.1 — para tratar de interesses particulares	35
E.2 — para tratamento de saúde	35
F — Direção	36
G — Lideranças	37
H — O Senado Federal em funcionamento	38
H.1 — Sessões realizadas	38
H.1.1 — Comparecimento às sessões de Ministros de Estado	40
H.2 — Representação externa	41
H.2.1 — Missões do Senado	41
H.2.2 — Missões do Executivo	43
H.3 — Comissões	44
H.3.1 — Comissões Permanentes	44
H.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito	51
H.3.3 — Comissões Especiais Internas	58
H.3.4 — Comissões Temporárias para Exame de Códigos	61
H.3.5 — Comissões Temporárias para Exame de Proposta de Emenda à Constituição	64
H.3.6 — Comissão constituída nos termos do art. 380, item 2, do Regimento Interno	66

	Pág.
H.4 — Participação dos Senadores nos trabalhos da Casa	67
H.4.1 — Proposições apresentadas	67
H.4.2 — Pronunciamentos	69
H.5 — Matéria Legislativa	71
H.5.1 — Propostas de Emenda à Constituição	71
H.5.2 — Projetos de Lei do Senado	72
a) de sessões legislativas anteriores	72
b) da presente sessão legislativa	83
c) arquivados por prejudicialidade	114
d) emendados pela Câmara dos Deputados	120
e) súmula	121
H.5.3 — Projetos de Lei da Câmara	122
a) de sessões legislativas anteriores	122
b) da presente sessão legislativa	146
c) arquivados por prejudicialidade	153
d) súmula	165
H.5.4 — Projetos de Decreto Legislativo	166
a) de sessões legislativas anteriores	166
b) da presente sessão legislativa	171
c) súmula	178
H.5.5 — Projetos de Resolução	179
a) de sessões legislativas anteriores	179
b) da presente sessão legislativa	181
c) súmula	191
H.5.6 — Requerimentos	192
a) de sessões legislativas anteriores	192
b) da presente sessão legislativa	193
c) súmula	216
H.5.7 — Indicação	218
H.5.8 — Propostas de Fiscalização e Controle	219
H.5.9 — Escolha de Autoridades	220
I — O Senado Federal em sua relação com outros órgãos	225
I.1 — Elementos de ligação	225
I.2 — Jornalistas credenciados	226
V — COMPETÊNCIA DO SENADO COMO CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	229
V.1 — Composição da Comissão do Distrito Federal	232
V.2 — Projetos de Lei do Distrito Federal	233
V.3 — Vetos apostos a projetos de lei do Distrito	240
V.4 — Denúncia contra o Governador do Distrito	241
V.5 — Súmula	242
VI — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO (publicado em suplemento a este Relatório)	

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Este relatório contém, objetiva e sucintamente, as atividades legislativas do Senado Federal e do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal reunidos em sessão conjunta) ocorridas durante as reuniões preparatórias e sessão legislativa ordinária de 1989.

O documento registra um período singular na história do Congresso Nacional. Foi o momento inicial de funcionamento sob a égide de uma nova Constituição, arduamente elaborada pelos representantes do povo após um prolongado tempo de regime autoritário de Governo, e promulgada em 5 de outubro de 1988. Nela, ficou estabelecida nova concepção no processo de elaboração das leis, inteiramente diversa da prevalente no período imediatamente anterior. Foi o resultado da nova ordem democrática concebida por um Congresso representativo, participativo e de amplos poderes.

Foi aprovado, então, o novo Regimento Interno do Senado Federal, a Resolução nº 18, de 18 de abril de 1989, espelhando, no processo legislativo, a nova ordem constitucional estabelecida.

Praticamente, a atividade legiferante, sofreu, naturalmente, um processo de ajustes. Seria de se esperar uma baixa produtividade na elaboração das leis, em virtude da nova sistemática. Paradoxalmente, no entanto, a produção legislativa foi altamente significativa. Nunca o Congresso foi tão atuante e interessado, revelando-se um formulador poderoso de políticas públicas de profunda significação nacional, cabendo destacar as áreas do Orçamento, do Direito dos Trabalhadores, Direito Eleitoral, Distribuição de Renda, Comunicações, Proteção ao Consumidor, Participação dos Estados e Municípios na geração de riquezas.

Especial atenção mereceram as Leis Complementares, normas que, pela alta importância de que são revestidas, demandam estudo cauteloso, profundo e que requerem, frequentemente, largo tempo de reflexão.

O Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal reunidos) ocupou-se permanentemente com o estudo das Medidas Provisórias, instituto constitucional novo, que exige decisão rápida, uma espécie de sucedâneo do decreto-lei. Desde a promulgação da Carta Magna o Presidente da República editou nada menos que 127 Medidas Provisórias, uma média de uma a cada três dias úteis. O Congresso Nacional despendeu um esforço inédito na apreciação destas matérias.

A atividade legislativa foi condicionada, também, pela eleição do Presidente da República, o que forçou os políticos a desenvolverem uma intensa atividade político-partidária paralela. Ainda assim, os chamados “recessos brancos” (paralisação da atividade legislativa em períodos que precedem as eleições) foram, praticamente, recursos formais, que não chegaram a dar solução de continuidade à discussão e votação de matérias importantes em Plenário.

Menção especial deve ser feita à importante função constitucional do Senado Federal como Câmara Legislativa do Distrito Federal. Pela primeira vez, o Senado teve em relação ao Distrito Federal competência legislativa plena, não apenas discutindo e votando matérias oriundas do Poder Executivo local, como também tendo a iniciativa das leis sobre todos os aspectos da organização administrativa da Capital da República. Até mesmo os deputados de Brasília puderam iniciar a legislação através de anteprojeto de lei encaminhados à Comissão do Distrito Federal. A eles foi vedado apenas votar as proposições, podendo, porém, participar das atividades políticas envolvidas.

Essa competência, que se extinguirá com a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, após a eleição dos Deputados Distritais, ao final deste ano, como previsto na Constituição, foi exercida em sua plenitude, nos aspectos políticos, econômicos e sociais. Foram tomadas importantes decisões em variada gama de assuntos, como política ambiental, alienação de imóveis, parcelamentos

urbanos, trânsito, educação, saúde, política salarial, código tributário, entre outros. Nunca a sociedade brasileira teve tanta participação, através de seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, na administração do Distrito Federal.

Intensa foi, igualmente, a atividade fiscalizadora do Senado em relação aos atos do Poder Executivo, através das Comissões Permanentes da Casa e, mormente, das Comissões Parlamentares de Inquérito, sobre problemas da vida nacional que estavam a reclamar os necessários e devidos esclarecimentos.

O Senado cumpriu, também ciosamente, suas funções constitucionais privativas, dispostas no art. 52 da Carta Magna, notadamente no que se refere à escolha de autoridades. Pela primeira vez, a Câmara Alta manifestou-se sobre a indicação do Procurador-Geral da República, do Presidente e do Diretor do Banco Central, participando, assim, positiva-

mente, desses dois vitais setores da administração federal.

Eventos políticos importantes foram, ainda, comemorados de modo especial, em sessões solenes especialmente convocadas. Pode-se citar como exemplos, entre outros, o Dia Universal da Classe Trabalhadora, o Bicentenário da Inconfidência Mineira, o Bicentenário da Revolução Francesa, o Centenário da Proclamação da República, o sesquicentenário do nascimento do cronista parlamentar Machado de Assis, todos ocorridos no período.

O Relatório retrata, enfim, um período histórico na vida legislativa brasileira, no qual o Congresso e o Senado prestaram um profícuo e inestimável serviço ao País, cumprindo exemplarmente suas funções constitucionais e legais, sendo peças fundamentais na manutenção do equilíbrio político dessa delicada fase de travessia político-administrativa atual, em direção à tão almejada Democracia Plena.

II – REUNIÕES PREPARATÓRIAS

II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS

Em obediência ao disposto no art. 57 da Constituição da República e no art. 3º da alínea d do Regimento Interno, o Senado Federal realizou, a 15 de fevereiro, duas Reuniões Preparatórias, tendo por finalidade a eleição do Presidente da Casa e demais Membros da Mesa Diretora, para exercerem o mandato da 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 48ª Legislatura.

As 10 horas, sob a presidência do Senador Humberto Lucena, e com a presença de 74 Senadores, deu-se início à primeira reunião, tendo por finalidade a eleição e posse do Presidente do Senado, apresentando-se o Senador Nelson Carneiro como candidato único.

Procedida a votação, foi apresentado o seguinte resultado:

Senador Nelson Carneiro	70 votos
Em branco	2 votos

O Senador Humberto Lucena proclama eleito o Senador Nelson Carneiro e profere a seguinte oração:

“Srs. Senadores, ao me despedir da Presidência do Senado Federal, devo pronunciar rápidas palavras, para dizer que o Senado, apesar de termos vivido dois anos atípicos de Poder Legislativo ordinário, em face da prioridade dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, cumpriu, dentro do possível, as suas atribuições constitucionais.

A grande realização neste período foi, sem dúvida alguma, a nova Constituição, de caráter progressista, promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte, sob a presidência do eminente brasileiro Ulysses Guimarães.

O Senado teve as suas atividades, durante estes dois anos, restringidas a sessões extraordinárias, mas, mesmo assim, produziu o indispensável para que não houvesse solução de continuidade na elaboração legislativa ordinária.

Quanto a nós, a Mesa Diretora, que ora encerramos o nosso mandato, tenho a falar, em meu nome e nos demais membros que a integram, que fizemos o possível, sobretudo

para resgatar a imagem do Senado Federal e do Congresso Nacional aos olhos da opinião pública.

A nossa principal iniciativa, sem dúvida, foi a de repor o Senado Federal, crescentemente, numa linha de absoluta austeridade. Foi por isso que instituímos definitivamente, nesta Casa, o sistema do mérito, através do concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme resolução aprovada, por unanimidade, pelo plenário.

Tivemos a oportunidade de implantar, com o apoio unânime dos Senhores Funcionários, um novo Plano de Saúde, que vai ser custeado por recursos advindos da contribuição dos funcionários e dos Srs. Senadores.

Modernizamos a taquigrafia, colocando-a cada vez mais próxima das novas conquistas da informática.

Executamos um projeto que veio da Mesa anterior, presidida pelo ilustre Senador José Fragelli, criando a Central de Vídeo do Senado Federal, que vai, sem dúvida, ser um dos setores mais importantes da modernização do Senado.

Enquanto essa Central não funciona, fizemos um convênio com a Universidade de Brasília, para permitir a instituição, dependendo apenas da aprovação de um projeto de resolução, pelo Plenário, do Pró-Memória do Senado Federal, que é uma iniciativa de caráter cultural, que tem por objetivo gravar, em imagem e em som, os depoimentos históricos de todos aqueles que compõem o Senado Federal. E quantos eminentes vultos da nossa vida pública não desapareceram ou deixaram o Congresso Nacional sem que deixassem a sua contribuição à História deste País?

Neste sentido, por sugestão da Presidência, a Universidade de Brasília, numa homenagem especial a um dos maiores vultos desta Casa do Congresso da República, indicou o nome do Senador Afonso Arinos de Melo Franco para prestar o primeiro depoimento.

Não nos esquecemos dos Senhores Servidores da Casa, da Gráfica e do Prodasen, e, por isso, tivemos o cuidado de tomar outras

iniciativas relacionadas com o seu bem-estar social, inaugurando restaurantes no Anexo I e no serviço de transporte do Senado, para atender aos seus reclamos.

Por último, diria que saímos um tanto frustrados, porque não conseguimos construir o edifício do Anexo III do Senado Federal — não porque o Senador Affonso Camargo não nos permitisse, mas porque não tivemos os recursos orçamentários necessários, neste ano de 1989, para fazê-lo, diante das conhecidas dificuldades financeiras da União. Esperamos que o nosso sucessor, Senador Nelson Carneiro, execute essa obra, que apesar de combatida por certos setores da imprensa, é indispensável para abrigar a expansão do Senado Federal, sobretudo agora, quando recebemos mais três Senadores do novo Estado do Tocantins e, dentro em pouco, teremos mais 6 Senadores dos Estados de Roraima e Amapá, criados pela nova Constituição.

Ao terminar estas palavras, agradeço sensibilizado todo o apoio e colaboração que recebi, assim como também os demais Membros da Mesa, dos Senhores Senadores sem nenhuma distinção de cor partidária, dos Senhores Funcionários do Senado, da Gráfica e do Prodasen, destacando, em relação aos dois últimos, pois esses setores do Senado Federal e do Congresso — às vezes tão malsinados por certos setores de informação —, foram os pilares básicos que deram o apoio logístico aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Sem a Gráfica e o Prodasen ainda esta-

ríamos reunidos, por mais uns dois anos, para fazer a nova Constituição do Brasil.

Agradeço também, em meu nome e no dos demais Membros da Mesa, aos Senhores Representantes da imprensa escrita, falada e televisada, pela cobertura que deram aos nossos trabalhos e o faço de maneira especial a Emílio Falcão, o nosso comandante do Comitê de Imprensa do Senado Federal, pelo seu zelo, pela sua eficiência à frente desse órgão, do qual sempre recebemos a maior colaboração e a quem sempre, também, emprestamos o nosso total apoio.

Por último, desejo dizer ao Senado Federal que esta Casa presta, hoje, com esta eleição unânime do Senador Nelson Carneiro, uma homenagem justa e merecida a um dos homens públicos mais exemplares deste País, que tanto lutou, ao longo de toda a sua vida parlamentar, sobretudo pelos direitos sociais. A S. Ex^a se deve as grandes conquistas do Direito de Família no Brasil; S. Ex^a hoje empreende também uma grande luta em favor dos idosos.

Espero que o nobre Senador Nelson Carneiro, coroando a sua vida parlamentar, como aconteceu comigo, na Presidência do Senado Federal, eleve cada vez mais alto — porque tem todas as qualidades para fazê-lo —, pela sua inteligência, pelo seu talento, pela sua cultura, pelo seu patriotismo e pelo seu espírito público —, a imagem do Senado Federal e do Congresso Nacional.”

O Senador Nelson Carneiro, já na Presidência, profere o seguinte discurso:

"Srs. Senadores, ascendo à dignidade desta Presidência, que é igualmente a do Congresso Nacional, por nímia bondade de tantos e tão eminentes colegas. Devo manifestar-lhes, de início, minha reverente gratidão, extensiva a quantos, dissentindo da maioria, emprestaram à escolha de meu nome a consagração da divergência, traço característico das assembleias democráticas. O reconhecimento vai além deste venerando recinto, para alcançar a brilhante bancada feminina da Câmara dos Deputados e as associações de mulheres que enfeitaram com sua espontânea homenagem esta hora singular de minha vida.

Sinto que chego ao fim da longa caminhada, de amor e quase paixão pela atividade parlamentar, que acompanhei de novembro de 33 a abril de 47 na Bancada de Imprensa, e de onde baianos desavisados e depois generosos cariocas e fluminenses me conduziram, por 38 anos, à Câmara dos Deputados e a esta Casa. No culto desta constante afeição, fluíram décadas, sem que eu notasse, como previa Drummond, nem onde começa a velhice, nem onde acaba a mocidade. Mas aprendi com Montesquieu, que não é a nova geração que se degenera; essa só se perde quando os homens maduros já estão corrompidos.

Na constância desse terno e demorado encantamento, se não posso, como Ruy, saudar o jubileu de qualquer apostolado, ouso repetir o Mestre ao festejar, sem falsa modéstia, uma existência inteira, sessenta anos de ação e de peleja, enriquecidos pelas lideranças de José Joaquim Seabra, Otávio Mangabeira e Amaral Peixoto.

Percebo, todavia, que estou a descumprir o sábio conselho de que não serve a Deus quem, depois de ter posto a mão no arado, olha para trás. Mas foi no passado, um segundo coração que bate em nós, na palavra de Henri Bataille, que assisti, e tantas vezes participei, das manhãs de sol e dos entardeceres sombrios que marcam a luta pela normalidade constitucional em nosso País. Sofri pelos que cederam, exaltei os que tombaram e me rejubei com os que resistiram e, afinal, venceram. A democracia, gêmea da liberdade, não se faz com tolerância, nem floresce no comodismo. Nem por igual se fortalece em tibiezas e renúncias. Há que lutar, dia a dia, para

conquistá-la, há que vigiar, dia a dia, para conservá-la.

Honrado com a consagradora indicação de meu Partido, assumo, neste momento, a alta magistratura de chefe do Poder Legislativo, que devo exercer, por decisão soberana deste augusto plenário, juntamente com os Poderes Executivo e Judiciário, que a tradição republicana exige harmônicos e independentes entre si. Eis porque confio que, terminado este ruidoso verão, diminuirá a chuva de excepcionalidades, sob pena de sacrificar-se o trabalho regular das duas Casas, numa hora em que a Nação, toda ela, volta para o Congresso Nacional as vistas e as esperanças, certa de que não se retardará a votação das leis complementares e ordinárias, que vivificarão os textos de outubro, tarefa a que nos devemos dedicar antes mesmo que se atualizem o Regimento Comum e o desta Casa, que envelheceram com a ambicionada reconquista das antigas e a conquista das novas prerrogativas parlamentares, acrescidas da recente vigência do sistema pluripartidário.

Para que esforços e dedicações resultem proveitosos, urge continuar a instrumentalização do Senado e, por igual, do Congresso Nacional, para a desobrigação de outros encargos que lhes foram atribuídos pela Constituição. Cabe agora, ao Poder Legislativo, por exemplo, também o controle, e não apenas a fiscalização dos atos do Executivo, incluídos os da administração indireta. O Senado Federal autorizará as operações externas de natureza financeira, fixará os limites globais da dívida consolidada e disporá sobre estes limites e as condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diminuído está o formalismo dos pedidos de informação, incursos em crime de responsabilidade os Ministros de Estado que se retardarem em seu atendimento, ou prestarem esclarecimentos falsos, inclusive os propositamente incompletos. Dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Congresso Nacional. Os Presidentes das duas Casas e os Líderes da Maioria e da Minoria, representam o Congresso Nacional no Conselho da República. Não menos relevante é a presença dos Presidentes da

Câmara dos Deputados e do Senado Federal no Conselho de Defesa Nacional, incumbido de aconselhar o Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático. Tal como ocorre na Itália, ganham as Comissões Permanentes a possibilidade de arquivar proposições que não mereçam apreciação do plenário, enquanto as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação, próprias das autoridades judiciais. Texto expresso declara da competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes. Nos Estados Unidos, no curso de duzentos anos — leio em livro recente —, o entendimento é de que o Congresso pode investigar a aplicação das leis pelo setor executivo, porém não pode investigar o Presidente em si, a menos que se promova juízo político. Vejo fixados aí os limites que a Constituição traçou ao Congresso Nacional. Porque respeitaremos religiosamente a atividade legal dos Poderes Executivo e Judiciário, espero que o Poder Legislativo, escoraçado durante tantos anos, não renunciará a uma só das atribuições que lhe foram constitucionalmente outorgadas. Acredito igualmente inadiável a participação ativa e constante do Congresso Nacional no acompanhamento da política externa, e que não se pode resumir à simples apreciação dos tratados celebrados pelo Poder Executivo e à tradicional aprovação, por esta Casa, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Mas onde, a meu ver, sobrelevam as deficiências funcionais do Legislativo, exigindo o imediato recrutamento dos servidores especializados, alguns esquecidos em atividades meramente burocráticas, e outros dispersos em setores estranhos ao Congresso, é a Comissão Mista encarregada de examinar e opinar sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e os créditos adicionais, cumprindo-lhe, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, solicitar à autoridade governamental que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos

necessários, podendo ouvir o Tribunal de Contas e propor ao Congresso Nacional a sustação do gasto que, a seu juízo, possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública. Há, outrossim, novos desafios a vencer, pela elaboração de proposições com prazos fatais inscritos na Constituição, e que devem ser atacados de imediato, sob pena de falharmos à expectativa geral.

Tribuna da Nação, o Congresso continuará a voz e o eco das aspirações coletivas, o protesto e a esperança, o presente e o futuro.

Estou certo de interpretar o pensamento do Senado Federal ao deixar consignada nos Anais a homenagem devida à Mesa que se despede, presidida pelo eminente Senador Humberto Lucena, e integrada pelos nobres Senadores José Ignácio, Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Odacir Soares, Dirceu Carneiro, João Castelo, Aloízio Bezerra, Francisco Rollemberg, João Lobo e Wilson Martins. A precedência dos trabalhos constitucionais e das sucessivas reuniões do Congresso determinou a quase paralisação da atividade legislativa desta Casa. Mas a administração do biênio que ora se encerra conseguiu o equilíbrio, a operosidade e a correção que justificaram sua investidura.

Ao convocar V. Ex.^{as}, Srs. Senadores, para a ingente missão de recuperar a imagem, tão diuturnamente distorcida do homem público brasileiro, com pernicioso reflexo na opinião pública, cumprimento os prezados confrades da imprensa e dos dedicados servidores da Casa, convencido de que somente unidos poderemos servir a causa da lei, da justiça social, da democracia e da liberdade.

Antes de dar por encerrada a presente reunião e convidar a todos para a solenidade da instalação da 3ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura, às 18 horas de hoje, transmito aos Senhores Senadores, em meu nome e no dos demais companheiros da Mesa, o caloroso agradecimento pela honrosa confiança com que nos distinguiram. E a eles me reúno para rogar que o valioso apoio de Vossas Excelências e a bênção divina jamais nos faltem no decorrer da jornada ora iniciada."

Na 2ª Reunião Preparatória, realizada às 12 horas e 35 minutos, foram eleitos os demais membros que comporão a Mesa, tendo-se apurado o seguinte resultado:

1º Vice-Presidente	— Senador José Ignácio Ferreira	— 70 votos
2º Vice-Presidente	— Senador Alexandre Costa	— 69 votos
1º Secretário	— Senador Mendes Canale	— 71 votos
2º Secretário	— Senador Divaldo Suruagy	— 71 votos
3º Secretário	— Senador Pompeu de Sousa	— 71 votos
4º Secretário	— Senador Louremberg Nunes Rocha	— 72 votos

Suplentes de Secretário:

— Senador Antonio Luiz Maya	— 68 votos
— Senador Áureo Mello	— 65 votos
— Senador Lavoisier Maia	— 65 votos
— Senador Nabor Júnior	— 63 votos

III – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

III — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao art. 57, item I, § 3º da Constituição, e sob a Presidência do Senador Nelson Carneiro, o Congresso Nacional reuniu-se às 18 horas do dia 15 de fevereiro, em Sessão Solene, destinada à instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura.

Além do Presidente, fizeram parte da Mesa os Senadores Mendes Canale e Pompeu de Sousa e ainda o Deputado Paes de Andrade — Presidente da Câmara dos Deputados —, Carlos Cotta e Luiz Henrique. Participou também, como convidado, o Ministro Luiz Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a declaração de abertura dos trabalhos, ouviu-se o Hino Nacional Brasileiro, e em seguida, foi introduzido ao Plenário o Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Dr. Ronaldo Costa Couto que, pela primeira vez, fez a entrega da Mensagem Presidencial, que continha o Plano de Governo para 1989.

Feita a leitura da Mensagem pelo 1º Secretário, o Presidente do Congresso Nacional proferiu a seguinte oração:

“Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Paes de Andrade, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Rafael Mayer, Rev.^{mo} Núncio Apostólico, Dom Carlo Furno, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros de Estado, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Oficiais-Generais, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Joaquim Roriz, minhas Senhoras, meus Senhores.

A sessão do Congresso Nacional que ora se realiza dá início à 3ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura e deve ser encarada como um momento de alta significação ante os compromissos firmados com o povo brasileiro, revestindo-se de caráter solene pela presença das mais altas expressões da vida pública brasileira, das autoridades civis, militares e eclesiásticas e dos Srs. Embaixadores de Missões Diplo-

máticas acreditadas em Brasília, e a que dá singular relevância a Mensagem do Chefe do Poder Executivo, Presidente José Sarney.

A Nação volta-se para este augusto recinto, quando os representantes do povo se unem para afirmar propósitos e semear urgente complementação; há uma ânsia generalizada pela valorização da atividade parlamentar; há um apelo constante para que os Poderes da República harmonizem seus objetivos, reconquistando a credibilidade popular. Vive o País uma grave crise, que desalenta os fracos e alegra os pregoeiros do caos. Uma Nação de cento e quarenta milhões de habitantes, com as suas peculiaridades geográficas e econômicas, como a nossa, previu Tancredo Neves, só vencerá os seus antagonismos lutando, trabalhando e crescendo. A sangria a que tem sido submetida a economia brasileira, para responder, sozinha, por uma dívida da qual não somos os únicos responsáveis, há de ser estancada sem vacilação, antes que a revolta das populações sacrificadas, vítimas do desabrigo, da fome e do desespero, ponha fim à usura escravizadora. A Comissão Carter-Ford destacou, recentemente, que as nações ricas transferiram 35 bilhões de dólares, líquidos, em 1980, às nações pobres. Agora, são as nações pobres que transferem anualmente, para as nações ricas, 30 bilhões de dólares líquidos. Enquanto os que emprestam fixarem unilateralmente os juros para alimentar sua fartura, maiores serão a angústia e a pobreza dos que pagam. Mas este não é nosso destino. Ser livres e continuar sendo pobres — protestou Vargas Llosa — é uma liberdade precária e incompleta.

A natureza premiou o Brasil com riquezas naturais, que continuam a despertar a ambição dos que construíram seu progresso destruindo os bens materiais e humanos que possuía. Para preservar o meio ambiente, patrimônio inalienável da Nação, os Constituintes de 1988 inscreveram no texto da Lei Maior que constituem patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. Não é uma advertência, é um compromisso

que nos cumpre honrar e que honraremos em proveito da própria Humanidade.

O ano de 1989 é um rosário de gloriosas efemérides. Há dois séculos a Revolução Francesa iluminava o mundo. Cem anos completa, em novembro, a mais antiga e constante democracia latino-americana — a costarricense. Em 1789, o sangue de Tiradentes selava o compromisso nacional com a liberdade, o único valor imperecível da História, na síntese de Camus. Começam aqui e agora, quando ainda cantam em nossos ouvidos os acordes do Hino da Pátria, as comemorações do Centenário da República, ensejo reservado às atuais gerações para que meditem sobre a vida das instituições democráticas, que lhes cabe preservar e engrandecer. A Constituição de outubro abriu o debate sobre a forma de governo, ensejando próxima consulta popular sobre a permanência da República ou a restauração da monarquia constitucional. O povo, ontem surpreendido e perplexo na manhã do 14 de novembro, terá afinal a oportunidade de manifestar nas urnas plebiscitárias sua vontade soberana. A abolição precipitou a queda do Império. A República necessita superar os problemas econômicos, sociais e morais que a angustiam, sob pena de sucumbir sob seus terríveis impactos. E não haverá como ressuscitar Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Ferreira Viana, Quintino Bocayuva e os demais signatários do documento de 1870, nem os autores do Manifesto de Itu, para reanimar as esperanças dos que começam a descrever das virtudes de uma República, que tão pouco tempo tem vivido no remanso democrático.

Somos, e queremos ser, uma Nação sem fronteiras para o direito, a paz e a liberdade. Aqui, todas as raças, todas as crenças e todas as ideologias encontram abrigo. Somos o lar que acolhe os perseguidos políticos das várias tendências. As agressões aos Direitos Humanos encontram nossa repulsa, antes que contra elas outros clamores se levantem. A formação de uma comunidade latino-americana, propugnada no texto constitucional, não exclui o entendimento amistoso com todas as Nações do mundo. Somente assim estaremos realizando a cooperação entre os povos para o progresso da Humanidade inscrita no texto constitucional.

Este ano marcará o ansiado encontro do povo brasileiro com as urnas eleitorais, para

a escolha, pelo voto direto e secreto, do Presidente e Vice-Presidente da República. Transpostas estão as etapas da luta em que muitos se empenharam e restam poucos pioneiros para festejar a vitória almejada. Esta é uma encruzilhada decisiva para o futuro do País. A Nação traçará seu próprio destino, menos pelos homens que escolher do que pelas idéias que eles representem. É o momento em que, na frase de Kennedy, não se trata de saber o que a Nação pode fazer por nós, mas sim, o que cada um de nós, do mais insigne ao mais humilde, pode fazer pela Nação.

Iniciamos mais cedo, este ano, as atividades regulares do Congresso Nacional, de maneira a permitir que de logo nos debrucemos na análise dos problemas e no equacionamento de medidas eficazes para debelar a crise, jugular a inflação e enfrentar o desafio do endividamento externo.

Todas essas metas são inadiáveis e exigem, para alcançá-las, a participação corajosa do Congresso Nacional, responsável maior pela democratização do Brasil. Daqui partiram as primeiras vozes, contra o autoritarismo. Aqui ecoaram as manifestações iniciais — e ouvimos ainda o clamor de Teotônio Vilela — pelo retorno ao estado de Direito e o restabelecimento de eleições diretas, livres e secretas. Daqui também partiram os brados pioneiros em favor da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que a providência indicou Ulysses Guimarães para presidir.

É hora de renovar o juramento de obedecer à Constituição e às leis e servir ao progresso e à independência do Brasil.

Deus permita que este ano inicie, em nossa história política, uma nova e alvissareira etapa, de grandes rebeldias e de nobres audácias, que Nabuco via resultarem da responsabilidade, que não ameaça nenhuma independência, nem coarctar qualquer ousadia. Este, o dilema. A nós cumpre dar a Nação a resposta que ela reclama. A Nação quer que sejamos audazes e rebeldes. E não lhe faltaremos.

Agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com seu comparecimento. Convido-as para uma recepção no Salão Negro do Senado Federal."

IV – SENADO FEDERAL

Na Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 48.^a Legislatura

A — COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

Na abertura dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa, os partidos políticos apresentavam a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

(35 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Aluizio Bezerra Nabor Júnior	Rio de Janeiro	Nelson Carneiro
Amazonas	Leopoldo Peres Áureo Mello	Minas Gerais	Alfredo Campos Ronan Tito
Rondônia	Ronaldo Aragão	São Paulo	Severo Gomes
Pará	Almir Gabriel	Goiás	Iram Saraiva Gonzaga Jaime ⁽⁸⁾
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho Mauro Benevides	Distrito Federal	Meira Filho
Paraíba	Humberto Lucena Raimundo Lira	Mato Grosso	Márcio Lacerda
Pernambuco	Luiz Piauhyllino ⁽¹⁾	Mato Grosso do Sul	Mendes Canale Rachid Saldanha Derzi Wilson Martins
Alagoas	João Lira Rubens Vilar ⁽²⁾	Paraná	Leite Chaves
Sergipe	Albano Franco Francisco Rollemberg	Santa Catarina	Dirceu Carneiro Nelson Wedekin
Bahia	Luiz Viana Jutahy Magalhães Ruy Bacelar	Rio Grande do Sul	José Fogaça
Espírito Santo	Gerson Camata João Calmon		

(1) Suplente do Senador Mansueto de Lavar, licenciado até 25-2-89.

(2) Suplente do Senador Teotônio Vilela Filho, licenciado até 21-3-89.

(3) Suplente do Senador Irapuan Costa Júnior, licenciado até 20-3-89.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

(13 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Rondônia	Odacir Soares	Paraíba	Marcondes Gadelha
Pará	João Menezes	Pernambuco	Marco Maciel
Maranhão	Alexandre Costa Edison Lobão	Alagoas	Divaldo Suruagy
Piauí	João Lobo Hugo Napoleão	Sergipe	Lourival Baptista
Rio Grande do Norte	José Agripino	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli		

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA — PSDB

(8 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Piauí	Chagas Rodrigues	Distrito Federal	Pompeu de Sousa
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira	Paraná	José Richa
Rio de Janeiro	Afonso Arinos	Rio Grande do Sul	José Paulo Bisol
São Paulo	Fernando Henrique Cardoso Mário Covas		

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

(5 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Pará Ceará Mato Grosso	Jarbas Passarinho Afonso Sancho Roberto Campos	Maranhão Rio Grande do Norte	João Castelo Lavoisier Maia

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

(5 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Amazonas Rio Grande do Norte Paraná	Carlos De'Carli Carlos Alberto Affonso Camargo	Rondônia Mato Grosso	Olavo Pires Lourenberg Nunes Rocha

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Acre	Mário Maia	Distrito Federal	Maurício Corrêa

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO — PMB

(1 membro)

Estado	Senador
Pernambuco	Ney Maranhão

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

(1 membro)

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

(4 membros)

Estado	Senador	Estado	Senadores
Goiás	Mauro Borges	Tocantins (*)	Antônio Luiz Maya Moisés Abrão Carlos Patrocínio

SEM PARTIDO

Estado	Senador
Minas Gerais	Itamar Franco

(*) Eleitos em 15 de novembro de 1988, prestando compromisso, em 2 de janeiro de 1989. (Art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.)

No transcorrer da sessão legislativa registraram-se as seguintes alterações no quadro partidário:

- 2 de março — Senador Teotônio Vilela Filho: desliga-se do PMDB e filia-se ao PSDB;
- 21 de março — Senador Lavoisier Maia: desliga-se do PDS e, a 26 de julho, filia-se ao PDT;
- 19 de abril — Senador Dirceu Carneiro: desliga-se do PMDB e filia-se ao PSDB;
- 11 de maio — Senador Itamar Franco: filia-se ao PRN;
- 31 de maio — Senador João Castelo: desliga-se do PDS e filia-se ao PRN;
- 7 de junho — Senador Afonso Sancho: desliga-se do PDS;
- 3 de julho — Senador José Paulo Bisol: desliga-se do PSDB e filia-se ao PSB;
- 6 de julho — Senador Almir Gabriel: desliga-se do PMDB e filia-se ao PSDB;
- 15 de agosto — Senador Alfredo Campos: desliga-se do PMDB e filia-se ao PL;
- 3 de outubro — Senador Albano Franco: desliga-se do PMDB, permanecendo sem filiação partidária;
- 4 de outubro — Senador Iram Saraiva: desliga-se do PMDB e, a 8 de novembro, filia-se ao PDT;
- 19 de novembro — Senador Mauro Borges: desliga-se do PDC.

Ao final da sessão legislativa, em virtude das alterações ocorridas, o quadro partidário estava assim constituído:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB
(29 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Aluizio Bezerra Nabor Júnior	Rio de Janeiro	Nelson Carneiro
Amazonas	Leopoldo Peres Áureo Mello	Minas Gerais	Ronan Tito
Rondônia	Ronaldo Aragão	São Paulo	Severo Gomes
Ceará	Cid Sabóia de Carvalho Mauro Benevides	Goiás	Irapuan Costa Júnior
Paraíba	Humberto Lucena Raimundo Lira	Distrito Federal	Meira Filho
Pernambuco	Mansueto de Lavor	Mato Grosso	Márcio Lacerda
Alagoas	João Lira	Mato Grosso do Sul	Wilson Martins Mendes Canale Rachid Saldanha Derzi

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Sergipe	Francisco Rollemberg	Paraná	Leite Chaves
Bahia	Luiz Viana Jutahy Magalhães Ruy Bacelar	Santa Catarina	Nelson Wedekin
Espírito Santo	Gerson Camata João Calmon	Rio Grande do Sul	José Fogaça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

(14 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Rondônia	Odacir Soares	Paraíba	Marcondes Gadelha
Pará	João Menezes	Pernambuco	Marco Maciel
Ceará	Alacoque Bezerra (*)	Alagoas	Divaldo Suruagy
Maranhão	Alexandre Costa Edison Lobão	Sergipe	Lourival Baptista
Piauí	João Lobo Hugo Napoleão	Santa Catarina	Jorge Bornhausen
Rio Grande do Norte	José Agripino	Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

(*) Em substituição ao Senador Afonso Sancho, licenciado até 14-2-90

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA — PSDB

(10 membros)

Estados	Senadores	Estado	Senadores
Pará	Almir Gabriel	Paraná	Sívio Name (**)
Piauí	Chagas Rodrigues	Alagoas	Teotônio Vilela Filho
Espírito Santo	José Ignácio Ferreira	Santa Catarina	Dirceu Carneiro
Rio de Janeiro	Afonso Arinos	Distrito Federal	Pompeu de Sousa
São Paulo	Marcos Mendonça (*) Fernando Henrique Cardoso		

(*) Em substituição ao Senador Mário Covas, licenciado até 11-1-90

(**) Em substituição ao Senador José Richa, licenciado até 27-12-89

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Pará	Jarbas Passarinho	Mato Grosso	Roberto Campos

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

(4 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Amazonas	Carlos De'Carli	Rondônia	Olavo Pires
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto	Mato Grosso	Lourenberg Nunes Rocha

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

(4 membros)

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Mário Maia	Rio Grande do Norte	Lavoisier Maia
Goiás	Iram Saraiva	Distrito Federal	Maurício Corrêa

PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL — PRN

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Maranhão	João Castelo	Minas Gerais	Itamar Franco

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

(3 membros)

Estado	Senadores
Tocantins	Antonio Luiz Maya Carlos Patrocínio Moisés Abrão

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

(2 membros)

Estado	Senador	Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad	Rio Grande do Sul	José Paulo Bisol

PARTIDO LIBERAL — PL

(1 membro)

Estado	Senador
Minas Gerais	Hugo Gontijo (*)

(*) Em substituição ao Senador Alfredo Campos, licenciado até 9-2-90

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO — PMB

(1 membro)

Estado	Senador
Pernambuco	Ney Maranhão

SEM PARTIDO

(3 membros)

Estados	Senadores	Estado	Senador
Sergipe	Albano Franco	Goiás	Mauro Borges
Paraná	Gomes Carvalho (*)		

(*) Em substituição ao Senador Afonso Camargo, licenciado até 20-12-89

B — ALTERAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

Nesta sessão legislativa foram registradas as seguintes alterações na representação dos Estados:

- | | |
|------------------------|--|
| Estado de Alagoas | — a 14 de janeiro, em virtude da renúncia do Senador Guilherme Palmeira, assume o mandato o Senador João Lyra, anteriormente convocado como suplente; |
| | — a 21 de março termina o prazo da licença concedida ao Senador Teotônio Vilela Filho, e, em consequência, deixa o seu suplente, Senador Rubens Vilar, o exercício do mandato; |
| Estado do Piauí | — a 18 de janeiro o Senador Hugo Napoleão reassume o mandato, dele se afastando o suplente anteriormente convocado, Senador Alvaro Pacheco; |
| Estado de Pernambuco | — a 25 de fevereiro, termina o prazo da licença concedida ao Senador Mansueto de Lavor, deixando o exercício do mandato o seu suplente, Senador Luiz Piauhyllino. |
| Estado de Goiás | — a 20 de março termina o prazo da licença concedida ao Senador Irapuan Costa Júnior, deixando, em consequência, o seu suplente, Senador Gonzaga Jaime, o exercício do mandato. |
| Estado do Paraná | — a 18 de agosto o Senhor Enéas Eugênio Pereira Faria assume o mandato em virtude de licença concedida ao Senador titular Affonso Camargo, adotando o nome parlamentar — Enéas Faria; |
| | — a 22 de agosto, em virtude de licença concedida ao Senador Enéas Faria, assume o mandato o 2º suplente do Senador Affonso Camargo, Senhor José Carlos Gomes Carvalho, que adota o nome parlamentar — Gomes Carvalho; |
| | — a 29 de agosto, em virtude de licença concedida ao Senador titular José Richa, assume o mandato o Senhor Sílvio Name que adota o mesmo nome parlamentar; |
| Estado de São Paulo | — a 14 de setembro, em virtude de licença concedida ao Senador titular Mário Covas, assume o mandato o Senhor Marcos Ribeiro de Mendonça que adota o nome parlamentar — Marcos Mendonça; |
| Estado de Minas Gerais | — a 11 de outubro, em virtude de licença concedida ao Senador titular Alfredo Campos, assume o mandato o Senhor Hugo Gontijo que adota o mesmo nome parlamentar; |
| Estado do Ceará | — a 19 de outubro, em virtude de licença concedida ao Senador titular Afonso Sancho, assume o mandato a Senhora Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo que adota o nome parlamentar — Alacoque Bezerra. |

C — RENÚNCIA

Tendo sido eleito Prefeito Municipal de Maceió, no Estado de Alagoas, o Senador Guilherme Palmeira comunica sua renúncia ao mandato de Senador da representação daquele Estado a partir de 1º de janeiro de 1989, sendo convocado, para completar aquela representação, o Senhor Senador João Lyra.

D — AFASTAMENTO DO PAÍS

Comunicações recebidas pela Mesa:

D.1 em missões do Senado

Senadores

Período

Humberto Lucena
José Ignácio Ferreira
João Lobo
Leite Chaves
Márcio Lacerda

de 5 a 23 de janeiro, **DCN** (Seção II), de 15-12-88.

Edison Lobão
Afonso Sancho
Marcondes Gadelha
Pompeu de Sousa
Wilson Martins

de 13 a 18 de março, **DCN** (Seção II), de 9-3-89.

Mendes Canale

de 28 de março a 4 de abril, **DCN** (Seção II), de 28-3-89.

Aluizio Bezerra

de 17 de abril, **DCN** (Seção II), de 29-3-89.

Rachid Saldanha Derzi
Francisco Rollemberg
José Agripino
Mauro Borges
João Calmon

a partir de 10 de abril, **DCN** (Seção II), de 6-4-89.

Nelson Carneiro

de 16 a 21 de maio, **DCN** (Seção II), de 16-5-89.

Albano Franco

de 22 e 23 de junho, **DCN** (Seção II), de 13-6-89.

Jamil Haddad

de 22 a 27 de junho, **DCN** (Seção II), de 24-6-89.

D.2 em missões do Executivo

Senadores

Período

Lourival Baptista

de 26 a 30 de janeiro, **DO** (Seção II), de 24-1-89.

João Menezes

de 2 a 4 de março, **DO** (Seção II), de 1º de março.

Jarbas Passarinho
Marcondes Gadelha

de 12 a 15 de julho, **DO** (Seção II), de 5-7-89.

Humberto Lucena

de 7 a 9 de julho, **DO** (Seção II), de 6-7-89.

Roberto Campos

a partir de 18 de setembro, **DO** (Seção II), de 20 de setembro.

Mauro Benevides

a partir de 20 de setembro, **DO** (Seção II), de 20 de setembro.

Humberto Lucena

a partir de 27 de outubro, **DO** (Seção II), de 18 de outubro.

Chagas Rodrigues

de 24 de novembro a 15 de dezembro, **DO** (Seção II), de 23 de novembro.

João Lobo	de 24 de novembro a 15 de dezembro, DO (Seção II), de 23 de novembro.
João Menezes	a partir de 29 de novembro, DO (Seção II), de 30 de novembro.
Ronaldo Aragão	de 8 a 30 de dezembro, DO (Seção II), de 6-12-89.

D.3 em caráter particular:

Senadores

Período

Afonso Sancho	à França, de 12 a 20 de julho, para participar das festividades de comemoração do Bicentenário da Revolução Francesa.
Albano Franco	a partir de 28 de janeiro; a partir de 13 de março; de 10 a 27 de julho, à República Federal da Alemanha; de 18 a 30 de agosto, para participar da Feira de Produtos Manufaturados Brasileiros, em Tóquio—Japão.
Aluizio Bezerra	de 16 a 19 de junho, para participar do Encontro do Parlamento Latino-Americano pela Soberania do Panamá.
Carlos De'Carli	de 22 a 26 de março; aos Estados Unidos da América do Norte, de 18 a 31 de julho; dias 25 e 26 de setembro, com destino a Montevidéo—Uruguai.
Cid Sabóia de Carvalho	de 14 a 24 de setembro à República Federal da Alemanha e à França.
Divaldo Suruagy	de 27 de fevereiro a 13 de março; a partir de 6 de maio, a Berlim—Alemanha Ocidental, presidindo a delegação brasileira que participará de Seminário sobre Administração Pública.
Edison Lobão	de 26 de dezembro de 1988 a 4 de janeiro de 1989. a partir de 10 de novembro.
Fernando Henrique Cardoso	de 18 a 22 de maio, para participar da Reunião do Comitê Executivo do Interamerican Dialogue, em Washington D.C., USA. de 2 a 12 de junho, para participar, como expositor, da Conferência "América Latina e Europa nos anos noventa: em direção a um novo relacionamento", em Madrid, Espanha. de 12 a 28 de julho. de 10 a 16 de setembro, para participar da Reunião sobre "Estratégias para o Desenvolvimento da Democracia", em Lima, Peru, e do 3º Congresso Chileno de Sociologia, em Santiago, Chile. de 27 de novembro à 2 de dezembro, à Holanda.
Gomes Carvalho	de 6 a 9 de setembro; de 20 a 22 de outubro.
Hugo Napoleão	a partir de 18 de fevereiro, à convite do Institute of Education da Universidade de Londres—Inglaterra; de 25 a 31 de julho, à Buenos Aires, Argentina. a partir de 26 de dezembro.
Irapuan Costa Júnior	de 7 a 20 de março, a convite do Governo da República da África do Sul; de 7 a 14 de junho, em viagem aos EE.UU.; de 14 a 24 de setembro, à República Federal da Alemanha e à França; em viagem à América Central, como Observador do Parlamento Latino-Americano, de 8 a 14 de novembro

Jamil Haddad	de 10 a 18 de agosto, a convite da Embaixada do Governo de Marrocos, assistir colóquio sobre o "Legado da Cultura Árabe às Culturas Latino-Americanas."
João Calmon	a partir de 15 de janeiro; a partir de 30 de abril, para participar do Seminário sobre a melhoria da qualidade da educação primária em países em desenvolvimento, em Anápolis, Maryland — EE.UU; de 14 a 24 de setembro, à República Federal da Alemanha e à França.
João Castelo	de 3 a 8 de fevereiro, ao Uruguai.
João Lyra	de 22 a 31 de maio, a Nova Iorque — EE.UU, representando o Estado de Alagoas, no Encontro de Produtores de Açúcar.
João Lobo	de 14 a 17 de julho, para participar da Reunião do Conselho Executivo da Organização de Parlamentares Árabes e Americanos de Origem Árabe, em Damasco-Síria.
João Menezes	a partir de 18 de maio, em visita à Israel; por 25 dias, a partir de 10 de julho.
Jorge Bornhausen	de 11 a 13 de maio, a convite de Brazilian-American Chamber of Commerce, USA; de 16 a 18 de agosto, ao Uruguai; de 4 a 8 de setembro, à Venezuela.
José Agripino	dias 16 e 17 de março; de 11 a 17 de maio, aos EE.UU. e Guatemala; de 16 a 19 de junho, para participar do "Encontro do Parlamento Latino-Americano pela Soberania do Panamá"; à Itália, de 21 a 29 de julho; de 14 a 24 de setembro, à República Federal da Alemanha e à França.
José Fogaça	ao Japão, de 29 de junho a 3 de agosto.
Lavoisier Maia	dias 16 e 17 de março; de 16 a 19 de junho, para participar do "Encontro do Parlamento Latino-Americano pela Soberania do Panamá".
Leite Chaves	de 22 a 31 de janeiro de 1989; ao Paraguai, dias 28 e 29 de julho.
Leopoldo Peres	de 28 de janeiro a 12 de fevereiro.
Lourenberg Nunes Rocha	de 13 de julho a 12 de agosto.
Lourival Baptista	de 10 a 15 de maio, para participar de solenidades e homenagens na Câmara de Comércio Brasil — EE.UU., em Nova Iorque, EE.UU.
Marco Maciel	de 29 de maio à 5 de junho, à Europa.
Marcondes Gadelha	de 7 a 9 de julho, à Argentina.
Nelson Carneiro	como Membro da Delegação Parlamentar, na Conferência Conjunta dos Parlamntos Latino-Americano e Europeu, em São José da Costa Rica, de 30 de janeiro a 6 de fevereiro.
Nelson Wedekin	à Itália, de 21 a 29 de julho; à Argentina, de 18 a 20 de outubro.
Odacir Soares	de 13 a 26 de janeiro de 1989; de 3 a 21 de maio, para participar de programa educacional junto à Comunidade Econômica Européia.
Rachid Saldanha Derzi	de 14 a 17 de julho, para participar da Reunião do Conselho Executivo da Organização de Parlamentares Árabes e Americanos de Origem Árabe, em Damasco, Síria.
Raimundo Lira	de 21 de julho a 10 de agosto, à Itália, à convite do Governo da República Italiana; de 14 a 24 de setembro, à República Federal da Alemanha e à França.

Roberto Campos

de 22 a 27 de janeiro;
de 6 a 18 de maio;
de 28 de maio a 4 de junho.

Ronaldo Aragão

de 28 de janeiro a 8 de fevereiro, para participar da
Assembléia Geral do Parlamento Latino-Americano, em
São José da Costa Rica.

Severo Gomes

de 18 a 30 de maio, com destino a Israel.

E — LICENÇAS CONCEDIDAS

E.1 para tratar de interesses particulares:

Licença concedida em:

16 de agosto	— Senador Affonso Camargo, de 18 de agosto a 20 de dezembro — 125 dias.
19 de agosto	— Senador Enéas Faria, de 19 de agosto a 20 de dezembro — 124 dias.
23 de agosto	— Senador Afonso Arinos, de 1º de setembro a 30 de outubro — 60 dias.
24 de agosto	— Senador José Richa, de 28 de agosto a 27 de dezembro — 122 dias.
13 de setembro	— Senador Mário Covas, de 13 de setembro a 11 de janeiro de 1990 — 121 dias.
10 de outubro	— Senador Alfredo Campos, de 10 de outubro a 9 de fevereiro de 1990 — 123 dias.
17 de outubro	— Senador Afonso Sancho, de 16 de outubro a 14 de fevereiro de 1990 — 122 dias.

E. 2 para tratamento de saúde:

Licença concedida em:

13 de abril	— Senador Jarbas Passarinho, de 12 a 18 de abril.
18 de abril	— Senador Leopoldo Peres, de 19 a 26 de abril.
27 de abril	— Senador Meira Filho, de 11 a 17 de abril.
30 de maio	— Senador Jutahy Magalhães, de 31 de maio a 14 de junho.
13 de junho	— Senador Raimundo Lira, de 6 a 9 de junho.
13 de junho	— Senador Leopoldo Peres, de 28 a 29 de junho.
2 de agosto	— Senador Afonso Sancho, de 1 a 7 de agosto.
9 de agosto	— Senador Teotônio Vilela Filho, de 26 de julho a 4 de agosto.
22 de agosto	— Senador Jutahy Magalhães, de 23 a 25 de agosto.
6 de setembro	— Senador João Lyra, de 28 de agosto a 12 de setembro.
15 de setembro	— Senador Teotônio Vilela Filho, de 29 de agosto a 8 de setembro.
12 de outubro	— Senador Meira Filho, de 9 a 13 de outubro.
12 de outubro	— Senador João Castelo, de 28 a 29 de setembro.
18 de outubro	— Senador Mário Maia, de 2 a 17 de outubro.
6 de novembro	— Senador Carlos Patrocínio, de 12 a 31 de outubro.
5 de dezembro	— Senador Mário Maia, de 5 a 10 de dezembro.
7 de dezembro	— Senador Carlos De'Carli, de 16 a 23 de novembro.
14 de dezembro	— Senador Aureo Mello, de 21 de novembro a 20 de dezembro.

F — DIREÇÃO

Dirigiu a Casa nesta 3ª Sessão Legislativa Ordinária a Mesa eleita em 15 de fevereiro, estando assim constituída:

Titulares:

Nelson Carneiro	—	Presidente
Iram Saraiva	—	1º Vice-Presidente
Alexandre Costa	—	2º Vice-Presidente
Mendes Canale	—	1º Secretário
Divaldo Suruagy	—	2º Secretário
Pompeu de Sousa	—	3º Secretário
Louremberg Nunes Rocha	—	4º Secretário

Suplentes de Secretário:

Nabor Júnior
Aureo Mello
Lavoisier Maia
Antonio Luiz Maya

G — LIDERANÇAS

Na sessão legislativa o Colégio de Líderes não funcionou em sua composição integral, uma vez que alguns líderes deixaram de indicar, oficialmente, os respectivos vice-líderes.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

Líder — Ronan Tito

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

**Líderes — Marcondes Gadelha (até 6-11-89 e a partir de 22-11-89)
Edison Lobão (de 7 a 21-11-89)**

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA — PSDB

**Líder — Fernando Henrique Cardoso
Vice-líderes — Chagas Rodrigues e José Bisol (*)**

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

**Líder — Moisés Abrão
Vice-líder — Carlos Patrocínio**

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Líder — Jarbas Passarinho

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

**Líder — Affonso Camargo (até 31-7-89)
Vice-líder — Carlos Alberto (exerceu a liderança a partir de 1º-8-89)**

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

**Líder — Mário Maia
Vice-líder — Maurício Corrêa**

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO — PMB

Líder — Ney Maranhão

Obs.: De acordo com o disposto no art. 65 do Regimento Interno, combinado com o estabelecido no art. 7º da Resolução nº 18, de 18 de abril de 1989, somente serão reconhecidas as lideranças das bancadas partidárias, constituídas no Senado após a promulgação daquela Resolução, se integradas por número de membros superior a um vigésimo da composição da Casa.

(*) Em 23 de novembro o Senador Dirceu Carneiro substituiu o Senador José Paulo Bisol.

H — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

H.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado Federal fez realizar 244 sessões plenárias, sendo:

Ordinárias	183
Extraordinárias	59
Especiais	2

As sessões especiais foram destinadas a reverenciar a memória de Francisco Alves Mendes (Chico Mendes), tendo sido realizada a 15 de março, em virtude da aprovação do Requerimento nº 5/89, de autoria do Senador Aluísio Bezerra e outros Senadores, e a homenagear a passagem do sesquicentenário do nascimento de Joaquim Maria Machado de Assis, realizada a 12 de setembro, em virtude da aprovação do Requerimento nº 459/89, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senadores.

Nos termos regimentais e em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, o tempo dos oradores da Hora do Expediente das sessões abaixo indicadas foi destinado a homenagear personalidades e comemorar eventos de significação nacional e internacional:

Sessão

6 de abril	Homenagem ao ex-Senador Roberto Simonsen por ocasião do centenário de seu nascimento — Requerimento nº 30/89, de autoria do Senador Severo Gomes;
11 de abril	Homenagem à memória do ex-Senador Amaral Peixoto — Requerimento nº 44/89, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senadores;
3 de maio	Comemoração do Dia Nacional da Mulher — Requerimento nº 62/89, de autoria do Senador João Menezes e outros Senadores;
7 de junho	Homenagem a Tobias Barreto de Menezes, pelo transcurso do sesquicentenário de seu nascimento e centenário de sua morte — Requerimento nº 276/89, de autoria do Senador Francisco Rollemberg;
13 de setembro	Comemoração do bicentenário da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão — Requerimento nº 398/89, de autoria do Senador Severo Gomes e outros Senadores;
20 de setembro	Homenagem ao cantor Luiz Gonzaga — Requerimento nº 307/89, de autoria do Senador Afonso Sancho e outros Senadores; e
2 de outubro	Comemoração do Dia Nacional do Vereador — Requerimento nº 429/89, de autoria do Senador João Castelo.

Nas sessões abaixo indicadas o Senado Federal prestou homenagens de pesar pelo falecimento das seguintes personalidades:

Em 21 de fevereiro	Ex-Deputado Juarez Antunes — Requerimento nº 4/89, de autoria do Senador Mário Maia e outros Senadores;
Em 15 de março	Ex-Senador Atílio Fontana — Requerimento nº 37/89, de autoria do Senador Jorge Bornhausen e outros Senadores;
Em 27 de março	Ex-Senador Bernardino Viana — Requerimento nº 45/89, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Senadores;
Em 13 de abril	Ex-Ministro Dílson Funaro — Requerimento nº 196/89, de autoria do Senador Dirceu Carneiro;
Em 4 de maio	Ex-Constituinte Antonio Alencar Araripe — Requerimento nº 231/89, de autoria do Senador Mauro Benevides;
Em 9 de maio	Ex-Deputado Carlos Santos — Requerimento nº 237/89, de autoria dos Senadores José Fogaça e Nelson Carneiro;
Em 9 de agosto	Ex-Ministro Oswaldo Trigueiro — Requerimento nº 402/89, de autoria dos Senadores Leite Chaves e Humberto Lucena;
Em 16 de agosto	Ex-Ministro Edmundo de Macedo Soares — Requerimento nº 416/89, de autoria do Senador Nelson Carneiro;
Em 28 de agosto	Ex-Ministro Rubem Ludwig — Requerimento nº 441/89, de autoria do Senador Jarbas Passarinho e outros Senadores;
Em 31 de outubro	Jornalista e ex-Deputado Jaime Câmara — Requerimento nº 594/89, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senadores;
Em 15 de dezembro	Ex-Deputado Estadual, José Soares Madruga — Requerimento nº 757/89, de autoria dos Senadores Ronan Tito e Marcondes Gadelha.

H.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTROS DE ESTADO

Nos termos do disposto no art. 50, *caput*, da Constituição Federal e no art. 418, item I, do Regimento Interno, compareceram ao Plenário do Senado, para prestarem esclarecimentos sobre assuntos pertinentes a suas Pastas, os seguintes Senhores Ministros de Estado:

Na sessão ordinária do dia 18 de abril

Doutor Mailson da Nóbrega, Ministro de Estado da Fazenda, convocado nos termos do Requerimento nº 3/89, de autoria do Senador Marcondes Gadelha, a fim de prestar informações sobre a evolução do conjunto de medidas estabilizadoras da economia comumente chamadas "Plano Verão".

Após a exposição do Sr. Ministro, usaram da palavra, como interpelantes, os Senadores Marcondes Gadelha, Jamil Haddad, Fernando Henrique Cardoso, Cid Sabóia de Carvalho, Iram Saraiva, Dirceu Carneiro, Afonso Sancho, Raimundo Lira, Roberto Campos, Affonso Camargo, Ronan Tito e João Menezes.

Na sessão ordinária do dia 23 de maio

Doutor Vicente Fialho, Ministro de Estado das Minas e Energia, convocado nos termos do Requerimento nº 7/89, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, para prestar informações sobre o fornecimento de energia elétrica no País e suas perspectivas.

Após os esclarecimentos, usaram da palavra, como interpelantes, os Senadores Jutahy Magalhães, Iram Saraiva, Mansueto de Lavor, Leite Chaves, Cid Sabóia de Carvalho, Chagas Rodrigues, Mauro Benevides, Afonso Sancho, Francisco Rollemberg, Divaldo Suruagy e Edison Lobão.

Na sessão ordinária do dia 20 de setembro

Doutora Dorothea Werneck, Ministra de Estado do Trabalho, convocada nos termos do Requerimento nº 409/89, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, para prestar informações pertinentes a sua área.

Após seu pronunciamento, usaram da palavra, como interpelantes, os Senadores Jutahy Magalhães, Gomes Carvalho, Fernando Henrique Cardoso e Ronan Tito.

H.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

H.2.1 — MISSÕES DO SENADO

Foram designados para representar o Senado em missão no exterior e no País, os Senadores:

a) no exterior:

Humberto Lucena José Ignácio Ferreira João Lobo Leite Chaves Márcio Lacerda	Integrantes da Delegação Parlamentar brasileira em visita à República da Coréia, no período de 5 a 23 de janeiro (período de recesso);
Edison Lobão Afonso Sancho Pompeu de Sousa Wilson Martins Marcondes Gadelha	Integrantes da Delegação Parlamentar à 81ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Budapeste, Hungria, de 13 a 18 de março;
Mendes Canale	de 28 de março a 4 de abril, como observador do processo de eleição da Assembléia Nacional do Iraque, à convite do Conselho do Comando da Revolução e da Comissão Suprema daquelas eleições;
Rachid Saldanha Derzi Francisco Rollemberg José Agripino Mauro Borges João Calmon	Integrantes da Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo à Conferência Internacional sobre Turismo, a realizar-se em Haia — Holanda, a partir de 10 de abril;
Aluizio Bezerra	Representante do Senado no Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, na Reunião Preliminar para a Constituição do Parlamento Amazônico;
Nelson Carneiro	Participante, na qualidade de Presidente do Senado, da 1ª Conferência de Presidentes de Parlamentos dos Estados Membros da Comunidade Européia e do Parlamento Europeu, a realizar-se em Madrid — Espanha, de 16 a 21 de maio;
Albano Franco	Representante do Senado no Encontro promovido pelo World Economic Forum sobre a América Latina, a realizar-se em Genebra — Suíça, nos dias 22 e 23 de junho;
Jamil Haddad	Participante do Congresso de Parlamentares Socialistas Latino-Americanos, a realizar-se em Montevidéu — Uruguai, de 22 a 27 de junho;
Francisco Rollemberg Chagas Rodrigues Gerson Camata Lourival Baptista	Integrantes da Delegação do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo à 8ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se em Paris — França, a partir de 25 de agosto;
Humberto Lucena Marcondes Gadelha Leite Chaves Ruy Bacelar Rachid Saldanha Derzi Edison Lobão	Integrantes da Delegação do Senado no Grupo Brasileiro à 82ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Londres — Inglaterra, de 4 a 9 de setembro;

Carlos Alberto

Representante do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano à 82ª Conferência Interparlamentar — Centenário da União, a realizar-se em Londres — Inglaterra, de 1º a 10 de setembro.

b) no País:

Nelson Carneiro
Jamil Haddad
Afonso Arinos
Albano Franco
Roberto Campos
Mendes Canale

Representarem o Senado nos funerais do ex-Senador Amaral Peixoto.

Odacir Soares
Ronaldo Aragão
Olavo Pires
Leopoldo Peres
Carlos De'Carli
Aureo Mello
Jarbas Passarinho
João Menezes
Almir Gabriel
Mário Maia
Aluizio Bezerra
Nabor Júnior
Cid Sabóia de Carvalho
José Ignácio Ferreira
Dirceu Carneiro

Representarem o Senado nas solenidades de instalação do Parlamento Amazônico, a realizar-se em Manaus — AM, de 22 a 25 de junho.

Edison Lobão

Representar o Senado na Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDAM, dia 10 de agosto, em São Luís — Maranhão.

Divaldo Suruagy

Participar do 1º Congresso Brasileiro de Integração Municipal, a realizar-se em São Paulo, de 8 a 11 de agosto,

Márcio Lacerda

Representar o Senado na 223ª Reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, a realizar-se de 27 a 29 de setembro, em Cuiabá — MT.

Ronaldo Aragão

Representar o Senado na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, a realizar-se em Porto Velho, — RO, dia 30 de novembro.

H.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu licença para aceitarem missões, para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Como integrantes de comitiva oficial durante viagens ao exterior do Senhor Presidente da República:

À República Popular de Angola, de 26 a 30 de janeiro:	Lourival Baptista
À República Cooperativa da Guiana, de 2 a 4 de março:	João Menezes
A Paris, França, de 12 a 15 de julho:	Jarbas Passarinho Marcondes Gadelha
À República Argentina, de 7 a 9 de julho:	Humberto Lucena

Como Observadores Parlamentares à XLIV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas:

A partir de 18 de setembro	Roberto Campos
A partir de 20 de setembro	Mauro Benevides
A partir de 27 de outubro	Humberto Lucena
De 24 de novembro a 15 de dezembro	Chagas Rodrigues João Lobo
A partir de 29 de novembro	João Menezes
De 8 a 30 de dezembro	Ronaldo Aragão

H.3 — COMISSÕES

H.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

Até o mês de maio, quando, de acordo com as disposições do novo Regimento Interno, foram constituídas as Comissões Permanentes no Senado, permaneceram em funcionamento apenas aquelas existentes no ano anterior, quando ainda em vigência a Resolução nº 1, de 1987, uma vez restabelecida pela de nº 137/88, e que permaneceram com a seguinte composição:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Ronaldo Aragão
Leopoldo Peres ⁽³⁾
Wilson Martins
Cid Sabóia de Carvalho (Presidente) ⁽⁵⁾
Aluizio Bezerra
Jutahy Magalhães ⁽³⁾

Suplentes

Nelson Carneiro ⁽⁶⁾
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lira
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Alexandre Costa ⁽⁶⁾
Odacir Soares (V. Presidente) ⁽¹⁾ e ⁽⁵⁾

João Menezes
Lourival Baptista ⁽¹⁾

PSDB

Fernando Henrique Cardoso ⁽²⁾
José Paulo Bisol ⁽⁴⁾

Chagas Rodrigues ⁽⁴⁾

Pequenos Partidos

Roberto Campos — PDS
Ney Maranhão — PMB
Maurício Corrêa — PDT

Carlos Alberto — PTB

(1) Indicados em 22 de fevereiro.

(2) Indicado em 24 de fevereiro e substituído, em 11 de abril, pelo Senador Chagas Rodrigues.

(3) Indicados em 10 de março.

(4) Indicados em 16 de março.

(5) Eleitos em 5 de abril.

(6) Excluídos em virtude de sua eleição para a Mesa Diretora.

COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Rachid Saldanha Derzi
Severo Gomes

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

PSDB

Chagas Rodrigues

Pequenos Partidos

Afonso Sancho
Lavoisier Maia
Itamar Franco

Jamil Haddad

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Titulares

Suplentes

PMDB

Aluizio Bezerra
Gerson Camata
Jutahy Magalhães
Mansueto de Lavor
Mauro Benevides
Meira Filho — V. Presidente
Nelson Wedekin ⁽³⁾

Irapuan Costa Júnior
João Lyra
Leopoldo Peres
Ruy Bacelar

PFL

Marcondes Gadelha
João Lobo
Marco Maciel

Edison Lobão
Lourival Baptista

PSDB

José Paulo Bisol
Dirceu Carneiro

José Ignácio Ferreira

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PTB)
Roberto Campos — Presidente (PDS)
Moisés Abrão (PDC)
Maurício Corrêa (PDT)
Ney Maranhão (PMB) ⁽¹⁾

Affonso Camargo (PTB) ⁽²⁾
Carlos Patrocínio (PDC)

- (1) Em 19 de maio, substituído, pelo Senador Jamil Haddad.
(2) Em 30 de agosto, substituído pelo Senador Gomes Carvalho.
(3) Em 6 de outubro, substituído pelo Senador Ruy Bacelar.

Obs.: A Comissão, nos termos do disposto no atual Regimento Interno, será considerada extinta ao final da presente Legislatura. A designação de seus membros foi feita em 4 de maio e a sua instalação, com a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, se deu em 23 de maio.

De acordo com o disposto nos artigos 72 e 77 do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 18, de 1989, foram constituídas no Senado as Comissões Permanentes com novas denominações, composição e atribuições, sendo a designação de seus membros procedida na sessão plenária realizada a 4 de maio, passando aqueles órgãos técnicos a funcionar com a seguinte composição:

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Titulares

Albano Franco ⁽⁸⁾
 Almir Gabriel ⁽⁸⁾
 Gerson Camata
 Irapuan Costa Júnior
 João Lyra
 Mansueto de Lavor
 Nabor Júnior ⁽³⁾
 Raimundo Lira (Presidente) ⁽¹⁾
 Ruy Bacelar
 Severo Gomes
 Wilson Martins

Suplentes

Aluizio Bezerra
 Leite Chaves ⁽²⁾
 Nelson Wedekin ⁽³⁾
 José Fogaça
 Ronaldo Aragão ⁽⁸⁾
 João Calmon
 Luiz Viana
 Márcio Lacerda
 Ronan Tito
 Leopoldo Peres
 Rachid Saldanha Derzi

PMDB

PFL

Edison Lobão ⁽⁷⁾
 Odacir Soares
 Jorge Bornhausen ⁽¹⁾
 Carlos Chiarelli

Hugo Napoleão
 Lourival Baptista
 João Menezes
 José Agripino

PSDB

Dirceu Carneiro
 Teotonio Vilela Filho
 José Richa ⁽⁴⁾

Fernando Henrique Cardoso
 Mário Covas ⁽⁹⁾
 Chagas Rodrigues

PTB

Olavo Pires
 Carlos de'Carlo

Carlos Alberto
 Affonso Camargo ⁽⁶⁾

PDS

Roberto Campos

Jarbas Passarinho

PDC

Moisés Abrão

Mauro Borges ⁽¹⁰⁾

PDT

Maurício Corrêa

Mário Maia

PMB

Ney Maranhão

Afonso Sancho ⁽⁵⁾

PSB

Jamil Haddad

- (1) Eleitos em 10 de maio.
- (2) Substituído, em 17 de junho, pelo Senador Mauro Benevides.
- (3) Substituído, em 22 de maio, pelo Senador Nabor Júnior.
- (4) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Silvio Name.
- (5) Designado, em 30 de agosto, pelo coordenador dos pequenos partidos.
- (6) Substituído, em 30 de agosto, pelo Senador Gomes Carvalho.
- (7) Substituído, em 12 de setembro, pelo Senador Marcondes Gadelha, retornando à integrar a Comissão, em 21 de setembro, em substituição ao Senador Marcondes Gadelha.
- (8) Substituídos, em 13 de setembro, os Senadores Albano Franco, Almir Gabriel e Ronaldo Aragão, respectivamente, pelos Senadores Ronaldo Aragão, Meira Filho e Aureo Mello.
- (9) Substituído, em 29 de setembro, pelo Senador Marcos Mendonça.
- (10) Sem partido a partir de 19 de novembro.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Titulares

Suplentes

PMDB

Almir Gabriel ⁽⁶⁾
José Fogaça
Ronan Tito
Francisco Rollemberg
Humberto Lucena
Cid Sabóia de Carvalho
João Calmon
Ronaldo Aragão
Nelson Wedekin
Raimundo Lira
Jutahy Magalhães

Albano Franco
Aureo Mello
João Lyra
Mansueto de Lavor
Mauro Benevides ⁽²⁾
Nabor Júnior
Severo Gomes
Rachid Saldanha Derzi
Márcio Lacerda
Meira Filho ⁽³⁾
Gerson Camata

PFL

João Lobo
Odacir Soares
Lourival Baptista
Carlos Chiarelli

Edison Lobão
Hugo Napoleão
Marcos Maciel
Jorge Bornhausen

PSDB

José Ignácio Ferreira (Presidente) ⁽¹⁾
José Paulo Bisol
Mário Covas ⁽⁷⁾

Afonso Arinos
José Richa ^(*)
Dirceu Carneiro

PTB

Carlos Alberto
Carlos De'Carli ⁽¹⁾

Olavo Pires
Affonso Camargo ⁽⁵⁾

PDS

Jarbas Passarinho

Afonso Sancho ⁽⁸⁾

PDC

Carlos Patrocínio

Mauro Borges ⁽⁹⁾

PDT

Mário Maia

Maurício Corrêa

PMB

Ney Maranhão

PSB

Jamil Haddad

(1) Eleitos em 11 de maio.

(2) Substituído, em 17 de maio, pelo Senador Leite Chaves.

(3) Substituído, em 3 de junho, pelo Senador Leopoldo Peres.

(4) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Sílvio Name.

(5) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Gomes Carvalho.

(6) Substituído, em 12 de setembro, pelo Senador Severo Gomes.

(7) Substituído, em 20 de setembro, pelo Senador Marcos Mendonça.

(8) Sem partido a partir de 7 de junho.

(9) Sem partido a partir de 19 de novembro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

(21 membros titulares e 21 suplentes)

Titulares

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos ⁽²⁾ ⁽³⁾
Leite Chaves
Mansueto de Lavor
Cid Sabóia de Carvalho (Presidente) ⁽¹⁾
Márcio Lacerda
Jutahy Magalhães
Leopoldo Peres
Mauro Benevides
Francisco Rollemberg

Aluizio Bezerra
Áureo Mello
Humberto Lucena
Raimundo Lira ⁽²⁾
Nelson Wedekin ⁽²⁾
Meira Filho
Ronaldo Aragão
Wilson Martins
João Calmon

PFL

Edison Lobão
Marco Maciel
Odacir Soares (Vice-Presidente) ⁽¹⁾
João Menezes

Lourival Baptista
João Lobo
Hugo Napoleão
José Agripino

PSDB

Chagas Rodrigues
José Paulo Bisol
Afonso Arinos

José Ignácio Ferreira
Fernando Henrique Cardoso
Teotônio Vilela Filho

PTB

Olavo Pires

Carlos Alberto

Composição PRN/PDS

João Castelo

Roberto Campos

PDC

Carlos Patrocínio

Antonio Luiz Maya

PDT

Maurício Corrêa

Mário Maia

Composição PMB/PSB

Ney Maranhão

Jamil Haddad

(1) Eleitos em 5-4-89.

(2) Em 12 de setembro é designado o Senador Nelson Wedekin em substituição ao Senador Alfredo Campos e o Senador José Fogaça, em substituição ao Senador Raimundo Lira.

(3) Em 6 de outubro é designado o Senador Wilson Martins em substituição ao Senador Nelson Wedekin, como titular.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

(25 membros titulares e 25 suplentes)

Titulares

Suplentes

PMDB

Áureo Mello
João Calmon (Presidente) ⁽¹⁾
José Fogaça
Luiz Viana
Márcio Lacerda
Meira Filho
Nelson Wedekin
Wilson Martins
Alfredo Campos ⁽⁴⁾
Mauro Benevides
Ronaldo Aragão ⁽²⁾

Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
João Lyra
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Leite Chaves
Leopoldo Peres
Gerson Camata
Mansueto de Lavor
Severo Gomes
Francisco Rollemberg

PFL	
Hugo Napoleão João Menezes (Vice-Presidente) ⁽¹⁾ Edison Lobão Jorge Bornhausen	João Lobo Marco Maciel José Agripino Carlos Chiarelli
PSDB	
Dirceu Carneiro Fernando Henrique Cardoso José Ignácio Ferreira	Afonso Arinos Mário Covas ⁽⁵⁾ José Paulo Bisol
PTB	
Carlos Alberto Carlos De'Carli	Olavo Pires Affonso Camargo ⁽³⁾
PDS	
Afonso Sancho ⁽⁶⁾	Roberto Campos
PDC	
Antonio Luiz Maya	Carlos Patrocínio
PDT	
Mário Maia	Maurício Corrêa
PMB	
Ney Maranhão	
PSB	
Jamil Haddad	

- (1) Eleitos em 10 de maio.
(2) Substituído, em 22 de maio, pelo Senador Nabor Júnior.
(3) Substituído, em 30 de agosto, pelo Senador Gomes Carvalho.
(4) Substituído, em 12 de setembro, pelo Senador Aluizio Bezerra.
(5) Substituído, em 20 de setembro, pelo Senador Marcos Mendonça.
(6) Sem partido a partir de 7 de junho.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

(21 membros titulares e 21 suplentes)

Titulares

Albano Franco ⁽⁶⁾ ⁽⁷⁾
Humberto Lucena (Presidente)
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Wedekin ⁽³⁾
Rachid Saldanha Derzi
Severo Gomes
Aluizio Bezerra

Marco Maciel
João Lobo (Vice-Presidente)
José Agripino
Hugo Napoleão

Afonso Arinos
Chagas Rodrigues
Fernando Henrique Cardoso

Suplentes

Almir Gabriel ⁽⁶⁾
Leopoldo Peres
Jutahy Magalhães
Nabor Júnior
Alfredo Campos ⁽⁶⁾
Francisco Rollemberg
Mauro Benevides
Raimundo Lira ⁽⁴⁾
Wilson Martins

Edison Lobão
Odacir Soares
Lourival Baptista
Jorge Bornhausen

Teotônio Vilela Filho
José Richa ⁽⁵⁾
José Paulo Bisol

	PTB	
Olavo Pires		Carlos De'Carli
	PDS	
Afonso Sancho ⁽¹⁾		João Castelo ⁽²⁾
	PDC	
Moisés Abrão		Antonio Luiz Maya
	PDT	
Mário Maia		Maurício Corrêa
	composição PSB/PMB	
Jamil Haddad		Ney Maranhão

- (1) Sem partido a partir de 7 de junho.
(2) Filiado ao PRN a partir de 31 de maio.
(3) Substituído, em 22 de maio, pelo Senador Ronaldo Aragão.
(4) Substituído, em 1º de agosto, pelo Senador Nelson Wedekin.
(5) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Sílvio Name.
(6) Substituição, em 13 de setembro, do Senador Albano Franco, pelo Senador Nelson Wedekin (titular); do Senador Almir Gabriel pelo Senador Ronan Tito e Senador Alfredo Campos pelo Senador Márcio Lacerda
(7) Substituição do Senador Nelson Wedekin (titular), em 6 de outubro, pelo Senador Nabor Júnior.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(19 membros titulares e 19 suplentes)

Titulares

Aluizio Bezerra
Aureo Mello
Gerson Camata
João Lira
Leopoldo Peres
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão
Ruy Bacelar

PMDB

Suplentes

Almir Gabriel ⁽³⁾
Cid Sabóia de Carvalho
Francisco Rollemberg
Albano Franco
Alfredo Campos ⁽³⁾
Humberto Lucena
José Fogaça
Ronan Tito

PFL

Edison Lobão (Presidente) ⁽¹⁾
Lourival Baptista
José Agripino

João Lobo
João Menezes
Carlos Chiarelli

PSDB

Teotônio Vilela Filho (Vice-Presidente) ⁽¹⁾
Mário Covas ⁽⁴⁾
José Richa ⁽²⁾

Dirceu Carneiro
Chagas Rodrigues
José Ignácio Ferreira

PTB

Olavo Pires

Carlos De'Carli

PDS

João Castelo ⁽⁵⁾

Jarbas Passarinho

PDC

Mauro Borges ⁽⁶⁾

Carlos Patrocínio

PDT

Maurício Corrêa

Mário Maia

Composição PMDB/PSB

Ney Maranhão

Jamil Haddad

- (1) Eleitos em 10 de maio.
(2) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Sílvio Name.
(3) Substituição, em 12 de setembro, dos Senadores Almir Gabriel e Alfredo Campos, respectivamente, pelos Senadores Márcio Lacerda e Mansueto de Lavor.
(4) Substituído, em 20 de setembro, pelo Senador Marcos Mendonça.
(5) Filiado ao PRN, a partir de 31 de maio.
(6) Sem partido a partir de 19 de novembro.

H.3.2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES E RESPONSÁVEIS PELA IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS.

Criação: Resolução nº 59, de 1987

Autoria: Senador Mauro Borges e outros senadores

Nº de membros: 9 (nove) designados em 19 de agosto de 1987

Prazo de funcionamento em prorrogação: 26 de junho de 1989 (120 dias)

Prorrogação do prazo: 30 dias (requerimento 326/89 (28 de agosto)

30 dias (requerimento 424/89 (27 de setembro)

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Dirceu Carneiro(Presidente)
Nabor Júnior
Gerson Camata (²)
Cid Sabóia de Carvalho (⁴)
Ronaldo Aragão

Márcio Lacerda
Ronan Tito
Nelson Wedekin
Mendes Canale

PFL

Lourival Baptista (Vice-Presidente) (³)
Guilherme Palmeira (¹)

João Lobo

PSDB

José Paulo Bisol

Pequenos Partidos

Mauro Borges (PDC) (Relator)

-
- (1) Renunciou ao mandato em 1º de janeiro, sendo substituído, em 1º de junho, pelo Senador José Agripino.
(2) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Mauro Benevides.
(3) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Edison Lobão.
(4) Substituído, em 30 de agosto, pelo Senador Ronan Tito.

Depoimentos prestados:

30 de março — Francisco de Paulo de Almeida Nogueira Junqueira
4 de abril — Armando Guedes Coelho
12 de abril — Pedro do Carmo Dantas
13 de abril — Josemar Ferreira do Nascimento

18 de abril — João Bosco Ribeiro
 19 de abril — João Manuel Cardoso de Mello
 5 de maio — João Batista de Abreu
 9 de maio — Iris Rezende
 7 de junho — acareação entre os Srs. Josemar Ferreira do Nascimento e Agnaldo Libório
 acareação entre os Srs. Paulo Sérgio Monteiro e João Bosco Ribeiro
 28 de junho — Derval Batista de Paiva
 Inácio Mammana Neto
 Vilson de Luca
 29 de junho — Luiz Gonzaga Belluzo

Conclusão: em 22 de setembro, o Senador Mauro Borges, Relator da Comissão, encaminhou à Mesa do Senado o Relatório Final, de nº 2, publicado no **DCN** de 23 de setembro, em Suplemento ao nº 124, apresentando as seguintes recomendações:

“a) a revisão das Leis nºs 1.079/50 (sobre crimes de responsabilidade) e 1.579/52 (que regula o funcionamento das CPI), bem como do Decreto-Lei nº 2.300/86 (sobre licitações públicas), com vistas a adequar esses diplomas aos atuais reclamos de maior eficácia à ação fiscalizadora do Poder Legislativo e de um mínimo de moralidade na gestão da coisa pública;

b) o encaminhamento do presente Relatório, com seus respectivas anexos, ao Ministério Público (CF, art. 58, **in fine**), para que sejam promovidas as responsabilidades, se for o caso.”

Em 27 de setembro, os Senadores Mauro Borges e Dirceu Carneiro entregaram o Relatório ao Senhor Procurador da República.

Com a conclusão de seus trabalhos, foi a Comissão extinta.

b) DESTINADA A INVESTIGAR FATOS LIGADOS AO ACIDENTE COM A CÁPSULA DE CÉSIO 137, EM GOLÂNIA.

Criação: Resolução nº 184, de 1987

Autoria: Senador Iram Saraiva e outros Senadores

Instalação: 25 de novembro de 1987

Nº de membros: 9 (nove), designados em 18 de novembro de 1987

Prazo: até 28 de março de 1989

Composição

PMDB

Titulares

Iram Saraiva (Presidente)
 José Ignácio Ferreira
 Dirceu Carneiro
 Jutahy Magalhães
 José Paulo Bisol
 Severo Gomes

Suplentes

Almir Gabriel
 Nelson Carneiro
 Alfredo Campos
 Wilson Martins

PFL

Odacir Soares (Relator)

Lourival Baptista (Vice-Presidente)

João Menezes

Pequenos Partidos

Mário Maia (PDT)

Prazo encerrado em 28 de março. Nos termos do disposto no art. 77, II, do Regimento Interno, fica extinta a Comissão.

c) DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE FRAUDE NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS, POR EMPRESAS MULTINACIONAIS, E OS POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA ATUAÇÃO DESSAS EMPRESAS NO PAÍS, INCLUSIVE A DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR E A DESMESURADA ELEVAÇÃO DE PREÇO DE MEDICAMENTOS.

Criação: Resolução nº 42, de 1988.

Instalação: 21 de setembro de 1988.

Nº de membros: 9 (nove), designados em 12 de setembro de 1988.

Prazo de funcionamento: 29 de junho de 1989 (180 dias).

Prorrogação do prazo: 60 dias (Requerimento nº 341/89) até 29-9.

60 dias (Requerimento nº 508/89) até 27-11.

90 dias (Requerimento nº 629/89) até 27-4-90.

Composição

PMDB

Titulares

Leite Chaves (Relator)

Almir Gabriel

Francisco Rollemberg

Severo Gomes

Suplentes

Ronaldo Aragão

Nelson Wedekin

Leopoldo Peres

PFL

Divaldo Suruagy (Presidente) ⁽¹⁾

João Lobo

PSDB

José Paulo Bisol (Vice-Presidente) ⁽²⁾

Pompeu de Sousa

Pequenos Partidos

Afonso Sancho (PDS) ⁽³⁾

Jamil Haddad (PSB)

Louremberg Nunes Rocha (PTB)

Depoimentos prestados:

5 de abril — Adrejus Korokovas

21 de junho — George Washington Bezerra da Cunha
Rogério César Cerqueira Leite

22 de agosto — Seigo Tsuzuki

(1) Substituído, em 13-6 pelo Senador Lourival Baptista.

(2) Substituído, em 28-6 pelo Senador José Inácio Ferreira.

(3) Desliga do PDS em 7-6.

d) DESTINADA A APURAR OS CONFLITOS DE TERRA EXISTENTES NO PAÍS.

Criação: Requerimento n.º 228, de 1988.

Autoria: Senador Leite Chaves e outros senadores.

Instalação: 11 de abril de 1989.

Nº de membros: 9 (nove), designados em 27 de março de 1989.

Prazo inicial de funcionamento: 120 dias, até 30 de junho.

Prorrogação do prazo: 120 dias (Requerimento nº 322/89) até 28-11.

60 dias (Requerimento nº 605/89) até 29-3-90.

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Mansueto de Lavor (Vice-Presidente)
Severo Gomes
Aluízio Bezerra
Márcio Lacerda ⁽¹⁾

Leite Chaves ⁽¹⁾
Cid Sabóia de Carvalho
Ruy Bacelar

PFL

João Menezes
Odacir Soares (Presidente)

João Lobo

PSDB

Teotônio Vilela Filho

José Ignácio Ferreira

Pequenos Partidos

Jamil Haddad (PSB)
Carlos Patrocínio (PDC)

Ney Maranhão (PMB)
Carlos De'Carli (PTB)

- (1) Substituídos, em 29 de março, o Senador Márcio Lacerda pelo Senador Leite Chaves (titular-relator) e este, na suplência, pelo Senador Márcio Lacerda.

Depoimentos prestados:

7 de junho — Iris Rezende
15 de junho — Romeu Tuma
21 de junho — Aloísio Carneiro
9 de agosto — Dom Luciano Mendes de Almeida
13 de setembro — Iris Pedro de Oliveira

e) DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES QUE DETERMINARAM A LIQUIDAÇÃO DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE).

Criação: Resolução nº 8, de 1989.
Autoria: Senador Carlos Chiarelli.
Nº de membros: 9 (nove).
Prazo inicial de funcionamento: 90 dias — até 19 de junho.

Obs.: O prazo da Comissão esgotou-se sem que a mesma tenha sido constituída.

f) DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS.

Criação: Requerimento nº 10, de 1989.
Autoria: Senador Jarbas Passarinho e outros.
Instalação: 9 de março, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do relator.
Nº de membros: 9 (nove), designados em 9 de março.
Prazo inicial de funcionamento: 120 dias, até 30 de junho
Prorrogação do prazo: 60 dias (Requerimento nº 340/89) até 29-9-89.
30 dias (Requerimento nº 506/89) até 30-10-89.

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Leopoldo Peres (Presidente)
 Aluizio Bezerra
 Ronaldo Aragão
 Nabor Júnior

Almir Gabriel
 José Fogaça
 Aureo Mello

PFL

Odacir Soares
 Edison Lobão (Vice-Presidente)

Hugo Napoleão

PSDB

Teotônio Vilela Filho

Chagas Rodrigues

Pequenos Partidos

Jarbas Passarinho (PDS) (Relator)
 Mário Maia (PDT)

Carlos De'Carli (PTB) ⁽¹⁾
 Mauro Borges (PDC)

(1) Substituído, em 20 de março, pelo Senador Olavo Pires.

Depoimentos prestados:

21 de março — Herbert Roger Schubart

31 de março — Gilberto do Carmo Siqueira

4 de abril — Paulo de Tasso Alvim

7 de abril — Márcio Nogueira Barbosa

Volker W. J. H. Kirchhoff

Luiz Carlos Molion

Alberto Setzer

Roberto Pereira da Cunha

19 de abril — João Alves Filho

9 de maio — Roberto Pereira da Cunha

23 de maio — Victor Celso Carvalho

Roberto Pereira da Cunha

Antonio Tebaldi Tardin

Alberto Setzer

Gilvan Meira

25 de outubro — O Senador Jarbas Passarinho, Relator da Comissão, encaminhou à Mesa do Senado o Relatório Final, de nº 4, publicado no **DCN** (Seção II), de 1º de novembro, apresentando as seguintes conclusões:

“... Se executado todo o plano da Eletronorte até o ano 2010, haverá uma instalação de milhões de Kw, com inundação de apenas 0,5% da floresta amazônica;

A pavimentação da BR-364 e sua conexão com a malha rodoviária peruana é uma necessidade econômica e geopolítica;

A Amazônia deve deixar de ser, como atualmente, exportadora líquida de capital, no contexto da economia nacional;

A proposta de conversão parcial da dívida externa em troca da preservação da floresta e do treinamento da mão-de-obra ativa na região tem padecido até agora de oferta insignificante de recursos e necessitaria de melhores entendimentos.”

g) DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA, BEM COMO NO SETOR DE AUTOPEÇAS, QUE É PARTE INTEGRANTE NO SISTEMA.

Criação: Requerimento nº 567, de 1989.

Autoria: Senador Gomes Carvalho e outros.

Instalação: 1º de novembro, com eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Nº de membros: 7 (sete), designados em 31 de outubro.

Prazo de funcionamento: 30 (trinta) dias, até 24 de novembro.

Prorrogação do prazo: 60 dias (Requerimento nº 609/89), até 26 de março de 1990.

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Leopoldo Peres (Presidente)

Raimundo Lira

Francisco Rollemberg

Nelson Wedekin

Ruy Bacelar

PFL

João Menezes ⁽¹⁾

Divaldo Suruagy

PSDB

Pompeu de Sousa (Vice-Presidente)

Sílvio Name

Pequenos Partidos

Carlos Alberto — PTB

Roberto Campos — PDS

Gomes Carvalho (Relator) ⁽²⁾

(1) Substituído, em 7 de novembro, pelo Senador Odacir Soares.

(2) Sem partido.

Depoimentos prestados:

9 de novembro — Pedro Eberhardt

21 de novembro — Jacy Mendonça

22 de novembro — Edgard de Abreu Cardoso

h) DESTINADA A EXAMINAR A LICITUDE E A LEGALIDADE DE OPERAÇÃO DE COMPRA DE PLATAFORMA DE PERFURAÇÃO SEMI-SUBMERSÍVEL TIPO TH 2.800, DO CONSÓRCIO DE EMPRESAS METÁLICAS E UNIÃO INDUSTRIAL DE EMPRESAS, REALIZADA PELA PETROBRÁS.

Criação: Requerimento nº 598, de 1989.

Autoria: Senador Carlos Chiarelli e outros.

Instalação: 5 de dezembro, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Nº de membros: 9 (nove), designados em 21 de novembro.

Prazo: 180 dias, até 6-8-90.

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

José Fogaça
Márcio Lacerda (Relator)
Wilson Martins
Mauro Benevides

Leopoldo Peres
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior

PFL

Odacir Soares
Hugo Napoleão ⁽¹⁾

Marco Maciel

PSDB

Dirceu Carneiro

José Ignácio Ferreira

Pequenos Partidos

Lourenberg Nunes Rocha — PTB (Vice-Presidente)

Roberto Campos — PDS

Jarbas Passarinho — PDS

(1) Substituído, em 4 de dezembro, pelo Senador Carlos Chiarelli, que é eleito Presidente.

H.3.3 — COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

a) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS SOBRE A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO.

Criação: Resolução nº 17, de 1987.

Autoria: Líderes do PMDB, PFL, PDS, PSB e PDT

Instalação: 14 de abril de 1987.

Nº de membros: 9 (nove), designados em 6 de abril de 1987.

Prazo de funcionamento: até 8 de maio de 1989.

Prorrogação do prazo: 60 dias (Requerimento nº 235/89), até 7 de agosto.

8 dias (Requerimento nº 399/89), até 15 de agosto.

15 dias (Requerimento nº 413/89), até 30 de agosto.

Composição	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Aluizio Bezerra Leopoldo Peres Raimundo Lira Ronan Tito	Leite Chaves
PFL	
Carlos Chiarelli (Presidente) Odacir Soares	Jorge Bornhausen
PSDB	
Fernando Henrique Cardoso (Relator)	Teotônio Vilela Filho
Pequenos Partidos	
Roberto Campos — PDS Jamil Haddad — PSB	Affonso Camargo — PTB Itamar Franco — PRN

Em 16 de agosto a Comissão encaminhou à Mesa do Senado o relatório final, publicado no **Diário do Congresso Nacional** (Seção II), de 29 do mesmo mês, em Suplemento ao nº 107, concluindo por observar, quanto ao momento atual:

“1) os banqueiros, a essa altura, esperam o nosso governo para reiniciar as negociações. Por outro lado, têm consciência dos riscos de instabilidade e querem evitar situações como os casos recentes da Venezuela e da Argentina;

2) o governo, a nosso ver, deve proteger um nível mínimo das reservas, ainda que seja necessário manter a centralização do câmbio e atrasar o pagamento de encargos da dívida à comunidade financeira internacional. Um nível de reservas, em caixa, da ordem de US\$ 6,5 bilhões — que representa algo em torno de 150 dias de importações de bens e serviços não fatores — nos indica o limite;

3) manifestamos, a esse respeito, o nosso apoio às medidas propostas no Programa de Emergência entregue pelo Presidente do Congresso Nacional ao Presidente da República, no dia 3 de agosto próximo passado;

4) por fim, registramos nossa solidariedade aos demais países latino-americanos na busca de uma saída digna para esta dramática questão da dívida externa. A estagnação decenal da região requer uma tomada de posição política, o quanto possível em comum. Isso facilitará a retomada do crescimento para assegurar o bem-estar e reduzir drasticamente as condições de pobreza da maioria da população.”

b) DESTINADA A LEVANTAR O GRAU DE ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS NO ENDIVIDAMENTO EXTERNO E INTERNO DO PAÍS.

Criação: Requerimento nº 73, de 1987.

Autoria: Senador Irapuan Costa Júnior e outros Senadores.

Instalação: 18 de setembro de 1987.

Nº de membros: 7 (sete), designados em 31 de agosto de 1987.

Prazo: até 27 de fevereiro de 1989.

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Irapuan Costa Júnior (Presidente)		Nabor Júnior
Chagas Rodrigues		Rachid Saldanha Derzi
José Fogaça		Mansueto de Lavor
Dirceu Carneiro		
	PFL	
Divaldo Suruagy (Relator)		Odacir Soares
José Agripino		

Comissão extinta por decurso de prazo, nos termos do disposto no art. 76, II, do Regimento Interno.

c) DESTINADA A ESTUDAR A QUESTÃO DAS PERDAS SALARIAIS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, POR FORÇA DE DIVERSAS METODOLOGIAS E POLÍTICAS DE REAJUSTES SALARIAIS ADOTADOS.

Criação: Requerimento nº 20, de 1989

Autoria: Senador Carlos Alberto

Instalação: 6 de abril, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator

Nº de Membros: 11 (onze), designados em 30 de março

Prazo de funcionamento: 30 dias — até 13 de abril

Prorrogação do prazo: 30 dias (Ofício nº 1/89) — até 15 de maio

60 dias (Requerimento nº 236/89), até 14 de agosto.

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Albano Franco		Aluizio Bezerra
Dirceu Carneiro		Mauro Benevides
José Fogaça		Raimundo Lira
Jutahy Magalhães		
Márcio Lacerda (Relator)		
	PFL	
Hugo Napoleão		Odacir Soares
Edison Lobão (V. Presidente)		
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Teotônio Vilela Filho
	Pequenos Partidos	
Roberto Campos — PDS		Jarbas Passarinho — PDS
Jamil Haddad — PSB		Moisés Abrão — PDC
Carlos Alberto — PTB (Presidente)		

Em 15 de agosto — Declarada extinta, por decurso de prazo, nos termos do disposto no art. 76, II, do Regimento Interno.

Obs.: A comissão criada pelo Requerimento nº 158, de 1989, cujo prazo terminou em 20 de março de 1989, foi declarada extinta, em 27 de março, sem mesmo ter sido instalada.

d) DESTINADA A APRESENTAR PROPOSIÇÃO REGULANDO A COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO PREVISTA NO ART. 52, INCISOS V, VII, VIII e IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Criação: Requerimento nº 23, de 1989

Autoria: Senador Jutahy Magalhães

Instalação: 6 de abril, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator

Nº de membros: 7 (sete), designados em 30 de março.

Prazo de funcionamento: 30 dias — até 13 de abril

Prorrogação do prazo: 30 dias (Ofício nº 1/89), até 15 de maio

60 dias (Requerimento nº 234/89), até 14 de agosto

60 dias (Requerimento nº 403/89), até 13 de outubro

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor — Relator
Jutahy Magalhães

Alfredo Campos
Ronaldo Aragão

PFL

Jorge Bornhausen ⁽¹⁾

Edison Lobão

PSDB

José Paulo Bisol

José Richa ⁽³⁾

Pequenos Partidos

Affonso Camargo — PTB ⁽²⁾
João Castelo — PDS

Mauro Borges — PDC

(1) Substituído, em 3 de abril, pelo Senador Alexandre Costa, que é eleito Vice-Presidente.

(2) Substituído, em 4 de abril, pelo Senador Louremberg Nunes Rocha, que é eleito Presidente.

(3) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Silvio Name.

Depoimentos prestados:

26 de abril — Ricardo Luiz Santiago

27 de abril — Elmo de Araujo Camões

3 de maio — Luiz Antônio Andrade Gonçalves

Relatório final da Comissão apresentado em 20 de setembro, concluindo por projeto de resolução que tomou o número 62, de 1989, publicado no **Diário do Congresso Nacional** (Seção II), nº 138, de 14-10-89.

H.3.4 — COMISSÕES TEMPORÁRIAS PARA EXAME DE CÓDIGOS

a) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 1984, QUE INSTITUI O CÓDIGO CIVIL.

Reinstalada, com nova composição, em 24 de agosto, com a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e designação do Relator-Geral.

Composição

Titulares

Suplentes

PMDB

Wilson Martins (Relator-Geral)
Luiz Viana (Presidente)
Nelson Wedekin
José Fogaça
Márcio Lacerda ⁽¹⁾

Leopoldo Peres
Alfredo Campos
Mauro Benevides

PFL

Odacir Soares
Marco Maciel (V. Presidente)

João Lobo

PSDB

Afonso Arinos

Pequenos Partidos

Maurício Corrêa — PDT
João Castelo — PDS
Moisés Abrão — PDC

Jamil Haddad — PSB
Ney Maranhão — PMB

Relatores parciais

Parte Geral	Senador Afonso Arinos
Livro I — Parte Especial das Obrigações	Senador Cid Sabóia de Carvalho
Livro II — Parte Especial Atividade Negocial	Senador Maurício Corrêa
Livro III — Parte Especial das Coisas	Senador Odacir Soares
Livro IV — Parte Especial da Família	Senador José Fogaça
Livro V — Parte Especial Sucessões	Senador Jamil Haddad
Livro VI — Parte Especial Livro Complementar	Senador Nelson Wedekin

(1) Substituído, em 29 de agosto, pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Obs.: Na reunião de reinstalação da Comissão, o Senador Nelson Carneiro, na qualidade de ex-relator, apresentou, como subsídio, trabalho de sua autoria sobre a Parte Especial da Família e que foi publicado no **Diário do Congresso Nacional** (seção II), do dia 31 de agosto, em suplemento.

b) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 1986, QUE INSTITUI UM NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO.

Autoria: Senador Cid Sampaio

Composição	
Titulares	Suplentes
PMDB ⁽¹⁾	
Albano Franco	Ruy Bacelar
Raimundo Lira	Severo Gomes
Alfredo Campos	Almir Gabriel
Aluizio Bezerra	
Gerson Camata	
PFL ⁽²⁾	
José Agripino	Odacir Soares
Edison Lobão	
PSDB	
Fernando Henrique Cardoso	
Pequenos Partidos ⁽³⁾	
Jamil Haddad — PSB	Carlos Alberto — PTB
Affonso Camargo — PTB	Roberto Campos — PDS
Itamar Franco — PRN	

(1) Indicados em 1º de junho de 1989.

(2) Indicados em 1º de março de 1989.

(3) Indicados em 15 de março de 1989.

c) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

Projeto de Lei do Senado nº 193/89, de autoria do Senador Ronan Tito, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Projeto de Lei do Senado nº 255/89, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui o Código de Menores; e

Projeto de Lei do Senado nº 279/89, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera dispositivos da Lei nº 6.697/79, que institui o Código de Menores.

Nº de membros: 11 (onze), designados em 1º de setembro.

Instalação: 20 de setembro, com a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e designação do Relator-Geral.

Composição	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Francisco Rollemberg (Relator-Geral)	Leopoldo Peres
João Calmon	Ronaldo Aragão
Wilson Martins	Meira Filho
Mansueto de Lavor	
Nabor Júnior (Presidente)	
PFL	
Alexandre Costa	Odacir Soares
Lourival Baptista	
PSDB	
José Ignácio Ferreira	Pompeu de Sousa
Pequenos Partidos	
Louremberg Nunes Rocha — PTB	Carlos De'Carli — PTB
Jarbas Passarinho — PDS	Ney Maranhão — PMB
Antonio Luiz Maya — PDC (Vice-Presidente)	
Relatores Parciais	

Livro I — Parte Geral Senador Wilson Martins

Livro II — Parte Especial Senador Louremberg Nunes Rocha

d) INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

Projeto de Lei do Senado nº 1/89, de autoria do Senador Ronan Tito, que institui o Código do Consumidor; e

Projeto de Lei do Senado nº 97/89, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a proteção ao consumidor.

Nº de membros: 11 (onze), designados em 3 de maio.

Instalação: 9 de maio, com a eleição do Presidente e do Vice-Presidente e designação dos relatores.

Composição

PMDB	
Titulares	Suplentes
José Fogaça	Ronan Tito
Jutahy Magalhães	Gerson Camata
Ruy Bacelar	Aluizio Bezerra
Iram Saraiva	
Nelson Wedekin	
PFL	
João Menezes (Vice-Presidente)	João Lobo
Alexandre Costa	
PSDB	
Dirceu Carneiro (Relator-Geral)	Teotônio Vilela Filho
Pequenos Partidos	
Carlos De'Carli — PTB (1)	Carlos Alberto — PTB
João Castelo — PDS	Afonso Sancho — PDS
Mauro Borges — PDC	Moisés Abrão — PDC

Relatores Parciais

Título I — Da Defesa do Consumidor	Iram Saraiva
Títulos II e III — Das Infrações Penais a da Defesa do Consumidor em Juízo	Nelson Wedekin
Título IV — Da Fundação Instituto Nacional do Consumo	Ruy Bacelar
Título V — Disposições Finais	Mauro Borges

Depoimentos prestados:

- 16 de maio — João Batista de Almeida — Presidente do CODECON.
Jorge Eluf Neto — Representante do Ministério da Justiça no CODECON.
- 19 de maio — José Geraldo Filomeno — Representante do Ministério Público no CODECON.
Luiz Roberto da Silva Maia — Representante do Ministério da Fazenda no CODECON.
Melchíades do E. Santo Ferreira — Diretor Executivo do PROCON — DF.
Guilherme Jorge da Silva — Assessor Jurídico do PROCON — DF.

A 9 de agosto a comissão apresenta o Parecer nº 143, de 1989, publicado no **Diário do Congresso Nacional** (seção II), suplemento ao nº 94, de 10 de agosto.

Na sessão plenária do dia 16 de agosto é aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 97/89, com emendas.

Na sessão plenária de 30 de agosto é aprovada a redação final do projeto, constante do Parecer nº 162, de 1989, da Comissão, sendo a matéria encaminhada à revisão da Câmara dos Deputados.

Obs.: O Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1984, que institui o Código do Processo Penal, e que se encontrava sob revisão do Senado, foi retirado pelo Presidente da República, através da Mensagem nº 304/89, lida na sessão do dia 20 de novembro e publicada no **Diário do Congresso Nacional** (Seção II), do dia seguinte. Em consequência, extinguiu-se a comissão correspondente.

H.3.5 — COMISSÕES TEMPORÁRIAS PARA EXAME DE PROPOSTAS DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

a) PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1989, QUE ALTERA PRAZOS PARA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GOVERNADORES DE ESTADO, DO DISTRITO FEDERAL E DOS PREFEITOS

Apresentação: 9 de junho de 1989

Autoria: Senador João Menezes e outros Senadores

Designação dos membros: 13 de junho

Instalação: 20 de junho, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Composição

PMDB

Cid Sabóia de Carvalho, Mauro Benevides, Alfredo Campos, Márcio Lacerda, Leopoldo Peres, Francisco Rollemberg (Presidente) e Mansueto de Lavor;

PFL

João Menezes, Edison Lobão e João Lobo;

PSDB

Chagas Rodrigues (Vice-Presidente) e José Paulo Bisol.

Pequenos Partidos

Carlos Alberto (PTB), Moisés Abrão (PDC) Relator, Roberto Campos (PDS) e Maurício Corrêa (PDT).

b) PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1989, QUE MODIFICA O § 3º DO ART. 4º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

Apresentação: 8 de setembro de 1989

Autoria: Senador Olavo Pires e outros Senadores

Designação dos membros: 13 de setembro

Instalação: 21 de setembro, com a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Composição

PMDB

Nelson Wedekin (Presidente), Mansueto de Lavor, Cid Sabóia de Carvalho, Jutahy Magalhães, Wilson Martins, Francisco Rollemberg (Relator) e Meira Filho;

PFL

Alexandre Costa, Lourival Baptista e Divaldo Suruagy;

PSDB

Chagas Rodrigues e Fernando Henrique Cardoso;

Pequenos Partidos

Gomes Carvalho, Mauro Borges (PDC), Jarbas Passarinho (Vice-Presidente) PDS e Ney Maranhão (PMB).

c) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1989, QUE ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 159 E ALTERA O INCISO II DO ART. 161 DA CONSTITUIÇÃO.

Apresentação: 13 de setembro de 1989

Autoria: Senador Marco Maciel e outros Senadores

Designação dos membros: 18 de setembro

Instalação: 11 de outubro, com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Composição

PMDB

Leopoldo Peres (Presidente), Humberto Lucena, Ronaldo Aragão, Mauro Benevides, Márcio Lacerda, José Fogaça e Áureo Mello;

PFL

João Menezes, João Lobo e Edison Lobão (Vice-Presidente);

PSDB

Marcos Mendonça e Teotônio Vilela Filho;

Pequenos Partidos

Olavo Pires (PTB), Antonio Luiz Maya— Relator (PDC), Roberto Campos (PDS) e José Paulo Bisol (PSB).

d) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1989, QUE ACRESCENTA § 6º AO ART. 5º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.

Apresentação: 12 de outubro de 1989.

Autoria: Senador Leopoldo Peres e outros Senadores.

Designação: 16 de outubro.

Instalação: 19 de outubro com a eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator.

Composição

PMDB

Leite Chaves (Presidente), José Fogaça, Ronan Tito, Mauro Benevides, Márcio Lacerda, Mansueto de Lavor (Relator) e Francisco Rollemberg;

PFL

Marco Maciel (Vice-Presidente), João Lobo, Jorge Bornhausen;

PSDB

Fernando Henrique Cardoso e Chagas Rodrigues.

Pequenos Partidos

Carlos De'Carli (PTB), Mauro Borges (PDC), Jarbas Passarinho (PDS) e Mário Maia (PDT).

e) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1989, QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES.

Apresentação: 15 de dezembro de 1989 (sessão extraordinária das 9h).

Autoria: Senador Nelson Carneiro e outros Senadores:

f) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1989, QUE ACRESCENTA ARTIGO AO TEXTO CONSTITUCIONAL PREVENDO A CRIAÇÃO E DEFININDO A COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE REMUNERAÇÃO PÚBLICA.

Apresentação: 15 de dezembro de 1989 (sessão extraordinária das 13h40min).

Autoria: Senador Marcos Mendonça e outros Senadores.

Obs.: As duas últimas Propostas, tendo sido apresentadas no último dia da sessão legislativa, não tiveram indicados os seus membros o que deverá ser procedido no início da próxima sessão legislativa.

**H.3.6 — COMISSÃO CONSTITUÍDA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO
ITEM 2 DO ARTIGO 380 DO REGIMENTO INTERNO**

Denunciante: Dr. Hercílio Ricarti

Denunciados: Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal
Superior Eleitoral

Recebimento da denúncia e constituição da Comissão: 20 de outubro.

Instalação: 26 de novembro.

Composição

PMDB

Cid Sabóia de Carvalho, Humberto Lucena — José Fogaça, Leite Chaves, Luiz Viana,
Mauro Benevides, Nelson Wedekin e Wilson Martins (Relator).

PFL

Alexandre Costa, Divaldo Suruagy e João Menezes.

PSDB

Chagas Rodrigues, Marcos Mendonça e José Ignácio Ferreira.

Pequenos Partidos

Lourenberg Nunes Rocha (PTB), Jarbas Passarinho (PDS — Presidente), ⁽¹⁾, Carlos
Patrocínio (PDC), Maurício Corrêa (PDT) e Ney Maranhão (PMB).

(1) Substituído, em 30 de outubro, pelo Senador Antônio Luiz Maya.

H.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

H.4.1 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Senadores	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Resolução	Projeto de Lei do DF	Projeto de Decreto Legislativo	Requerimento	Parecer	Emenda	P E C
Affonso Camargo	1	—	—	—	1	1	2	—
Afonso Arinos	—	—	—	—	1	1	—	—
Afonso Sancho	1	—	—	—	3	1	2	—
Alacoque Bezerra	2	—	—	—	—	2	—	—
Albano Franco	2	—	—	—	4	1	4	—
Alexandre Costa	—	—	—	—	1	2	—	—
Alfredo Campos	1	—	—	—	1	1	—	—
Almir Gabriel	—	—	—	—	—	—	1	—
Aluizio Bezerra	—	—	—	—	2	5	2	—
Antônio Luiz Maya	8	—	—	—	14	58	—	—
Aureo Mello	3	—	1	—	3	21	10	—
Carlos Alberto	4	—	—	—	4	—	—	—
Carlos Chiarelli	5	1	—	—	4	2	6	—
Carlos De'Carli	2	—	—	—	1	1	—	—
Carlos Patrocínio	—	—	—	—	3	4	—	—
Chagas Rodrigues	—	—	—	—	3	9	—	—
Cid Sabóia de Carvalho	1	—	—	—	8	13	5	—
Dirceu Carneiro	3	—	—	—	6	4	3	—
Divaldo Suruagy	8	—	—	—	—	1	—	—
Edison Lobão	13	—	—	—	6	18	2	—
Fernando Henrique Cardoso	24	3	—	—	14	6	56	—
Francisco Rollemberg	24	1	—	—	4	19	2	—
Gerson Camata	4	—	—	—	4	11	—	—
Gomes Carvalho	3	—	—	—	3	15	21	—
Hugo Gontijo	—	—	—	—	—	2	—	—
Hugo Napoleão	1	—	—	—	1	4	1	—
Humberto Lucena	5	—	—	—	5	—	2	—
Iram Saraiva	12	—	—	—	1	1	5	—
Irapuan Costa Júnior	1	1	—	—	2	4	5	—
Itamar Franco	18	1	—	—	127	2	8	—
Jamil Haddad	9	1	—	—	11	6	—	—
Jarbas Passarinho	6	—	—	1	9	4	17	—
João Calmon	—	—	—	—	2	3	—	—
João Castelo	—	—	—	—	2	1	4	—

Senadores	Projeto de Lei do Senado	Projeto de Resolução	Projeto de Lei do DF	Projeto de Decreto Legislativo	Requerimento	Parecer	Emenda	P E C
João Lobo	1	—	—	—	3	8	2	—
João Lyra	—	—	—	—	2	—	—	—
João Menezes	11	—	—	—	19	5	6	1
Jorge Bornhausen	4	—	—	—	2	—	—	1
José Agripino	2	1	—	—	2	2	—	—
José Fogaça	3	—	—	—	2	5	—	—
José Ignácio Ferreira	15	—	—	—	6	2	—	—
José Paulo Bisol	1	—	—	—	—	2	—	—
José Richa	1	—	—	—	2	—	11	—
Jutahy Magalhães	30	3	—	—	51	16	19	—
Lavoisier Maia	4	—	—	—	1	—	—	—
Leite Chaves	3	—	—	—	7	15	8	—
Leopoldo Peres	6	—	—	—	4	13	2	1
Lourenberg Nunes Rocha	14	—	—	—	6	6	7	—
Lourival Baptista	—	—	—	—	9	10	—	—
Luis Viana	1	—	—	—	3	2	—	—
Mansueto de Lavor	2	—	—	—	3	3	2	—
Márcio Lacerda	21	—	—	1	1	11	—	—
Marco Maciel	11	—	—	—	5	5	1	1
Marcondes Gadelha	—	—	—	—	6	—	3	—
Marcos Mendonça	13	1	—	—	3	1	—	1
Mário Covas	1	—	—	—	1	—	—	—
Mário Maia	2	—	—	—	11	8	2	—
Maurício Corrêa	14	1	3	3	22	26	27	—
Mauro Benevides	5	—	—	—	9	39	—	—
Mauro Borges	5	—	—	—	—	3	—	—
Meira Filho	—	—	1	—	9	32	—	—
Mendes Canale	2	—	—	—	2	19	3	—
Moisés Abrão	1	1	—	—	—	5	—	—
Nabor Júnior	—	—	—	—	10	38	—	—
Nelson Carneiro	7	—	—	—	5	—	—	1
Nelson Wedekin	6	—	—	—	1	7	—	—
Ney Maranhão	4	1	—	—	5	9	—	—
Odacir Soares	11	—	—	—	5	13	—	—
Olavo Pires	3	—	—	—	—	3	—	1
Pompeu de Sousa	5	—	4	—	38	138	2	—
Rachid Saldanha Derzi	—	—	—	—	4	3	3	—
Raimundo Lira	—	—	—	—	5	—	—	—
Roberto Campos	3	—	—	—	4	3	—	—
Ronaldo Aragão	3	—	—	—	2	5	—	—
Ronan Tito	11	1	—	—	33	8	4	—
Ruy Bacelar	3	—	—	—	1	2	—	—
Severo Gomes	8	—	—	1	10	6	—	—
Sílvio Name	1	—	—	—	2	1	—	—
Teotônio Vilela Filho	5	—	—	—	2	1	—	—
Wilson Martins	1	—	—	—	—	14	1	—

H.4.2 — PRONUNCIAMENTOS

(proferidos até a sessão do dia 7 de dezembro)

Senadores	Discurso	Aparte	Discussão	Encaminha- mento Votação	Questão de Ordem	Pela Ordem	Explicação Pessoal	Breve Comuni- cação
Affonso Camargo	3	2	2	—	—	—	—	—
Afonso Arinos	2	5	—	—	—	—	1	—
Afonso Sancho	21	57	—	—	—	1	—	1
Alacoque Bezerra	5	—	—	—	—	—	—	—
Albano Franco	5	5	—	—	—	—	—	—
Alexandre Costa	—	4	—	—	—	—	—	—
Alfredo Campos	10	—	—	—	—	—	—	1
Almir Gabriel	1	2	—	—	—	—	—	—
Aluizio Bezerra	12	14	—	—	—	—	1	4
Antônio Luiz Maya	25	9	—	1	—	1	—	—
Aureo Mello	22	27	1	1	1	2	—	2
Carlos Alberto	8	16	—	1	—	—	—	2
Carlos Chiarelli	9	10	1	—	1	—	—	1
Carlos De'Carli	6	2	—	—	1	—	—	—
Carlos Patrocínio	13	5	3	1	—	2	—	2
Chagas Rodrigues	6	46	5	8	5	7	1	12
Cid Sabóia de Carvalho	28	33	8	10	10	12	2	—
Dirceu Carneiro	12	13	4	3	4	—	—	—
Divaldo Suruagy	14	32	2	—	—	—	—	—
Edison Lobão	48	52	9	5	2	3	2	1
Fernando Henrique Cardoso	7	12	3	1	3	7	—	1
Francisco Rollemberg	52	26	2	—	—	1	—	—
Gerson Camata	1	7	1	1	—	5	—	—
Gomes Carvalho	19	32	2	—	—	—	—	—
Hugo Gontijo	3	1	—	—	—	—	—	—
Hugo Napoleão	4	12	—	—	—	1	—	1
Humberto Lucena	16	15	3	2	3	1	—	3
Iram Saraiva	12	4	—	1	—	1	—	3
Irapuan Costa Júnior	3	4	—	1	—	—	—	1
Itamar Franco	15	17	9	3	7	10	1	1
Jamil Haddad	43	18	12	7	4	23	—	4
Jarbas Passarinho	33	66	12	12	1	24	—	2
João Calmon	12	10	—	1	—	—	—	—
João Castelo	3	1	—	—	—	—	—	—
João Lobo	8	27	1	1	—	—	2	1

Senadores	Discurso	Aparte	Discussão	Encaminha- mento Votação	Questão de Ordem	Pela Ordem	Explicação Pessoal	Breve Comuni- cação
João Lyra	1	5	—	—	—	—	—	—
João Menezes	30	32	7	23	3	10	—	2
Jorge Bornhausen	7	4	—	1	—	—	—	—
José Agripino	1	6	—	—	—	—	—	—
José Fogaça	12	35	4	3	—	7	—	1
José Ignácio Ferreira	15	4	1	1	1	1	—	2
José Paulo Bisol	1	1	1	1	—	1	3	—
José Richa	—	—	—	—	—	—	—	1
Jutahy Magalhães	99	143	7	21	10	58	2	3
Lavoisier Maia	8	—	—	—	—	—	—	—
Leite Chaves	33	40	18	5	1	4	2	5
Leopoldo Peres	4	32	—	—	—	4	—	1
Lourenberg Nunes Rocha	6	1	—	—	—	—	—	—
Lourival Baptista	87	4	—	1	—	—	1	4
Luis Viana	1	3	—	—	—	—	—	—
Mansueto de Lavor	11	27	2	2	—	4	—	—
Márcio Lacerda	5	—	—	—	—	—	—	—
Marco Maciel	20	16	—	—	—	—	—	—
Marcondes Gadelha	19	34	6	10	3	11	—	5
Marcos Mendonça	3	1	2	1	1	1	—	2
Mário Covas	2	1	—	—	—	1	—	—
Mário Maia	57	52	2	5	—	7	—	3
Maurício Corrêa	13	12	17	12	5	15	2	4
Mauro Benevides	65	112	7	4	—	8	—	7
Mauro Borges	8	5	—	—	—	1	—	—
Meira Filho	11	16	2	4	1	—	—	1
Mendes Canale	3	1	—	—	—	—	—	—
Moisés Abrão	—	3	—	—	—	—	—	—
Nabor Junior	13	15	—	1	—	—	—	—
Nelson Carneiro	11	5	1	1	—	—	—	3
Nelson Wedekin	44	5	—	—	—	—	—	—
Ney Maranhão	38	52	—	—	1	1	—	2
Odacir Soares	31	28	—	1	2	1	—	—
Olavo Pires	13	5	—	—	—	1	—	—
Pompeu de Sousa	22	16	3	3	—	—	—	1
Rachid Saldanha Derzi	4	24	—	—	—	2	—	1
Raimundo Lira	3	4	—	—	—	—	—	—
Roberto Campos	4	2	2	1	1	7	—	—
Ronaldo Aragão	17	18	—	1	—	—	1	—
Ronan Tito	14	53	13	10	11	42	1	3
Ruy Bacelar	23	4	—	—	—	—	—	1
Severo Gomes	2	6	1	—	—	—	—	—
Sílvio Name	2	1	—	—	—	—	—	—
Teotônio Vilela Filho	2	—	—	—	—	—	—	—
Wilson Martins	5	11	1	—	—	—	—	—

H.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

H.5.1 — PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/89	João Menezes	Altera os prazos estabelecidos no § 6º do art. 14, para desincompatibilização do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos.	Rejeitada
2/89	Olavo Pires	Modifica o § 3º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Rejeitada
3/89	Marco Maciel	Acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.	Em tramitação
4/89	Leopoldo Peres	Acrescenta um § 6º ao art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Em tramitação
5/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.	Em tramitação
6/89	Marcos Mendonça	Acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.	Em tramitação

H.5.2 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
154/75 (Complementar)	Luiz Cavalcante	Altera as Leis Complementares nºs 7/70 e 8/70, com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares nºs 17/73 e 19/74; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT) e dá outras providências.	Em tramitação
183/77 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta § 2º ao artº 2º da Lei Complementar n 26 de 1975.	Em tramitação
269/77 (Complementar)	Osires Teixeira	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-Lei nº 406, de 1968.	Em tramitação
305/77 (Complementar)	Itamar Franco	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 91 e acrescenta parágrafos à Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional).	Em tramitação
128/78 (Complementar — tramita em conjunto com os PLS nºs 153, 159, 252, 330/78 e 50 e 152/79)	Vasconcelos Tórres	Determina que o pagamento do PIS-Pasep seja efetuado através de cheques bancários.	Em tramitação
262/79 (Tramita em conjunto com o PLC nº 68/79)	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle de capital de empresa nacional para pessoas jurídicas estrangeiras.	Em tramitação
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.	Em tramitação
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	À Câmara
298/80 (Complementar)	Amaral Furlan	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971.	Em tramitação
305/80 (Complementar)	Humberto Lucena	Altera a Lei Complementar nº 26 de 1975.	Em tramitação
25/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a isenção do IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	Em tramitação
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas e fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes, produtos repelentes odoríficos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo e dá outras providências.	Em tramitação
90/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	Em tramitação
97/81 (Complementar)	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 1970.	Em tramitação
110/81 (Ver PLS nº 118/84)	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Em tramitação
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações, mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-Lei nº 157, de 1967.	Em tramitação
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Em tramitação
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	A Câmara
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), para o fim de dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	A Câmara Lei nº 7.875, de 13-11-89
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S.A. — Embrafilme, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta-metragem nas programações das estações de televisão.	Em tramitação
286/81 (Complementar)	Franco Montoro	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo do PIS/Pasep para a aquisição ou construção de casa própria.	Em tramitação
309/81 (Complementar)	Franco Montoro	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Em tramitação
379/81 (Complementar)	José Richa	Dispõe sobre a remoção na Magistratura de carreira dos Estados e dá outras providências.	Em tramitação
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	Em tramitação
75/82	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 552 do Código de Processo Civil.	A Câmara
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância benzeno, da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios da Vara Cível a fazerem comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	Em tramitação
114/82	Eunice Michiles	Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de dois anos.	A Câmara
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	Em tramitação
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
150/82 (Complementar)	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que dispõe sobre a remuneração de vereadores.	Em tramitação
158/82 (Complementar)	Itamar Franco	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei, e dá outras providências.	Em tramitação
164/82 Tramita em conjunto com PLS nº 277/86	Itamar Franco (Complementar)	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	Em tramitação
204/82	Gastão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	Em tramitação
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	Em tramitação
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros, e dá outras providências.	Em tramitação
11/83	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Em tramitação
29/83	Gastão Müller	Limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.	Em tramitação
58/83	Murilo Badaró	Dispõe sobre cobrança de multas pelas concessionárias de serviço público.	Em tramitação
66/83	Passos Pôrto	Institui o Projeto Nordeste e dá outras providências.	Em tramitação
98/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	Em tramitação
129/83	Gastão Müller	Obriga os passageiros e tripulantes de embarcações a usar colete salva-vidas durante as travessias fluviais e lacustres.	Em tramitação
140/83	Roberto Campos	Favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.	Em tramitação
142/83	Roberto Campos	Regulariza, sem aumento de incidência, o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.	Em tramitação
144/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
178/83	Gastão Müller	Veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais e dá outras providências.	Em tramitação
185/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a cobertura da apólice de seguro habitacional.	Em tramitação
187/83	Passos Pôrto	Estabelece normas de uso do solo agrícola.	Em tramitação
198/83 (Complementar)	Mauro Borges	Estabelece a região metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.	Em tramitação
230/83 (Complementar)	Gastão Müller	Revoga a Lei Complementar nº 28, de 1975, e dá outras providências.	Em tramitação
232/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana, bem como a legislação do seguro de acidentes do trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
271/83 (Complementar) (Tramita em conjunto com o PLS nº 85/84)	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o levantamento de recursos do PIS-Pasep para aquisição da casa própria.	Em tramitação
13/84	Comissão Especial	Estabelece normas sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional, revoga o Decreto-Lei nº 898, de 1969, e dá outras providências.	Em tramitação
20/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo.	Em tramitação
29/84	Passos Pôrto	Inclui, no polígono das secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.	Em tramitação
48/84	Roberto Campos	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	Em tramitação
51/84 (Complementar — Tramita em conjunto com o PLS nº 132/84)	Humberto Lucena	Dá nova redação aos arts. 4º, inciso X, e 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 25, de 1975, alterada pela Lei Complementar nº 45, de 1983, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.	Em tramitação
62/84	Gastão Müller	Habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção e dá outras providências.	Em tramitação
63/84	Albano Franco	Dispõe sobre as Letras Comerciais.	Em tramitação
75/84	Gastão Müller	Acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
80/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da CLT, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho.	Prejudicado
85/84 (Complementar) — vide PLS nº 271/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 26, de 1975, com vistas a permitir a utilização dos depósitos do PIS-Pasep na amortização de empréstimos para a casa própria.	Em tramitação
91/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público e da atividade privada, para efeito de aposentadoria pelo INPS.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
98/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre isenção do tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19 da Constituição Federal.	Em tramitação
107/84	Gastão Müller	Proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.	Em tramitação
111/84	Gastão Müller	Estabelece o Seguro-Fiança como garantia indisputável e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais e dá outras providências.	Em tramitação
114/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília.	Em tramitação
132/84 (Complementar) — vide PLS nº 51/84	Henrique Santillo	Altera o inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 25, de 1975, com a alteração introduzida pela Lei Complementar nº 38, de 1979.	Em tramitação
147/84	Nelson Carneiro	Atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.	Em tramitação
150/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.771, de 1965, com vistas ao estabelecimento de mais restrições ao desmatamento.	A Câmara
152/84	Gastão Müller	Torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam a apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo Sindicato dos Aeronautas.	Em tramitação
167/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Estatística, a produção de informações estatísticas e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	Gastão Müller	Dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.	Em tramitação
194/84	Gastão Müller	Torna obrigatório o laudo de peritos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas obras de arte, e dá outras providências.	Em tramitação
231/84	Gastão Müller	Dispõe sobre a extração e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.	Em tramitação
235/84	Henrique Santillo	Substitui no texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e nos artigos onde constar o termo Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo.	A Câmara
244/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Isenta de encargos fiscais as transmissões imobiliárias que especifica.	Em tramitação
246/84 (Complementar)	Raimundo Parente	Altera a redação do art. 7º da Lei Complementar nº 1, de 1967, modificada pelas Leis Complementares nºs 28, de 1975; 32, de 1977; 33, de 1978, e 46, de 1984.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
10/85 (Complementar)	Affonso Camargo	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1982, que altera a Lei Complementar nº 5, de 1970, que estabeleceu casos de inelegibilidade.	Em tramitação
14/85 (Complementar)	Fábio Lucena	Restringe a exigência do art. 6º da Lei Complementar nº 1, de 1967.	Em tramitação
19/85 (Complementar)	Odacir Soares	Cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.	Em tramitação
44/85 (Complementar)	Carlos Chiarelli	Altera a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que regula o Programa de Integração Social — PIS, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pasep.	Em tramitação
64/85 (Complementar)	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias o material fotográfico nacional.	Em tramitação
105/85	Jutahy Magalhães	Cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, e dá outras providências.	A Câmara
106/85	Gastão Müller	Institui a Semana Nacional da Democracia, cujo Patrono é Tancredo de Almeida Neves.	Em tramitação
127/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis nºs 3.502, de 1958, e 3.164, de 1957, a outros casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
154/85	Gastão Müller	Denomina Rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.	Em tramitação
182/85	Virgílio Távora	Altera o caput do art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	Em tramitação
202/85 (Complementar)	Heráclito Rollemberg	Altera o Código Tributário.	Em tramitação
216/85	Gastão Müller	Modifica o caput do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor.	Em tramitação
220/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que estabelece critérios e limites para fixação da remuneração dos vereadores, com vistas a determinar um piso para tal remuneração.	Em tramitação
231/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Florestal, e dá outras providências.	Em tramitação
232/85	Gastão Müller	Torna isenta de custas judiciais e cartorárias a ação ou contestação judicial de qualquer natureza, visando a preservação do meio ambiente.	A Câmara
275/85 (Complementar)	Raimundo Parente	Isenta do Imposto Predial os promitentes compradores de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
280/85	Poder Executivo DF	Concede ao Dr. Plínio Catanhede, ex-Prefeito do Distrito Federal, um subsídio mensal e vitalício e dá outras providências.	A sanção Lei nº 25, de 22-6-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
289/85	Jutahy Magalhães	Altera a base de cálculo e alíquotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, de que trata o Decreto-Lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação
309/85	Heráclito Rollemberg	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — Funabei, e dá outras providências.	Em tramitação
317/85	Gastão Müller	Altera o art. 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.	Em tramitação
319/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo e dá outras providências.	Em tramitação
320/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica.	Em tramitação
337/85	Enéas Faria (Complementar)	Dispõe sobre o subsídio de vereadores e dá outras providências.	Em tramitação
353/85	Nivaldo Machado	Isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra e dá outras providências.	Em tramitação
358/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a profissão de Zootecnista.	Em tramitação
360/85	Gastão Müller	Retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.	Em tramitação
363/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.	Em tramitação
367/85	Gastão Müller	Fixa o valor da taxa de inscrição e expediente cobrada pelo agente financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
373/85	Gastão Müller	Obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.	Em tramitação
376/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a referência obrigatória às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.	Em tramitação
22/86	Aloysio Chaves (Complementar)	Extingue a candidatura nata e a sublegenda nas eleições para o Senado Federal.	Em tramitação
23/86	Álvaro Dias (Complementar)	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1º de fevereiro de 1982.	Em tramitação
32/86	Gastão Müller	Acrescenta parágrafo ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.063, de outubro de 1983, que dispõe sobre a regulamentação para execução de serviços de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências.	Em tramitação
80/86	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.426, de 17 de dezembro de 1985, alterada pelo Decreto nº 9.320, de 14 de março de 1986, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1986.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
88/86	Gastão Müller	Institui o salário profissional do músico.	Em tramitação
98/86	Cesar Cals	Regula a sistemática de registro e controle do transporte rodoviário, a granel, de álcool para fins de combustíveis e de derivados de petróleo para fins energéticos, exceto GLP.	Em tramitação
99/86	Severo Gomes	Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.	Em tramitação
108/86	Gastão Müller	Cria a Residência Fonoaudiológica para os formandos em Fonoaudiologia e dá outras providências.	Em tramitação
109/86	Jutahy Magalhães	Faculta aos herdeiros a compensação do Imposto de Renda lançado contra espólio.	Em tramitação
111/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a inclusão da licença-prêmio nas declarações de rendimentos do Imposto de Renda.	Em tramitação
113/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudo de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários.	Em tramitação
114/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o calendário escolar nas zonas rurais e determina outras providências.	Em tramitação
115/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
120/86	Gastão Müller	Dispõe sobre o direito de preferência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões e dá outras providências.	Em tramitação
124/86	Passos Pôrto	Autoriza o servidor civil da União a indicar pessoa que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão e dá outras providências.	Em tramitação
127/86	Passos Pôrto	Altera disposições da Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoaudiólogo.	Em tramitação
131/86 (Complementar)	Alfredo Campos	Veda o registro de candidato que não tenha sido submetido à aprovação da Convenção Partidária e dá outras providências.	Em tramitação
150/86	Cesar Cals	Altera o Decreto-Lei nº 1.497, de 20 de dezembro de 1976, que reformula critérios de distribuição das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980.	Em tramitação
158/86	Gastão Müller	Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de posto de serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única agência bancária em determinado município.	Em tramitação
167/86	Gastão Müller	Institui a Residência em Psicologia Clínica, cria a Comissão Nacional de Residência em Psicologia Clínica e estabelece outras providências.	Em tramitação
170/86 (Complementar)	Octávio Cardoso	Dá nova redação ao art. 10 da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981.	Em tramitação
181/86	Gastão Müller	Torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
192/86	Cesar Cals	Estabelece percentual mínimo para preenchimento de vagas no serviço público federal, estadual e municipal, por deficientes físicos.	Em tramitação
215/86 (Complementar)	Jorge Kalume	Isenta, na forma da lei estadual, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, os veículos automotores quando especificamente construídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de dirigir veículos comuns.	Em tramitação
220/86	Cesar Cals	Dispõe sobre a construção de cidades de idosos e dá outras providências.	Em tramitação
221/86 (Complementar)	Cesar Cals	Concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre os produtos hortifrutícolas, em geral, gado para abate, carne verde resfriada ou congelada de bovinos, ovinos, suínos e caprinos.	Em tramitação
230/86	Gastão Müller	Assegura aos contribuintes do Imposto de Renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o art. 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências.	Em tramitação
234/86	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo único ao art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	A Câmara Decisão Terminativa
240/86 (Complementar)	Nivaldo Machado	Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis de passageiros adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça Federal.	Em tramitação
245/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.140, de 26 de junho de 1984, dispondo sobre a carga horária do Odontólogo da Previdência Social.	Em tramitação
255/86	Comissão Diretora	Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, que reajusta os vencimentos dos servidores do Senado Federal.	Em tramitação
270/86	Comissão Diretora	Altera dispositivo da Lei nº 7.338, de 8 de julho de 1985.	Em tramitação
275/86	Cesar Cals	Sujeita à apreciação do Senado a escolha dos Presidentes e Diretores de Sociedades de Economia Mista.	Em tramitação
277/86 (Complementar) (Ver PLS nº 164/82)	Cid Sampaio	Institui um novo Código Tributário Nacional.	Em tramitação
3/87	Iram Saraiva	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.	Em tramitação
5/87	Divaldo Suruagy	Revoga o item I do art. 26 da Lei nº 5.682/71, que veda aos titulares de cargos executivos o exercício de funções executivas nos Diretórios Partidários.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
6/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Social Bancário — SESB, nos moldes do SESI e SESC, com as modificações recomendáveis, criados, respectivamente, pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25-6-46 e Decreto-Lei nº 9.853, de 13-9-46.	Em tramitação
8/87	Louremberg Nunes Rocha	Dá nova redação ao art. 325 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.	Em tramitação
10/87	Edison Lobão	Altera a Lei nº 6.045, de 16 de maio de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
12/87	Maurício Corrêa	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Bancária — Senab, nos moldes do Senai e Senac com as adaptações pertinentes, criados, respectivamente, pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22-1-42 e Decreto-Lei nº 8.621, de 10-1-46.	Em tramitação
13/87	Poder Executivo DF	Dispõe sobre as cartas-patentes dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	A sanção Lei nº 7.771, de 8-6-69
14/87	Poder Executivo DF	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Datilógrafo, do Grupo Serviços Auxiliares, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 15, de 10-1-89
15/87	Francisco Rollemberg	Disciplina a fiscalização do setor de alimentos por qualquer profissional de medicina.	Em tramitação
18/87	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a presença de técnicos agropecuários no corpo docente das escolas públicas de 1º e 2º graus, localizadas na área rural.	Em tramitação
21/87	Jarbas Passarinho	Obriga as emissoras de televisão a exibir, em suas programações diárias de filmes estrangeiros, pelo menos um filme com legendas em português.	Em tramitação
22/87	Carlos Chiarelli	Altera a legislação tributária federal para revogar incentivos fiscais relativos à exploração de empreendimentos industriais petroquímicos na área de atuação da Sudene e dá outras providências.	Em tramitação
23/87	Carlos Chiarelli	Autoriza o Poder Executivo a estender ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, disposições da Lei nº 7.388, de 23 de outubro de 1985.	Em tramitação
24/87	Irapuan Costa Júnior	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.	Em tramitação
26/87	Francisco Rollemberg	Obriga os Cartórios de Registro Civil a comunicarem, por ofício, todo registro de nascimento ao Posto de Saúde da comarca correspondente.	Em tramitação
28/87	Jamil Haddad	Define o crime de tortura e dá outras providências.	A Câmara
30/87 (Tramita em conjunto com o PLC nº 175/84)	Jamil Haddad	Altera a redação dos arts. 6º e 23 do Código de Processo Penal.	Em tramitação
35/87	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre o ensino obrigatório da língua espanhola nos estabelecimentos de primeiro grau.	Em tramitação
36/87	Jamil Haddad	Revoga a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
39/87	Mauro Borges	Inclui a Ferrovia Norte/Sul na relação descritiva das ferrovias do Plano Nacional de Viação.	Em tramitação
40/87	Jamil Haddad	Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.	Em tramitação
41/87	Meira Filho	Dispõe sobre compensação do Imposto de Renda que especifica.	Em tramitação
42/87	Leite Chaves (Complementar)	Isenta o fubá de milho do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.	Em tramitação
43/87	Edison Lobão	Institui o sistema oficial de indexação econômica.	Em tramitação
44/87	Francisco Rollemberg	Permite o abatimento das despesas de creche para fins de apuração da renda líquida sujeita ao Imposto sobre a Renda progressivo.	Em tramitação
50/87	Edison Lobão	Determina a equalização dos preços de energia elétrica.	Em tramitação
51/87	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a correção monetária do Imposto de Renda retido na fonte pagadora do rendimento.	Em tramitação
1/88	Virgílio Távora	Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação
3/88	Dirceu Carneiro	Define limites para as remessas de recursos ao exterior a título de pagamento de serviços de dívida externa brasileira.	Em tramitação
4/88	Jamil Haddad	Dispõe sobre o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências.	Em tramitação
6/88	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a liberação e aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo e dá outras providências.	Em tramitação
7/88	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a inscrição dos componentes químicos nos rótulos, etiquetas, bulas e embalagens de alimentos, medicamentos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e saneamentos domissanitários industrializados.	Em tramitação
8/88	Jamil Haddad	Altera o Decreto-Lei nº 5.461, de 25-6-68, que dispõe sobre as contribuições para o ensino profissional marítimo.	Em tramitação
10/88	Francisco Rollemberg	Estabelece a obrigatoriedade da inscrição de material reaproveitado ou impróprio para consumo em locais determinados nas embalagens ou rótulos de produtos fabricados com esse material, em qualquer proporção, visando a prevenir a propagação de doenças, e dá outras providências.	Em tramitação
11/88	Affonso Camargo	Dispõe sobre a filiação partidária para as eleições municipais de 1988.	Em tramitação
12/88	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência e funcionamento das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar nos hospitais do País.	Em tramitação
13/88	Poder Executivo DF	Aprova a alteração da denominação do Banco Regional de Brasília S/A — BRB, dispõe sobre sua participação no capital de empresas, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 61, de 5-12-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
14/88	Marcondes Gadelha	Cria a Fundação Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — Fundação Cebræe.	Em tramitação
15/88	Francisco Rollemberg	Estabelece prazo para distribuição dos formulários de declarações de rendimentos e para entrega aos contribuintes dos documentos necessários ao preparo e instrução dessas declarações.	Em tramitação
17/88	Fernando Henrique Cardoso	Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raudan.	À Câmara Decisão Terminativa
19/88	Francisco Rollemberg	Torna obrigatória a publicação mensal, pelo Denatran, no Diário Oficial da União, da relação de veículos furtados e de veículos apreendidos.	Em tramitação
20/88	Francisco Rollemberg	Fixa limites às instituições financeiras quanto às exigências para abertura e manutenção de contas do sistema de caderneta de poupança.	Em tramitação
21/88	Jutahy Magalhães	Inclui o “cacau em pó” na merenda escolar nas unidades militares e nos programas sociais da União.	À Câmara Decisão Terminativa
22/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a adoção de temas curriculares versando sobre a educação quanto à necessidade de doação post mortem de órgãos nos cursos de 3º grau e outros profissionalizantes.	Em tramitação
23/88	Jamil Haddad	Faculta aos enfermeiros desempenho remunerados de dois cargos.	Em tramitação
24/88	Francisco Rollemberg	Estabelece a obrigatoriedade de programas de educação ambiental, educação para o trânsito e prevenção do uso indevido de drogas e da criminalidade.	Em tramitação
25/88	Odacir Soares	Proíbe o uso de fumo nos vôos domésticos a bordo de aeronaves comerciais.	Em tramitação
26/88	Edison Lobão	Estabelece normas aplicáveis à sistemática de compras governamentais das indústrias de pequeno porte.	Em tramitação
27/88	Mendes Canale e Márcio Lacerda	Institui medidas de auxílio às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e de incentivos à recuperação da economia das áreas atingidas.	Em tramitação
29/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos.	Em tramitação
31/88	Marco Maciel	Estabelece a isenção alfandegária à importação de cordeamentos de instrumentos sinfônicos de corda.	Em tramitação
33/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a explicitação, na Carteira Nacional de Habilitação, da opção do portador pela condição de ser ou não doador de órgãos para transplante, e dá outras providências.	Em tramitação
34/88	Francisco Rollemberg	Veda a cobrança em OTN de valor referente ao mês posterior sobre obrigação cujo vencimento ocorrer em feriado, sábado ou domingo, desde que seja quitada no primeiro dia útil subsequente.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
36/88	Ronan Tito	Dispõe sobre a forma de representação dos acionistas minoritários no Conselho de Administração e na Diretoria das companhias abertas e nas de capital autorizado.	Em tramitação
37/88	Francisco Rollemberg	Proíbe o emprego do mercúrio e seus compostos não degradáveis em processo de aglutinação e amalgamação de ouro e em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial, estabelece penalidades, e dá outras providências.	Em tramitação
38/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre obrigações de proprietários de imóveis não edificadas no Distrito Federal, nas condições que especifica.	Em tramitação
39/88	Marco Maciel	Determina a contagem como tempo de serviço no exterior para todos os fins, os períodos em que diplomata cônjuge de diplomata tenha estado em licença para acompanhar cônjuge no exterior, nos termos da Lei nº 5.887, de 31 de maio de 1973.	Em tramitação
40/88	Nelson Carneiro	Fixa o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau, e dá outras providências.	Em tramitação
42/88	Nelson Carneiro	Estabelece isenção de pagamento de pedágio, para os táxis e transportes de cargas.	Em tramitação
45/88	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que disciplina o exercício da profissão de médico-veterinário.	Em tramitação
46/88	Francisco Rollemberg	Permite o abatimento para fins de apuração da renda líquida sujeita ao imposto sobre a renda progressivo, no exercício de 1989, ano-base de 1988, o montante que a pessoa física deixou de perceber em virtude de ter sido atingida pelo Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, que dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
47/88	Marco Maciel	Estabelece normas para a cobrança de laudêmio nas transferências do domínio útil de terrenos da União vinculados a programas habitacionais e dá outras providências.	A Câmara
52/88	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos do Código Civil, e dá outras providências.	Em tramitação
53/88	Jamil Haddad	Dispõe sobre concursos para livre docência, e dá outras providências.	Em tramitação
54/88	Marco Maciel	Dispõe sobre o Ouvidor-Geral, e dá outras providências.	Em tramitação
56/88	Francisco Rollemberg	Prorroga isenção do imposto de renda incidente sobre juros, dividendos e rendimentos de cadernetas de poupança.	Em tramitação
57/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação do art. 3º, caput , da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o FGTS, com a finalidade de estabelecer correção monetária mensal para seus depósitos.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
58/88	Alvaro Pacheco	Prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda	Em tramitação
59/88	Marco Maciel	Prorroga o prazo de aplicação de incentivos fiscais do imposto sobre a renda para empreendimentos localizados nas áreas da Sudene e da Sudam.	À Câmara Decisão Terminativa
61/88	Francisco Rollemberg	Introduz dispositivos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, "que dispõe sobre a condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias".	Em tramitação
65/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação do art. 250 do Código Penal Brasileiro, com acréscimo de parágrafo.	Em tramitação
66/88	Jarbas Passarinho	Consolida a legislação sobre atividades dos corretores de navios, com as alterações que contém e revoga o art. 21, seus itens e parágrafo único do Decreto nº 52.090, de 4 de junho de 1963.	Em tramitação
67/88	Alfredo Campos	Garante o benefício do seguro-desemprego ao pescador profissional durante a piracema, desova e reprodução de peixes.	Em tramitação
68/88	João Menezes	Institui o "Dia Nacional do Fotógrafo Profissional" e oficializa, no Brasil, a comemoração do "Dia Mundial da Fotografia".	Em tramitação
69/88	João Menezes	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo profissional, de técnico em fotografia e dá outras providências.	Em tramitação
70/88	Francisco Rollemberg	Acrescenta artigo ao Capítulo II — "Do tratamento e da recuperação" — da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que "dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica", suprimindo-lhe o art. 16 do Capítulo III — "Dos crimes e das penas" —, discriminando o usuário de drogas dependentes e prevendo as medidas cabíveis à sua recuperação psicossocial".	Em tramitação
71/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
72/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
73/88	Carlos De'Carli	Altera a redação do § 4º do art. 1º da Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988, "que altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências".	Em tramitação
75/88	Nelson Carneiro	Fixa jornada de trabalho semanal à categoria profissional de farmacêutico.	Em tramitação
76/88	Ruy Bacelar	Dispõe sobre o mandado de injunção,	Em tramitação
77/88	Ruy Bacelar	Regulamenta o art. 208, §§ 1º a 3º, da Constituição Federal, que trata da obrigatoriedade do ensino.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
78/88	Marco Maciel	Estabelece, na forma do art. 153, § 2º, item II, da Constituição Federal, os termos e limites da imunidade fiscal das pensões e dos proventos percebidos pelos maiores de 65 anos de idade.	À Câmara Decisão Terminativa
79/88	Ronan Tito	Dispõe sobre o financiamento das atividades agrícolas e pecuárias, e dá outras providências.	À Câmara
81/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a aplicação de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia — Finam, e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
82/88	Marco Maciel	Modifica o Decreto-Lei nº 2.234, de 23 de janeiro de 1985, que limita a remuneração e demais vantagens devidas a diplomatas casados servindo juntos no exterior.	À Câmara Decisão Terminativa
83/88	Ney Maranhão	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio do Estado de Pernambuco dos bens pertencentes ao extinto Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.	À Câmara
84/88	Itamar Franco	Define o crime de tortura e dá outras providências.	Rejeitado
85/88	Itamar Franco	Declara nulas as provas obtidas mediante o emprego de tortura.	À Câmara Decisão Terminativa
89/88 (Complementar) (Tramita em conjunto com os PLS nºs 91/88 e 151/89)	Marco Maciel	Estabelece normas gerais de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.	Em tramitação
90/88	Francisco Rollemberg	Proíbe a incineração de produtos oriundos de caça e dá outras providências.	Em tramitação
91/88 (Ver PLS nº 89/88)	Pompeu de Sousa	Dispõe sobre o processo legislativo, a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e dá outras providências.	Em tramitação
92/88	Francisco Rollemberg	Altera a redação e acrescenta parágrafo ao art. 84 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	À Câmara
93/88	Francisco Rollemberg	Altera o art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Rejeitado
94/88 (Complementar) (Tramita em conjunto com o PLS nº 214/89)	Cid Sabóia de Carvalho	Dispõe sobre a relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências.	Em tramitação
95/88	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a escolha e nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.	Retirado pelo Autor
97/88	Ney Maranhão	Revoga o Decreto-Lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966.	Em tramitação
98/88	Francisco Rollemberg	Dá nova redação ao art. 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952,	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
100/88	Francisco Rollemberg	Estabelece, para a fabricação de veículos automotores, critérios de controle do percentual de veículos movidos a álcool em relação aos veículos movidos a gasolina.	Em tramitação
102/88	Cid Sabóia de Carvalho (Complementar) (Tramita em conjunto com os PLS nºs 27/89, 92/89 e 105/89)	Regulamenta o direito de greve, previsto no art. 9º da Constituição Federal.	Em tramitação
103/88	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o ensino das modalidades esportivas de lutas e disciplina sua prática em clubes, academias e estabelecimentos congêneres.	À Câmara Decisão Terminativa
104/88	Ney Maranhão	Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores.	Retirado pelo Autor
105/88	Iram Saraiva	Caracteriza a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes hediondos, tornando eficaz o inciso XLIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa
106/88	Iram Saraiva	Estabelece os casos em que acontecerá a identificação criminal, tornando eficaz o art. 5º, item LVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação
107/88	Iram Saraiva (Tramita em conjunto com o PLS nº 50/89)	Torna obrigatória a reserva, no Serviço Público e emprego para pessoas portadoras de deficiência, fixa percentual e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
108/88	Odacir Soares	Dispõe sobre a movimentação dos recursos financeiros da Petrobrás e de suas subsidiárias em bancos oficiais e dá outras providências.	Em tramitação
109/88	Odacir Soares	Estabelece normas para o processo de privatização de empresas sob o controle direto ou indireto do Governo Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
110/88	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o Depósito Legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
111/88	Cid Sabóia de Carvalho	Estabelece o aproveitamento, pelo Ministério da Fazenda, mediante concurso, de servidores do Serpro que, na data da vigência da Constituição Federal, prestavam serviço em órgãos da Receita Federal.	À Câmara
112/88	Iram Saraiva	Concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos, nas condições que especifica.	À Câmara
113/88	Edison Lobão	Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Universidade Federal de Imperatriz" com sede na cidade de idêntica denominação, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
114/88	Gerson Camata	Mantém o atual sistema de tributação para todas as exportações de produtos industrializados semi-elaborados.	Retirado pelo Autor
115/88	Iram Saraiva	Regula a concessão do benefício mensal de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, nas condições que especifica.	À Câmara Decisão Terminativa

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/89	Ronan Tito	Institui o Código do Consumidor, e dá outras providências.	Prejudicado
2/89	Severo Gomes	Cria Comissão Especial Mista para apurar a situação de funcionários públicos da União contratados, sem concurso público, a partir de 6 de outubro de 1983.	Em tramitação
3/89	Leopoldo Peres	Dispõe sobre a dispensa e exoneração de servidores da Administração Federal Direta, das autarquias federais, das fundações públicas e dos extintos Territórios Federais, e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa
4/89	Mauro Borges	Introduz alteração ao caput do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que "institui o Código Nacional de Trânsito", fixando em dezesseis anos completos a idade mínima para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, na forma que especifica e estabelece, e acrescenta dispositivos na forma que menciona.	Em tramitação
5/89	Pompeu de Sousa	Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição, e dá outras providências.	Em tramitação
6/89	Marco Maciel	Dispõe sobre o exercício do direito de voto dos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito no exterior nas eleições para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais, Governadores e Deputados Estaduais.	A Câmara
7/89 (Tramita em conjunto com o PLS nº 46/89)	Ruy Bacelar	Estabelece a gratuidade, para as pessoas reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, prevista no art. 5º, inciso LXXVI, da Constituição Brasileira, e dá outras providências.	A Câmara
8/89	Jorge Bornhausen	Estabelece normas para a realização das eleições presidenciais de 15 de novembro de 1989 e dá outras providências.	Em tramitação
9/89	Francisco Rollemberg	Permite a aquisição de imóvel através do Sistema Financeiro da Habitação, nas condições que especifica, e dá outras providências.	A Câmara
10/89	Severo Gomes	Disciplina as relações jurídicas que menciona.	A Câmara Transformado em PDL nº 7/89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/89	Mauro Benevides	Institui o "Dia Nacional do Doador de Órgãos".	À Câmara Decisão Terminativa
12/89	Severo Gomes	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 1.894, de 1981, que "institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados, e dá outras providências.	Retirado pelo autor
13/89	Severo Gomes	Atribui à Secretaria da Receita Federal competência para autuar as empresas enquadradas no art. 2º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, pelo não recolhimento da cota de contribuição prevista naquele artigo, e dá outras providências.	À Câmara
14/89	Severo Gomes	Dispõe sobre a atualização monetária das restituições do imposto de renda e a base de cálculo para incidência do imposto no caso de aluguel de imóveis.	À Câmara Lei nº 7.843, de 18-10-89
15/89	Severo Gomes	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências.	Retirado pelo autor
16/89	Severo Gomes	Revoga os §§ 2º e 3º, do art. 30. da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.	Retirado pelo autor
17/89	Jamil Haddad	Proíbe a existência de celas para castigo de presos, e dá outras providências.	À Câmara
18/89	João Menezes	Dispõe sobre crime inafiançável a remarcação de preços de gêneros alimentícios de qualquer espécie, expostos à venda, e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
19/89	João Menezes	Proíbe a emissão de moeda pelo prazo de sessenta dias e dá outras providências.	Rejeitado
20/89	Jarbas Passarinho	Regulamenta o § 7º do art. 195 da Constituição brasileira.	À Câmara Decisão Terminativa
21/89	Edison Lobão	Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Universidade Federal de Caxias", com sede na cidade de idêntica denominação, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Em tramitação
22/89	Jamil Haddad	Dispõe sobre o transporte de presos e dá outras providências.	À Câmara
23/89	Jutahy Magalhães	Estabelece normas para a privatização das empresas públicas e de economia mista, e dá outras providências.	À Câmara
24/89 (Complementar)	Ruy Bacelar	Estabelece normas para o adequado tratamento tributário do ato cooperativo.	À Câmara
25/89	Iram Saraiva	Dispõe sobre a concessão de bolsas de iniciação ao trabalho a menores assistidos e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
26/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o registro dos partidos políticos e dá outras providências.	Em tramitação
27/89 (Ver PLS nº 102/88)	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o exercício do direito de greve.	Em tramitação
28/89	Jamil Haddad	Veda a diminuição de valores alocados à área de saúde.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
29/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre o reajuste de salários e dá outras providências.	Em tramitação
30/89	Edison Lobão	Dispõe sobre a gratificação natalina do aposentado e pensionista e dá outras providências.	A Câmara Decisão Terminativa
31/89	Itamar Franco	Inclui entre os crimes de responsabilidade do Presidente da República a inobservância do preceituado no art. 62 da Constituição.	Rejeitado
32/89	Antonio Luiz Maya	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Tocantins e dá outras providências.	Em tramitação
33/89	Leite Chaves	Dispõe sobre a suspensão do pagamento da dívida pública externa brasileira.	Em tramitação
34/89	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre o exercício das atividades de posto revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combustível e dá outras providências.	A Câmara
35/89	João Menezes	Extingue o Conselho Monetário Nacional e a Secretaria Especial de Administração de Preços.	Em tramitação
36/89	Divaldo Suruagy	Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição, instituindo o Fundo Constitucional do Norte (FCNO), o Fundo Constitucional do Nordeste (FCNE) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCCO) e dando outras providências.	Em tramitação
37/89	Maurício Corrêa	Isenta do pagamento de pedágio os veículos automotores licenciados como táxi.	A Câmara
38/89	Louremberg Nunes Rocha	Suprime o item V do art. 176 e acrescenta um item V ao art. 177, renumerando-se os demais da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).	A Câmara
39/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastramento e obtenção de autorização especial, junto ao Departamento de Polícia Federal, das pessoas físicas ou jurídicas que manipulam substâncias químicas especificadas, utilizadas na extração da cocaína.	Em tramitação
40/89	Leopoldo Peres	Dispõe sobre o aproveitamento de servidores das autarquias federais, de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações públicas extintas ou dissolvidas, e dá outras providências.	Em tramitação
41/89	Ronan Tito	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Turismo, e dá outras providências.	Em tramitação
42/89	Irapuan Costa Júnior	Autoriza a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação de Motorista provisória por maiores de 16 anos.	Em tramitação
43/89	Odacir Soares	Unifica a hora legal em todo o território nacional e revoga a Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913.	Rejeitado Decisão Terminativa
44/89	Mauro Benevides	Dispõe sobre a cobertura, pelo Tesouro Nacional, dos valores relativos à diferença entre os critérios de atualização monetária previstos nos arts. 15 e 17 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
45/89	Ronan Tito	Institui, para os Estados. Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração direta da União, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais, em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 7.990, de 28-12-89 Veto parcial
46/89 (Ver PLS nº 7/89)	Edison Lobão	Dispõe sobre a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e do de Óbito para os reconhecidamente pobres, e dá outras providências.	Prejudicado
47/89	Iram Saraiva	Fixa critérios para definir os casos de urgência e relevância previstos no art. 62 da Constituição, e dá outras providências.	Em tramitação
48/89	João Menezes	Prorroga prazo fixado no art. 25 do Ato das Disposições Transitórias.	A Câmara Lei nº 7.763, de 27-4-89
49/89	Itamar Franoc	Disciplina a venda das reservas de ouro do País no mercado internacional, e dá outros providências.	A Câmara Decisão Terminativa
50/89 (Ver PLS nº 107/88)	Edison Lobão	Estabelece, como reservados a pessoas portadoras de deficiência, o percentual de 5 a 8% dos cargos e empregos públicos e define os critérios de sua admissão.	Prejudicado Decisão Terminativa
51/89	Francisco Rolemberg	Dá nova redação ao item I do § 4º do art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
52/89	Jutahy Magalhães	Assegura aos maiores de 65 anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.	Retirado pelo autor
53/89	Jutahy Magalhães	Concede o benefício de um salário mínimo aos portadores de deficiência e aos idosos, nas condições que especifica.	A Câmara Decisão Terminativa
54/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União, das entidades da administração federal e das fundações públicas, localizados no Distrito Federal.	Em tramitação
55/89	Iram Saraiva	Autoriza a Universidade Federal de Goiás a estender suas unidades de ensino superior às cidades de Itumbiara e Porangatu.	Em tramitação
56/89	Teotônio Vilela Filho	Altera a redação do art. 3º, caput , da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	A Câmara
57/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre normas relativas às compras governamentais junto à indústria de pequeno porte.	Em tramitação
58/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre a criação de cooperativas de micro-empresas, inclusive de crédito ou cessão de crédito.	Em tramitação
59/89	Carlos Alberto	Dispõe sobre as sociedades de interesse econômico e dá outras providências.	Em tramitação
60/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o vencimento das contas de serviços públicos.	A Câmara Decisão Terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
61/89	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao art. 234 do Código Penal (Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941), adaptando-se às prescrições do § 4º do art. 227 da Constituição Federal.	Rejeitado Decisão Terminativa
62/89	Jutahy Magalhães	Concede incentivos fiscais às pessoas que acolherem criança ou adolescente órfão ou abandonado, sob a forma de guarda, ou financiarem estudos de menor carente, nos termos do art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.	Em tramitação
63/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a construção de logradouros, de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, nos termos dos arts. 227, § 2º, e 244 da Constituição Federal.	Em tramitação
64/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizam voo internacional e doméstico nos casos que especifica.	Em tramitação
65/89	Itamar Franco	Sujeita à prévia aprovação do Congresso Nacional a instalação ou transferência de sede de representação diplomática para localidade situada em território de soberania disputada.	Em tramitação
66/89	Itamar Franco	Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.	Em tramitação
67/89	Itamar Franco	Dispõe sobre o envio regular de informações a respeito da evolução política externa.	A Câmara Decisão Terminativa
68/89	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.	Em tramitação
69/89	Edison Lobão	Regulamenta o art. 159, I, c, da Constituição, relativo a aplicação dos recursos destinados a programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá outras providências.	Em tramitação
70/89	Leopoldo Peres	Disciplina a prestação de assistência social a pessoas idosas, por entidades públicas ou privadas, e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa
71/89	Affonso Camargo	Dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências.	Em tramitação
72/89	Edison Lobão	Indica os cargos, referidos no art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, cujos atos de nomeação, pelo Presidente da República, dependem de prévia autorização pelo Senado Federal.	A Câmara Decisão Terminativa
73/89	Márcio Lacerda	Estabelece normas para a industrialização e a comercialização de substâncias minerais metálicas.	Rejeitado Decisão Terminativa
74/89	Iram Saraiva	Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.	A Câmara Decisão Terminativa
75/89	Jutahy Magalhães Magalhães	Dispõe sobre a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
76/89	Itamar Franco	Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina Direitos Humanos Fundamentais.	Em tramitação
77/89	Itamar Franco	Disciplina a expedição de credenciais, plenos poderes ou qualquer instrumento que habilite agente diplomático a firmar ato internacional em nome do País.	Em tramitação
78/89	Leopoldo Peres	Dispõe sobre a concessão de benefícios aos seringueiros e seus dependentes, nos termos do art. 54, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e dá outras providências.	Em tramitação
79/89	Ney Maranhão	Dispõe sobre autorização para porte de arma, de uso permitido, pela tripulação de aeronaves nacionais.	Em tramitação
80/89	Odacir Soares	Regulamenta o art. 54 e parágrafos do Ato das Disposições Transitórias e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa
81/89	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa
82/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a comemoração do feriado de 21 de abril — Dia de Tiradentes.	Em tramitação
83/89	Antonio Luiz Maya	Acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, e dá outras providências.	A Câmara Decisão Terminativa
84/89	Aureo Mello	Disciplina a aplicação dos recursos financeiros de que trata o art. 159, I, c, da Constituição, institui Fundos Constitucionais de Financiamento Regional, e dá outras providências.	Em tramitação
85/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre o tratamento diferenciado às micro-empresas e empresas de pequeno porte.	Em tramitação
86/89	Itamar Franco	Dá nova redação ao inciso V do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	A Câmara Decisão Terminativa
87/89	Jutahy Magalhães	Dá competência ao Senado Federal para aprovação prévia da escolha dos titulares dos cargos que especifica.	A Câmara Decisão Terminativa
88/89	João Menezes	Regula o direito de greve dos servidores públicos civis, e dá outras providências.	Em tramitação
89/89	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o aviso prévio, e dá outras providências.	A Câmara Decisão Terminativa
90/89	Afonso Sancho	Estabelece normas para a criação e o funcionamento de Juntas de Conciliação e Julgamento.	Rejeitado Decisão Terminativa
91/89 (Complementar)	João Menezes	Estabelece, nos termos do § 9º do art. 14 da Constituição, de 5 de outubro de 1988, prazo para desincompatibilização de Ministros de Estado.	A Câmara
92/89 (Ver PLS nº 102/88)	João Menezes	Regula o direito de greve, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
93/89	Jamil Haddad	Veda destinação de recursos e auxílios públicos que especifica.	Em tramitação
94/89	Ronan Tito	Dispõe sobre a privatização das empresas estatais, e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
95/89	Lavoisier Maia	Assegura aos técnicos agrícolas de nível médio e aos agrônomos e veterinários acesso aos Projetos de Reforma Agrária e Irrigação, e dá outras providências.	Em tramitação
96/89	Leite Chaves	Dispõe sobre o resgate de títulos da dívida agrária mediante compensação com pagamentos de tributos federais, e dá outras providências.	Em tramitação
97/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências.	À Câmara
98/89	Ronaldo Aragão	Fixa prazo para a entrega dos recursos do PIN e Proterra aos fins a que se destinam.	Em tramitação
99/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta o art. 159, I, c, da Constituição, referente à aplicação de recursos em programas de financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.	Em tramitação
100/89	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre as relações de trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
101/89	Jamil Haddad	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 3.891, de 26 de abril de 1961.	Em tramitação
102/89	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial no setor privado e dá outras providências.	Em tramitação
103/89	Roberto Campos	Estabelece medidas de flexibilização do mercado de trabalho, para evitar o desemprego.	Em tramitação
104/89	Roberto Campos	Extingue, como empresas estatais, as que forem deficitárias, privatizando-as ou liquidando-as.	Em tramitação
105/89 (Veja PLS nº 102/88)	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o exercício do direito de greve e dá outras providências.	Em tramitação
106/89	Teotônio Vilela Filho	Revoga a Lei nº 7.712, de 2 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias federais.	Em tramitação
107/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.	À Câmara Decisão Terminativa
108/89	Francisco Rollemberg	Regulamenta a aplicação dos recursos previstos no art. 159, I, c, da Constituição, destinados a programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá outras providências.	Em tramitação
109/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta o inciso II do art. 37 da Constituição Federal.	À Câmara Decisão Terminativa
110/89	Severo Gomes	Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências.	Em tramitação
111/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta o inciso I do art. 37 da Constituição Federal.	À Câmara Decisão Terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
112/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o abono de faltas ao serviço na administração pública federal, e dá outras providências.	À Câmara
113/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta o § 2º do art. 37 da Constituição Federal.	À Câmara Decisão Terminativa
114/89	Francisco Rollemberg	Institui o ensino pago nas instituições federais de ensino superior e dá outras providências.	Em tramitação
115/89	José Ignácio Ferreira	Veda o pagamento dos serviços da dívida externa cujo montante difira da incidência dos encargos sobre o valor da dívida vigente no mercado secundário e dá outras providências.	Em tramitação
116/89	José Ignácio Ferreira	Concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis de passageiros, movidos a álcool, quando destinados ao uso como táxis, e dá outras providências.	Em tramitação
117/89	Antonio Luiz Maya	Pune a discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, regulando o item 41 do art. 5º da Constituição.	Em tramitação
118/89	Jarbas Passarinho	Autoriza a compensação de créditos e débitos contraídos com a administração federal.	Em tramitação
119/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a propaganda comercial de agrotóxicos, pesticidas e produtos congêneres.	À Câmara Decisão Terminativa
120/89	Dirceu Cardoso	Regulamenta o registro e uso das informações geradas pelos Poderes Públicos e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
121/89	Antonio Luiz Maya	Protege temporariamente os inventos industriais, nos termos do art. 5º, inciso 29, da Constituição.	Em tramitação
122/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre os produtos semi-elaborados sujeitos à incidência do ICM quando exportados para o exterior (art. 155, § 2º, X a, da Constituição Federal).	Em tramitação
123/89	Francisco Rollemberg	Estabelece diretrizes para uma Política Nacional de Habitação Rural e dá outras providências.	Em tramitação
124/89	Edison Lobão (Tramita em conjunto com o PLS nº 191/89)	Dispõe sobre a organização de trabalhadores rurais e pescadores em sindicatos e colônias respectivamente.	Em tramitação
125/89	Jutahy Magalhães (Tramita em conjunto com o PLS nº 233/89)	Regulamenta o art. 143 §§ 1º e 2º, da Constituição da República, que dispõem sobre a prestação de serviço militar alternativo ao serviço militar obrigatório.	Prejudicado Decisão Terminativa
126/89	Olavo Pires	Altera a redação da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, que "cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define Jurisdições e dá outras providências", para introduzir dispositivos na forma que especifica.	À Câmara Decisão Terminativa
127/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a propaganda eleitoral gratuita em 1989, e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
128/89	Mário Maia	Estabelece os limites entre os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, e regulamenta o § 5º do art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias.	Em tramitação
129/89	Pompeu de Sousa	Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos que especifica.	À Câmara Decisão Terminativa
130/89	Edison Lobão	Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 7.671, de 21 de setembro de 1988.	Em tramitação
131/89	Olavo Pires	Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.	Em tramitação
132/89	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Regulamenta o art. 9º da Constituição Federal.	À Câmara
133/89	Francisco Rollemberg	Assegura, a cooperativas de produtores rurais, prioridade na aplicação de recursos provenientes de programas de incentivos fiscais para implantação de agroindústrias e dá outras providências.	Em tramitação
134/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre operações de crédito e financiamento, no âmbito da Administração Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
135/89	Edison Lobão	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias, dos Territórios Federais e das fundações públicas, previsto no art. 39 da Constituição e dá outras providências.	Rejeitado
136/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre isenção do recolhimento da parte patronal ao IAPAS pelas Prefeituras Municipais.	Em tramitação
137/89	Jamil Haddad	Define crimes contra a liberdade individual.	À Câmara Decisão Terminativa
138/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a publicação das obras completas de Tobias Barreto pelo Instituto Nacional do Livro e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
139/89	Hugo Napoleão	Dispõe sobre a realização de eleições prévias no âmbito dos Partidos Políticos.	Em tramitação
140/89	Mauro Benevides	Dispõe sobre a ascensão funcional prevista no art. 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.	Rejeitado Decisão Terminativa
141/89	Mauro Benevides	Regula as atividades, disciplina a responsabilidade civil e criminal de notários oficiais de registro e seus prepostos e define a fiscalização de seus atos de ofício pelo Poder Judiciário.	À Câmara Decisão Terminativa
142/89	Maurício Corrêa	Altera a redação do art. 40 da Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984.	À Câmara
143/89	Alfredo Campos	Dispõe sobre o exercício da profissão de Decorador, e dá outras providências.	Em tramitação
144/89	José Ignácio Ferreira	Regulamenta o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal.	À Câmara Decisão Terminativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
145/89	Jutahy Magalhães	Autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, itens VI e VII, da Constituição.	Em tramitação
146/89	Francisco Rollemberg	Suprime dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e altera outros da mesma lei.	A Câmara Decisão Terminativa
147/89 (Ver PLS nº 124/89)	Ney Maranhão	Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores.	Em tramitação
148/89	Jutahy Magalhães	Regulamenta o § 3º do art. 43 da Constituição, assegurando o incentivo pela União à recuperação de terras áridas nas regiões de baixa renda, e a cooperação com os pequenos e médios proprietários rurais para que suas glebas sejam dotadas de fontes de água e de pequena irrigação, e dá outras providências.	Em tramitação
149/89	João Menezes	Dispõe sobre a remuneração das cadernetas de poupança e dá outras providências.	Em tramitação
150/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe, nos termos do inciso III do art. 161 da Constituição Federal, sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157 a 159 da mesma Carta.	Em tramitação
151/89 (Complementar) (Ver PLS nº 89/88)	Fernando Henrique Cardoso	Regula a elaboração, a redação, a consolidação e a alteração das leis abrangidas pelo processo legislativo.	Em tramitação
152/89 (Tramita em conjunto com os PLS nºs 155/89 e 238/89)	Marco Maciel	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas e dá outras providências.	Prejudicado
153/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre recursos financeiros para custeio da campanha eleitoral que menciona, e dá outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa
154/89 (Tramita em conjunto com o PLS nº 220/89)	Mário Covas	Assegura a participação dos empregados, empresários e aposentados na administração da Previdência Social (art. 194, VII, da Constituição Federal).	Em tramitação
155/89 (Ver PLS nº 152/89)	Edison Lobão	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas e dá outras providências.	A Câmara
156/89	Odacir Soares	Dá nova redação aos arts. 665 e 666 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre férias e remuneração de juízes classistas temporários.	A Câmara Decisão Terminativa
157/89	Marco Maciel	Dispõe sobre as pesquisas e testes pré-eleitorais.	Em tramitação
158/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências.	A Câmara Decisão Terminativa
159/89	Francisco Rollemberg	Atualiza as disposições concernentes ao Crédito Rural e ao Seguro Social.	Em tramitação
160/89	Ronan Tito	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho da República e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
161/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos Municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
162/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a tributação de grandes fortunas, nos termos do art. 153, inciso VII, da Constituição Federal.	A Câmara
163/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Define, na forma da alínea a do inciso X do art. 155, da Constituição Federal, os produtos semi-elaborados que podem ser tributados pelos Estados e Distrito Federal quando de sua exportação para o exterior.	A Câmara
164/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Regula a competência para instituição do imposto sobre herança e doação, nas condições previstas no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.	Em tramitação
165/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Estabelece normas sobre a entrega aos Estados e Municípios dos recursos previstos no art. 161, inciso II, da Constituição Federal, especialmente sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, Fundo de Participação dos Municípios e Fundo para Programas de Financiamento ao Setor Produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Em tramitação
166/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Exclui da incidência do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza a exportação para o exterior dos serviços que menciona, nos termos do inciso II do § 4º do art. 156 da Constituição Federal.	A Câmara
167/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Regula o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nos termos do inciso XII do art. 155 da Constituição Federal.	Em tramitação
168/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Regula as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do inciso II do art. 146 da Constituição Federal.	Em tramitação
169/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Fixa as alíquotas máximas dos impostos sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos e sobre serviços de qualquer natureza, de competência municipal, nos termos do inciso I do § 4º do art. 156 da Constituição Federal.	A Câmara
170/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos termos do inciso I do art. 146 da Constituição Federal.	Em tramitação
171/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Define, nos termos do inciso I do art. 161 da Constituição Federal, o valor adicionado para fins de cálculo da participação dos Municípios na receita do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Em tramitação
172/89	Pompeu de Sousa	Estabelece piso salarial dos profissionais das áreas de Educação e Saúde.	Em tramitação
173/89 (Complementar)	Fernando Henrique Cardoso	Institui o novo Código Tributário Nacional.	Em tramitação
174/89 (Complementar)	Ronan Tito	Estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, relativamente às exportações.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
175/89	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre o salário-educação, previsto no art. 212 da Constituição e dá outras providências.	Em tramitação
176/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a política agrícola.	A Câmara
177/89	Francisco Rollemberg	Acrescenta parágrafo único ao art. 399 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Código Civil.	Em tramitação
178/89	Jutahy Magalhães (Tramita em conjunto com os PLS nºs 200/89, 211/89, 236/89 e 237/89)	Define a pequena propriedade rural e estabelece meios para financiar o seu desenvolvimento.	Em tramitação
179/89	Fernando Henrique Cardoso	Altera o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	A Câmara
180/89	Mauro Borges	Concede reparação de natureza econômica aos cidadãos impedidos de exercer na vida civil atividades específicas em decorrência das Portarias Reservadas S-50/GM-5 e S-285/GM-5, do Ministério da Aeronáutica.	Em tramitação
181/89	Pompeu de Sousa	Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Em tramitação
182/89	Edison Lobão	Altera o art. 137 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	A Câmara Decisão Terminativa
183/89	Lavoisier Maia	Concede aos professores de pós-graduação incentivo financeiro por produção acadêmica.	Em tramitação
184/89	José Richa	Veda a remoção de chefes de missão diplomática, de diplomatas e de servidores de categoria funcional do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores, nas condições que menciona, e determina outras providências.	Rejeitado Decisão Terminativa
185/89	Mário Maia	Regulamenta o disposto na Seção I, Capítulo III, Título VIII da Constituição Federal e estabelece diretrizes e bases para a Educação Nacional.	Em tramitação
186/89	Marco Maciel	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e dá outras providências.	Em tramitação
187/89	Mauro Borges	Institui compensação financeira ao Distrito Federal, a Estados e Municípios e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) pelo aproveitamento de recursos hídricos para a produção de energia elétrica.	Prejudicado
188/89	Antonio Luiz Maya	Dispõe sobre a realização de levantamentos periciais em acidentes de trânsito, causados por veículo automotor.	Em tramitação
189/89	Fernando Henrique Cardoso	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	A Câmara
190/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis.	Em tramitação
191/89	Jutahy Magalhães (Ver PLS nº 124/89)	Dispõe sobre a associação de trabalhadores rurais e pescadores em sindicatos e colônias, respectivamente.	Em tramitação
192/89	Divaldo Suruagy	Estabelece condições para compra e venda de valores mobiliários no mercado à vista, em Bolsa de Valores.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
193/89	Ronan Tito	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Em tramitação
194/89	José Agripino	Dispõe sobre os critérios de distribuição e de liberação dos recursos do salário-educação recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e dá outras providências.	Em tramitação
195/89	José Agripino	Dispõe sobre o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), estabelecendo critérios de distribuição e formas de repasse direto de recursos dele oriundos às Prefeituras Municipais e dá outras providências.	À Câmara Decisão Terminativa
196/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o treinamento de menores nos estabelecimentos industriais, propiciando-lhes aprendizagem, entre os 12 (doze) e os 18 (dezoito) anos.	Em tramitação
197/89 (Complementar)	Itamar Franco	Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco do Brasil S/A.	Em tramitação
198/89 (Complementar)	Itamar Franco	Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil.	À Câmara
199/89 (Tramita em conjunto com o PLS nº 291/89)	Maurício Corrêa	Regulamenta o § 2º do art. 171, da Constituição Federal, que dispõe sobre o tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional e dá outras providências.	Em tramitação
200/89 (Ver PLS nº 178/89)	Antonio Luiz Maya	Estabelece diretrizes para uma política de pecuária para as regiões Norte e Centro-Oeste e dá outras providências.	Em tramitação
201/89	Ronaldo Aragão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia.	À Câmara Decisão Terminativa
202/89	Ronaldo Aragão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.	À Câmara Decisão Terminativa
203/89	Marco Maciel	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto às Casas do Congresso Nacional, para os fins que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
204/89	Antonio Luiz Maya	Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.	Em tramitação
205/89	Francisco Rollemberg	Assegura ao marido o direito à percepção de pensão por morte da mulher funcionária nos casos que menciona.	À Câmara Decisão Terminativa
206/89	José Paulo Bisol	Regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	Em tramitação
207/89	Odacir Soares	Altera o art. 4º e seu § 2º da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, para aumentar o número de membro do Conselho Nacional de Trânsito, mediante a inclusão de um representante do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
208/89	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre os objetivos da educação superior, estabelece critérios para a organização e funcionamento das universidades brasileiras e dá outras providências.	Em tramitação
209/89	Mauro Borges	Dispõe sobre a apresentação do preço ao consumidor dos produtos manufaturados.	Em tramitação
210/89	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o critério de reajustamento do valor das obrigações relativas aos contratos de alienação de bens imóveis não abrangidos pelas normas do Sistema Financeiro de Habitação, a que se refere a Lei nº 7.774, de 8 de junho de 1989.	A Câmara
211/89	Francisco Rollemberg (Ver PLS nº 178/89)	Estabelece diretrizes para a ação governamental no setor agrícola e dá outras providências.	Em tramitação
212/89	Comissão Diretora (Complementar)	Dá nova redação aos dispositivos que menciona, para adequar as Leis Complementares n.ºs 19, de 25 de junho de 1974 e 26, de 11 de setembro de 1975, ao disposto no art. 239 da Constituição.	Em tramitação
213/89	Comissão Diretora	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de acordo com o art. 7º da Constituição Federal e seus incisos, e dá outras providências.	Em tramitação
214/89	Comissão Diretora (Complementar) (Ver PLS nº 94/88)	Dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa e dá outras providências.	Em tramitação
215/89	Edison Lobão	Dispõe sobre a remuneração profissional mínima dos professores das instituições públicas do ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Em tramitação
216/89	Mauro Borges	Altera o art. 25 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.	Em tramitação
217/89	Márcio Lacerda	Faculta a dedução de despesas médicas e hospitalares em um dos meses seguintes ao correspondente pagamento, para fins de determinação mensal da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas.	A Câmara
218/89	Nelson Carneiro	Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.	A Câmara
219/89	Leopoldo Peres	Concede reparação de natureza econômica ao cidadão impedido de exercer na vida civil atividade específica em decorrência das Portarias Reservadas n.ºs S-50GM-5 e S-285GM-5 do Ministério da Aeronáutica.	Em tramitação
220/89	Marco Maciel (Ver PLS nº 154/89)	Regulamenta o art. 10 da Constituição.	Em tramitação
221/89	Odacir Soares	Considera nula todas as nomeações e admissões sem concurso público, feitas na Administração Pública Direta ou Indireta e dá outras providências.	Em tramitação
222/89	Ruy Bacelar	Dispõe sobre a aplicação em sociedades cooperativas dos incentivos fiscais previstos no Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
223/89	Teotonio Vilela Filho	Dispõe sobre a inclusão das creches e estabelecimentos similares no programa educacional brasileiro.	Em tramitação
224/89 (Complementar)	Carlos Chiarelli	Estabelece condições para a aposentadoria especial dos servidores públicos civis da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, bem como dos trabalhadores regidos pela CLT, conforme o disposto, respectivamente, no § 1º do art. 40 e no inciso II do art. 202, da Constituição Federal.	Em tramitação
225/89	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
226/89	Humberto Lucena	Regula as coligações partidárias e o prazo de registro de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, nas eleições em segundo turno e dá outras providências.	Rejeitado
227/89	Humberto Lucena	Dispõe sobre os horários de propaganda gratuita, nas emissões de radiodifusão.	Em tramitação
228/89	Humberto Lucena	Atribui ao eleitor o direito de voto em trânsito, e dá outras providências.	Em tramitação
229/89	Lourenberg Nunes Rocha	Dá nova redação ao art. 125 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).	Em tramitação
230/89	Itamar Franco	Revoga a Lei nº 7.770, de 1º de junho de 1989.	Rejeitado
231/89	Marco Maciel	Dispõe sobre benefícios fiscais concedidos à pesquisa científica e tecnológica e dá outras providências.	Em tramitação
232/89	Lourenberg Nunes Rocha	Dispõe sobre aposentadoria especial aos digitadores de processamento de dados, e dá outras providências.	Em tramitação
233/89 (Ver PLS nº 125/89)	Iram Saraiva	Dispõe sobre o serviço alternativo a ser atribuído pelas Forças Armadas, em tempo de paz, aos alistados que alegarem imperativo de consciência, regulando o disposto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal.	À Câmara Decisão Terminativa
234/89	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a fabricação e o uso de pára-raios radioativos e dá outras providências.	Em tramitação
235/89	Gomes Carvalho	Altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
236/89 (Ver PLS nº 178/89)	Dirceu Carneiro	Dispõe sobre a política no setor agropecuário e dá outras providências.	Em tramitação
237/89 (Ver PLS nº 178/89)	José Fogaça	Regulamenta o art. 187 da Constituição Federal que trata da política agrícola e dá outras providências.	Em tramitação
238/89 (Ver PLS nº 152/89)	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores urbanos e rurais nos lucros ou resultados da empresa, nos termos do art. 7º, inciso XI da Constituição Federal, e define participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho para os efeitos do § 4º do art. 213 da Constituição.	Prejudicado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
239/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre aposentadoria especial aos empregados em depósitos de combustíveis líquidos, gasosos, na coleta de lixo e detritos poluentes químicos, físicos, ferrosos, na pulverização agrícola, conservação e limpeza de ambientes.	Em tramitação
240/89	Márcio Lacerda	Estabelece prazo de dois anos para que as fábricas de alimentos adotem a tecnologia de costura eletrônica no acondicionamento de enlatados e determina a impressão, no rótulo ou na parte externa da embalagem, do número do lote, data de fabricação e validade do alimento acondicionado.	À Câmara
241/89	Gerson Camata	Permite às instituições filantrópicas, esportivas e estudantis, promover a distribuição de prêmios mediante sorteios, rifas, bingos ou tômbolas, nas condições que especifica.	Em tramitação
242/89	Edison Lobão	Altera a redação do art. 14 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para permitir sejam deduzidas do rendimento bruto as despesas com instrução.	Em tramitação
243/89	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 4º do art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
244/89	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre a composição territorial da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste para efeito da política de desenvolvimento, promovida pela União.	Em tramitação
245/89	Maurício Corrêa	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
246/89	Nelson Wedekin	Isenta o serviço de radioamador do pagamento da taxa de fiscalização, criada pela Lei nº 5.070, de 1966.	Em tramitação
247/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre aposentadoria especial aos digitadores de Processamento de Dados, e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
248/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre o trabalho das pessoas portadoras de deficiência e institui incentivos à oferta de empregos sob regime de trabalho protegido.	Em tramitação
249/89	Luiz Viana	Altera, atualiza e consolida a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais.	Em tramitação
250/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre a exploração de serviços turísticos e dá outras providências.	Em tramitação
251/89	Humberto Lucena	Estabelece critérios para a divulgação de pesquisas, prévias ou testes eleitorais e dá outras providências.	Em tramitação
252/89	Odacir Soares	Define a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal a nível regional e estabelece provisoriamente os coeficientes individuais de participação.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
253/89	Aureo Mello	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados as saídas de veículos automotores, máquinas, equipamentos, bem como de suas partes e peças separadas, quando destinadas à utilização nas atividades dos Corpos de Bombeiros, em todo o território nacional.	A Câmara Decisão Terminativa
254/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre a integração das donas-de-casa à Previdência Social.	Em tramitação
255/89	Nelson Carneiro	Institui o Código de Menores e dá outras providências.	Em tramitação
256/89	Comissão Diretora (Complementar)	Dispõe sobre a declaração de nulidade dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, e dá outras providências.	Em tramitação
257/89	Comissão Diretora (Complementar)	Define a cláusula "relevante interesse público da União", para fins de ocupação, domínio ou posse das terras indígenas, ou exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, e dá outras providências.	Em tramitação
258/89	Comissão Diretora	Dispõe sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, dos órgãos de Segurança Pública de que trata o § 4º do art. 32 da Constituição Federal.	Em tramitação
259/89	Comissão Diretora	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data .	A Câmara
260/89	Comissão Diretora	Dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e dá outras providências.	Em tramitação
261/89	Francisco Rollemberg	Acrescenta dispositivos, após o art. 242 do Título II do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965, com suas alterações).	Em tramitação
262/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o exercício dos direitos culturais, os incentivos à cultura, a proteção à cultura brasileira, e dá outras providências.	Em tramitação
263/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os segmentos étnicos nacionais e dá outras providências.	Em tramitação
264/89	Gerson Camata	Dá nova redação ao § 3º do art. 36 da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989.	Em tramitação
265/89	Dirceu Carneiro	Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.	Em tramitação
266/89	Ronan Tito	Cria o Adicional de Tarifa Aeroportuária (ATA) e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
267/89	Lavoisier Maia	Regulamenta o inciso LXXVI, do art. 5º da Constituição brasileira, que beneficia as pessoas consideradas pobres.	Rejeitado
268/89	Iram Saraiva	Regulamenta o inciso XXI do art. 7º da Constituição.	Em tramitação
269/89	Ronan Tito	Cria o Adicional de Tarifa Aeroportuária e dá outras providências.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
270/89	Márcio Lacerda	Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.	Em tramitação
271/89	Lourenberg Nunes Rocha	Nacionaliza a prestação de serviços de auditoria externa.	Em tramitação
272/89	Lourenberg Nunes Rocha	Torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares de I e II graus, nos estabelecimentos de ensino público e particular, e dá outras providências.	Em tramitação
273/89	Márcio Lacerda	Estabelece restrições à ocupação dos cargos de Presidente e Diretor do Banco Central e dá outras providências.	Em tramitação
274/89	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.	Em tramitação
275/89	Iram Saraiva	Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, estabelecendo a gratuidade de custas judiciais das ações de habeas corpus e habeas data .	Em tramitação
276/89	Marco Maciel	Dispõe sobre a destinação das multas e indenizações decorrentes de danos ao meio ambiente.	Em tramitação
277/89	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a política de preços de bens e serviços fornecidos pelo setor público, ou por este contratados.	Em tramitação
278/89	Iram Saraiva	Regulamenta o disposto no § 5º do art. 40 da Constituição.	Retirado pelo Autor
279/89	Márcio Lacerda	Altera os arts. 32 e 34 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que institui o Código de Menores, dando-lhe nova redação na conformidade da Constituição Federal em seu Capítulo VII, arts. 226, § 3º, e 227, caput .	Em tramitação
280/89	Olavo Pires	Autoriza a Universidade Federal de Rondônia a estender suas unidades de ensino superior aos Municípios de Ouro Preto do Oeste, Ariquemes e Ji-Paraná.	Em tramitação
281/89	Iram Saraiva	Dispõe sobre a remuneração do serviço extraordinário nos casos que especifica.	Em tramitação
282/89	Márcio Lacerda	Regulamenta o art. 227, § 6º, da Constituição Federal, dando nova redação aos itens 1º do art. 52 e 7º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Retirado pelo Autor
283/89	João Menezes	Declara a floresta amazônica monumento natural.	Em tramitação
284/89	Iram Saraiva	Regulamenta o inciso III do art. 221 da Constituição Federal que dispõe sobre a regionalização da programação jornalística, cultural e artística de rádio e TV.	Em tramitação
285/89	Comissão Diretora	Define os atos de improbidade administrativa de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
286/89	Comissão Diretora	Altera e acrescenta disposições à Lei nº 6.964, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e dá outras providências.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
287/89	Jamil Haddad	Dispõe sobre o magistério superior em estabelecimento privado.	Em tramitação
288/89	Teotônio Vilela Filho	Dispõe sobre a instalação de aparelhos de compactação e incineração de lixo hospitalar em hospitais, clínicas, laboratórios e entidades semelhantes, e dá outras providências.	Em tramitação
289/89	José Fogaça	Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas.	Em tramitação
290/89	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 1º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que "dispõe sobre a antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências".	Em tramitação
291/89 (Ver PLS nº 199/89)	Itamar Franco	Assegura a preferência nas aquisições de bens ou serviços pelo Poder Público, às empresas brasileiras de capital nacional.	Em tramitação
292/89	Jutahy Magalhães	Estabelece normas para a transmissão de programas gratuitos no rádio e televisão para partidos políticos e dá outras providências.	Em tramitação
293/89	Iram Saraiva	Regulamenta o que dispõe o art. 244 e o § 2º do art. 227 da Constituição Federal.	Em tramitação
294/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil, as garantias dos depósitos de rejeitos radiativos e dá outras providências.	Em tramitação
295/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as cédulas eleitorais para as eleições de 1990, e dá outras providências.	Em tramitação
296/89	Lourenberg Nunes Rocha	Acrescenta o § 3º, ao art. 3º da Lei nº 5.823, de 14 de novembro de 1972, estabelecendo a obrigatoriedade de todas as bebidas enlatadas ou engarrafadas conterem em seus rótulos a discriminação completa das substâncias que a compõem, assim como número do lote, data de fabricação e prazo de validade.	Em tramitação
297/89	Fernando Henrique Cardoso	Estabelece normas para a realização de eleições em 1990, e dá outras providências.	A Câmara
298/89	Iram Saraiva	Isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza no caso que especifica.	Em tramitação
299/89	João Menezes	Cria a Fundação Machado de Assis, e dá outras providências.	Em tramitação
300/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre as pesquisas estatísticas, de opinião pública, mercadológicas e semelhantes, e dá outras providências.	Em tramitação
301/89	Maurício Corrêa	Transfere para o domínio do Distrito Federal os imóveis que menciona.	Em tramitação
302/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre domicílio eleitoral, filiação partidária, propaganda eleitoral gratuita, e dá outras providências.	Em tramitação
303/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a transferência de título eleitoral.	A Câmara
304/89	Nelson Carneiro	Institui o Dia Nacional de formação profissional, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
305/89	Albano Franco	Dispõe sobre medidas de estímulo para reequipamento de instituições dedicadas ao ensino técnico e tecnológico, bem como ao aprimoramento de recursos humanos.	Em tramitação
306/89	Ney Maranhão	Regulamenta o art. 172 da Constituição Federal que trata de investimento de capital estrangeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
307/89	Mendes Canale	Altera a redação dos arts. 43, 44, 47, 54, 77, 81, 83, 87, 93 e acrescenta parágrafo ao art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 (Código Penal), os quais dispõem sobre penas restritivas de liberdade e interdição de direitos no homicídio.	Em tramitação
308/89	Francisco Rollemberg	Institui o cadastro nacional de infrações penais e dá outras providências.	Em tramitação
309/89	Itamar Franco	Dá nova redação ao dispositivo que menciona do Código Eleitoral.	Em tramitação
310/89	Odacir Soares	Dispõe sobre o registro dos sindicatos e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
311/89	João Menezes	Dispõe sobre os produtos semi-elaborados sujeitos à incidência do ICMS quando exportados para o exterior (art. 155, § 2º, X, a, da Constituição Federal).	Em tramitação
312/89	Itamar Franco	Dispõe sobre a emissão de uma série especial de selos postais comemorativa do centenário de fundação do Instituto Granbery de Juiz de Fora.	Em tramitação
313/89	Teotonio Vilela Filho	Regulamenta os incisos XXVII e XXVIII do art. 5º da Constituição Federal, que dispõem sobre direitos autorais.	Em tramitação
314/89	Governo do Amapá	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Amapá para o exercício financeiro de 1990.	A Sanção do Governador
315/89	Governo de Roraima	Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 1990.	A Sanção do Governador
316/89	Albano Franco	Estabelece limites permanentes para a mobilização nacional nos casos de elevação dos índices de analfabetismo.	Em tramitação
317/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a prisão preventiva nos casos de crimes inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia, e de estupro, latrocínio e homicídio qualificado, e dá outras providências.	Em tramitação
318/89	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976.	Em tramitação
319/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a alienação de bens imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Em tramitação
320/89	Nelson Wedekin	Altera a legislação que dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias federais.	Em tramitação
321/89	Nelson Wedekin	Concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis de passageiros destinados ao uso de táxis, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
322/89	Áureo Mello	Institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União, e dá outras providências.	Em tramitação
323/89	Lavoisier Maia	Regulamenta o inciso II do art. 202 da Constituição Brasileira concedendo aposentadoria especial ao trabalhador que exerça atividade sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, e dá outras providências.	Em tramitação
324/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais na importação e na aquisição no mercado nacional de bens, insumos e matérias primas destinadas a edição de jornais, revistas, livros e demais periódicos e à transmissão das emissoras de rádio e televisão.	Em tramitação
325/89	Leopoldo Peres	Cria um adicional sobre tarifa de energia elétrica para custear o Plano Nacional de Vias Navegáveis Interiores e dá outras providências.	Em tramitação
326/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto de arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.	Em tramitação
327/89	Divaldo Suruagy	Estabelece normas gerais aplicáveis ao Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto o óleo diesel — IVVC, de competência dos Municípios.	Em tramitação
328/89	Divaldo Suruagy	Estabelece normas gerais ao Imposto sobre Transmissão, "Intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição — IIBI — IV.	A Câmara
329/89	Lourenberg Nunes Rocha	Fixa critérios para a realização de despesas com publicidade oficial,	Em tramitação
330/89	Lourenberg Nunes Rocha	Proíbe a instalação de pedreiras nos centros urbanos e dá outras providências.	Em tramitação
331/89	Mauro Benevides	Fixa o prazo para domicílio eleitoral nas eleições de 1990.	Em tramitação
332/89	Márcio Lacerda	Revoga os arts. 51, 151 e 157 do Código Eleitoral, que determinam medidas sanitárias nos títulos eleitorais de portadores de hanseníase.	A Câmara
333/89	Gomes Carvalho	Isenta do pagamento do Imposto de Renda a Estrada de Ferro do Paraná Oeste S.A. — FERROESTE, no caso que especifica.	Em tramitação
334/89	Cid Sabóia de Carvalho	Fixa os limites previstos no § 2º, II, do art. 153, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
335/89	Márcio Lacerda	Regulamenta o art. 227, § 6º, da Constituição Federal, dando nova redação ao item 1º do art. 52 e 7º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Em tramitação
336/89	Nelson Wedekin	Dispõe sobre o aviso prévio proporcional e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
337/89	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre a realização, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de levantamento populacional no intervalo entre os censos decenais, e dá outras providências.	Em tramitação
338/89	Odacir Soares	Regulamenta o art. 135 da Constituição Federal.	Em tramitação
339/89	Mansueto de Lavor	Concede ao idoso e ao deficiente físico ou mental, o benefício da percepção de um salário mínimo mensal, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.	Em tramitação
340/89	Márcio Lacerda	Torna privativa das entidades desportivas que menciona, e do próprio jogador, a aquisição de passe de atletas profissionais de futebol, e dá outras providências.	Em tramitação
341/89	Odacir Soares	Dispõe sobre a Organização Sindical e dá outras providências.	Em tramitação
342/89	Jutahy Magalhães	Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.	Em tramitação
343/89	Jarbas Passarinho	Regulamenta o exercício da profissão de desenhista, e dá outras providências.	Em tramitação
344/89	Ney Maranhão	Regulamenta o art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal, que trata da competência da União em organizar o abastecimento alimentar e dá outras providências.	Em tramitação
345/89	Márcio Lacerda	Altera o art. 299 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, atualizado pela Lei nº 7.251, de 19 de novembro de 1984).	Em tramitação
346/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco e dá outras providências.	Em tramitação
347/89	Jamil Haddad	Define crimes contra a memória nacional.	Em tramitação
348/89	Marco Maciel	Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal de Pernambuco em Centro Federal de Educação Tecnológica.	Em tramitação
349/89	José Fogaça	Estabelece normas para a realização de eleições em 1990 e dá outras providências.	Em tramitação
350/89	Wilson Martins	Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Em tramitação
351/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre a utilização do BTN Fiscal nos contratos de compra e venda mercantil.	Em tramitação
352/89	Louremberg Nunes Rocha	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas construtoras que contratarem com o serviço público a admitirem estagiários e dá outras providências.	Em tramitação
353/89	Jutahy Magalhães	Estabelece os feriados nacionais e dá outras providências.	Em tramitação
354/89	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
355/89	Jutahy Magalhães	Cria rede de escolas especializadas no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, com base nos dispositivos constitucionais, em especial o art. 227, caput , e o art. 60 das Disposições Transitórias.	Em tramitação
356/89	Pompeu de Sousa	Dispõe sobre denúncias de irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.	Em tramitação
357/89	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.	A Câmara Decisão Terminativa
358/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre as sociedades de economia mista,	Em tramitação
359/89	Mendes Canale	Dispõe sobre a criação do Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal (Propantanal).	Em tramitação
360/89	Gomes Carvalho	Dispõe sobre o "Programa de Cesta Básica da Alimentação" ao trabalhador.	Em tramitação
361/89	José Ignácio Ferreira	Define como crime contra a administração pública os atos que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
362/89	Comissão Diretora	Dispõe sobre o uso obrigatório da marca alusiva ao Centenário da República na correspondência oficial dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, União, Estados e Municípios.	A Câmara
363/89	Ronan Tito	Isenta da quota de contribuição patronal à Previdência Social as entidades de fins filantrópicos, reconhecidas de utilidade pública, cujos membros de suas diretorias não percebam remuneração.	Em tramitação
364/89	Ronan Tito	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Peçanha, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
365/89	Gerson Camata	Fixa critério para estimativa da população municipal para efeito de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios.	Em tramitação
366/89	João Lobo	Estabelece critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).	Em tramitação
367/89	Moisés Abrão	Dispõe sobre eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos novos municípios criados pelas Constituições Estaduais.	Em tramitação
368/89	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia.	Em tramitação
369/89	Nelson Carneiro	Dispõe sobre os serviços notariais e de registro.	Em tramitação
370/89	Marco Maciel	Estabelece normas para o uso de técnicas de engenharia genética para a construção, manipulação, circulação e liberação de moléculas de DNA recombinante e de organismos e vírus que os contenham e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
371/89	Silvio Name	Caracteriza a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes considerados hediondos, tornando eficaz o inciso XLIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação
372/89 (Complementar)	Maurício Corrêa	Dispõe sobre as imunidades tributárias referentes às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.	Em tramitação
373/89	Alacoque Bezerra	Dispõe sobre piso salarial para o início da carreira do magistério público nos níveis fundamental e médio, e dá outras providências.	Em tramitação
374/89	Márcio Lacerda	Declara o pantanal mato-grossense área reservada para os fins e usos especiais que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
375/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre o controle das acumulações previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição, e dá outras providências.	Em tramitação
376/89	Mansueto de Lavor	Dispõe sobre a criação da Fundação Cebrap, e dá outras providências.	Em tramitação
377/89	Fernando Henrique Cardoso	Altera dispositivos da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 e do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e dá outras providências.	Em tramitação
378/89	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 185 da Lei nº 4.737, de 1965.	A Câmara
379/89	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o uso do selo especial de controle de que trata a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.	Em tramitação
380/89	Jamil Haddad	Dispõe sobre pagamento de pensões alimentícias.	Em tramitação
381/89	Maurício Corrêa	Prorroga o prazo de ocupação de imóvel funcional localizado no Distrito Federal.	A Câmara
382/89	Marcos Mendonça	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, destinando área exclusiva à edificação de Centro de Convivência de Idosos.	Em tramitação
383/89	Márcio Lacerda	Modifica o § 2 do art. 77 da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, que "altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e dá outras providências.	Em tramitação
384/89	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Dá nova redação ao § 1º dos arts. 1º e 6º e respectivo § 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.	A Câmara
385/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre registro de entidades sindicais e dá outras providências.	Em tramitação
386/89	Odacir Soares	Define como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo a ofensa à integridade corporal ou à saúde de parlamentar e dá outras providências.	Em tramitação
387/89	Alacoque Bezerra	Dispõe sobre a merenda escolar e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
388/89	Francisco Rollemberg	Altera o art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias" para reduzir o número de assinaturas necessárias à aprovação da Convenção de Condomínio.	Em tramitação
389/89	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a tramitação de medida provisória e dá outras providências.	A Câmara
390/89	Jutahy Magalhães	Cria o Conselho de Estudos Técnicos da Aviação Civil.	Em tramitação
391/89	Francisco Rollemberg	Proíbe o uso de pneus recapados nos casos que especifica e dá outras providências.	Em tramitação
392/89	Marcos Mendonça	Regulamenta o art. 143, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre o serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.	Em tramitação
393/89	Carlos De'Carli	Dispõe sobre o cancelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.	Em tramitação
394/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.	Em tramitação
395/89	Marco Maciel	Regulamenta a execução do disposto no art. 14, itens I, II e III, da Constituição Federal.	Em tramitação
396/89	Márcio Lacerda	Altera dispositivos legais sobre crimes contra a economia popular e o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.	Em tramitação
397/89	Francisco Rollemberg	Estabelece correção monetária mensal para as contas individuais do Fundo de Participação PIS-Pasep e dá outras providências.	Em tramitação
398/89	Leite Chaves	Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.	Em tramitação
399/89	José Ignácio Ferreira	Adiciona parágrafo ao art. 11 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para permitir deduções do rendimento bruto auferido por profissionais autônomos, nas condições que menciona.	Em tramitação
400/89	José Ignácio Ferreira	Altera dispositivo da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências.	
401/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a prestação do serviço cívico e dá outras providências.	Em tramitação
402/89	José Ignácio Ferreira	Regulamenta o art. 10 e o inciso VII do art. 194 da Constituição Federal, dispondo sobre a participação dos trabalhadores, empresários e aposentados nas instituições integrantes do Sistema de Seguridade Social.	Em tramitação
403/89	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o Relatório do Impacto Sócio-Econômico-RISE, a ser exigido como condição prévia para instalações industriais e de serviços de médio e grande porte, designa as agências administrativas e estabelece ritos, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
404/89	Márcio Lacerda	Altera o art. 32 do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, para incluir a obrigatoriedade da impressão de logotipo da entidade ou órgão da Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
405/89	Márcio Lacerda	Torna obrigatória a publicação de despesas com publicidade realizadas pela União Federal.	Em tramitação
406/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a proibição de venda da cola de sapateiro para menores de 18 anos, e dá outras providências.	Em tramitação
407/89	Marcos Mendonça	Altera a Lei nº 5.357, de 17 de novembro de 1967, que estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lancem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.	Em tramitação
408/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre o exercício da profissão de Barbeiro e Cabeleireiro, e dá outras providências.	Em tramitação
409/89	Marcos Mendonça	Destina recursos para programas de assistência aos idosos, através do Fundo de Apoio de Desenvolvimento Social — FAS, mediante contribuição sobre os prêmios líquidos da Loteria Federal e dos concursos de prognósticos federais (Loteria Esportiva e Loteria de Números — LOTO e SENA).	Em tramitação
410/89	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a política nacional de salários, observado o disposto na Constituição Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
411/89	Márcio Lacerda	Altera, de um para dois anos, o prazo fixado no art. 39 da Lei nº 6.649, de 1979.	Em tramitação
412/89	Marcos Mendonça	Institui o ensino obrigatório de Geriatria nas faculdades de ciência da saúde.	Em tramitação
413/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre débitos devidos nos processos trabalhistas.	Em tramitação
414/89	Marcos Mendonça	Cria fundos de melhoria do transporte urbano público, revoga as Leis nºs 7.418/85, 7.619/87 e art. 8º da Lei nº 7.855/89, e dá outras providências.	Em tramitação
415/89	Antonio Luiz Maya	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Porto Nacional, no Estado de Tocantins, e dá outras providências.	Em tramitação
416/89	Marcos Mendonça	Introduz alteração no caput do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, com o objetivo de fixar em 16 anos completos a idade mínima para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.	Em tramitação
417/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a instalação de tubos de escape na parte superior dos caminhões e ônibus.	Em tramitação
418/89	Marcos Mendonça	Dá nova redação a dispositivo que menciona, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
419/89	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a participação dos empregados na gestão das empresas, e dá outras providências.	Em tramitação
420/89	Carlos De'Carli	Institui o Dia Nacional de Preservação da Amazônia.	Em tramitação

**c) ARQUIVADOS POR PREJUDICIALIDADE, NOS TERMOS DO ART. 334, "a",
REGIMENTO INTERNO**

Nº	Autor	Ementa
153/78 (Complementar)	Franco Montoro	Permite aos assalariados a utilização do PIS/Pasep para custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.
159/78 (Complementar)	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obtenção de empréstimos simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pasep.
252/78 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26/75, que dispõe sobre o PIS-Pasep, para o fim de autorizar a concessão de empréstimo simples aos participantes do Fundo.
330/78 (Complementar)	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários na administração do PIS/Pasep. Dispõe sobre a descentralização do PIS/Pasep e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS/Pasep serão aplicados preferencialmente no financiamento da produção de alimentos, vestuário, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.
50/79 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o Programa de Integração Social — PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — Pasep.
53/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 6.179, de 1974, que institui amparo previdenciário para os maiores de 70 anos e para os inválidos.
152/79 (Complementar)	Franco Montoro	Permite aos assalariados a utilização do PIS/Pasep para custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seu dependente.
196/79 (Complementar)	Franco Montoro	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 21 de dezembro de 1971.
153/80 (Complementar)	Franco Montoro	Estabelece que o PIS/Pasep terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
217/80 (Complementar)	Henrique Santillo	Faculta aos participantes do Fundo de Participação do PIS/Pasep a utilização do saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.

Nº	Autor	Ementa
71/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-Lei nº 594, de 1969, que institui a Loteria Esportiva.
160/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural).
255/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o Prorural.
260/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural,
287/81 (Complementar)	Lázaro Barbosa	Altera a Lei Complementar nº 26, de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS/Pasep para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.
293/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
312/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.
339/81 (Complementar)	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep.
342/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.
1/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviço de saúde.
102/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Prorural.
105/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
122/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o Prorural.
124/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
10/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 6º, caput , da Lei nº 5.107, de 1966, elevando de 10 para 50 o percentual nele previsto e referente à complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a cargo da empresa, pela rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.
12/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
48/83 (Complementar)	Álvaro Dias	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — Prorural.
49/83 (Complementar)	Álvaro Dias	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.

Nº	Autor	Ementa
121/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep.
133/83	Roberto Campos	Reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio-desemprego.
134/83	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial e dá outras providências.
135/83	Roberto Campos	Cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.
136/83	Roberto Campos	Autoriza a delegação de atividade de previdência social a empresas privadas.
137/83	Roberto Campos	Cria nas empresas privadas, como alternativa à dispensa de empregados, a disponibilidade remunerada e dá outras providências.
141/83	Roberto Campos	Agiliza as reduções de jornada de trabalho e conseqüentes de salários para evitar dispensa de pessoal.
145/83 (Complementar)	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep, visando possibilitar que os seus depósitos sejam utilizados na aquisição da casa própria.
160/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o Prorural.
162/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
165/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
176/83	Hélio Gueiros	Estabelece a garantia da estabilidade para todos os empregados.
189/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a antecipação parcelada da gratificação salarial e respectiva correção monetária e dá outras providências.
192/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep, para o fim de determinar que os trabalhadores desempregados não sejam excluídos do direito à retirada anual prevista no § 3º do art. 4º
193/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
207/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep.
252/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Prorural.
256/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu o PIS.
292/83 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.

Nº	Autor	Ementa
157/84	Gastão Müller	Proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.
177/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, com vistas a atribuir à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relacionadas com o PIS, bem como a fixar prazo de prescrição para reclamar direitos nesse campo.
180/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep, com vistas a permitir a utilização do saldo das contas individuais, no caso que especifica.
193/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep, para o fim de permitir a movimentação da conta individual, na situação que especifica.
227/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Autoriza a movimentação das contas individuais do PIS/Pasep, pelos participantes que especifica, durante certo tempo.
250/84 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, que instituiu o Prorural.
91/85 (Complementar)	Carlos Alberto	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), com vistas a facultar a movimentação das contas individuais no caso de calamidade pública, decorrente de enchente ou inundação.
95/85 (Complementar)	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, alterada pela Lei Complementar nº 16, de 1973, e dá outras providências.
122/85 (Complementar)	Carlos Alberto	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para o fim de permitir, ao titular de conta individual, o recebimento do respectivo saldo, na hipótese de desemprego involuntário.
184/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 11, de 1971, com vistas a atribuir aos sindicatos a competência para comprovar a condição de trabalhador rural de pretendente a benefício do Prorural.
208/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 7, de 1970, que institui o PIS, de modo a determinar que reverta em favor do trabalhador prejudicado a multa aplicada ao empregador por omissão dolosa ou declaração falsa.
254/85 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, concedendo o direito de saque do Fundo (PIS/Pasep) a todos os participantes casados, mesmo que o casamento tenha sido realizado anteriormente.

Nº	Autor	Ementa
311/85	Jorge Kalume (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da Legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).
352/85	Nivaldo Machado	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o Exercício Financeiro de 1985".
378/85-DF	Comissão do DF	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 1978, para o fim de permitir a transferência de pensão especial, devida a ex-combatente, a dependentes específicos, e a acumulação desta com a pensão previdenciária.
24/86	Odacir Soares (Complementar)	Altera o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).
47/86	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz modificação na Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS/Pasep.
129/86	Passos Porto	Dispõe sobre a proteção do trabalho do empregado em serviços domésticos, e dá outras providências.
169/86	Cesar Cals	Altera a legislação da Previdência Social Urbana.
226/86	Carlos Chiarelli (Complementar)	Acrescenta alínea ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 11, de 1971, e altera a redação do § 2º do mesmo artigo, para assegurar à esposa ou companheira do trabalhador rural a condição de titular de direitos previdenciários.
233/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 396 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
235/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os arts. 1º, 3º e 7º da Lei nº 605, de 1949, instituindo em 40 horas semanais a duração máxima do trabalho.
4/87	Divaldo Suruagy	Dispõe sobre as medidas de incentivo e amparo à família, institui o Sistema de Compensações Diferenciais, regula o respectivo Fundo, e dá outras providências.
7/87	Francisco Rollemberg	Dispõe sobre o treinamento de menores nos estabelecimentos industriais, propiciando-lhes aprendizagem entre os 14 e os 18 anos.
17/87	Odacir Soares (Complementar)	Autoriza os empregados a utilizar o saldo do Programa PIS/Pasep para a aquisição de casa própria.
20/87	Marcondes Gadelha	Dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências.
29/87	Jamil Haddad	Acrescenta parágrafo ao art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº	Autor	Ementa
32/87	Jamil Haddad	Altera a redação do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.
34/87	Jamil Haddad	Dispõe sobre a data do pagamento de salários dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
38/87	Jamil Haddad	Dá nova redação ao caput do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.
49/87	Jamil Haddad	Dispõe sobre o cálculo de custas em processos trabalhistas, e dá outras providências.
5/88	Carlos Chiarelli	Assegura auxílio financeiro complementar aos segurados da Previdência Social Urbana, aposentados por invalidez.
16/88	Jarbas Passarinho	Revigora por 180 dias, dispositivos do Decreto-Lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o FGTS às entidades de fins filantrópicos.
28/88	Nelson Carneiro	Estabelece a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe, nos casos e condições que especifica.
35/88	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz modificação na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS/Pasep.
41/88	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, estabelecendo novas exigências a serem cumpridas no recibo de pagamentos de salários.
44/88	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, com vistas a determinar participação de aposentados e representantes de APAE nos órgãos de administração previdenciárias que especifica.
48/88	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da CLT, com vistas a assegurar o pagamento das horas em que os ferroviários — mesmo os de estações do interior que realizam serviço intermitente ou de pouca densidade — ficam à disposição da empresa.
49/88	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
50/88	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a utilização de robôs nas atividades industriais insalubres,
51/88	Nelson Carneiro	Assegura um dia de folga por mês aos presidentes de associações de classe, para tratar de interesses da entidade, remunerando-se a falta.

d) EMENDADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SF	Nº CD	Autor	Ementa	Resultado
145/76	2.942/76	Itamar Franco	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A., a transferir para o Museu Mariano Procópio o vagão de transporte pessoal utilizado pelo Imperador D. Pedro I.	Em tramitação
4/79	1.677/79	Nelson Carneiro	Estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.	Prejudicado
244/79	2.883/80	Amaral Furlan	Altera o título da Seção IV do Título I da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e acrescenta parágrafo ao seu art. 154.	Em tramitação
122/76	4.597/77	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 586 da CLT.	Em tramitação
135/86	7.822/86	Alfredo Campos	Fixa o número de candidatos que os partidos políticos poderão registrar nas primeiras eleições.	Prejudicado
37/87	306/87	Nelson Carneiro	Determina a instalação de equipamentos antipoluição em veículos automotores de uso urbano.	A Sanção Veto total mantido
2/88	315/88	Affonso Camargo	Altera dispositivo da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Em tramitação
74/88	1.405/88	Alfredo Campos	Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 3.557, de 7 de maio de 1959, e dá outras providências.	Lei nº 7.891, de 23-11-89
45/89	3.931/89	Ronan Tito	Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.	Lei nº 7.990, de 28-11-89 Veto parcial

e) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos projetos 765

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 345

desta sessão legislativa 420

Aprovados e enviados à sanção 6

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 4

desta sessão legislativa 2

Aprovados e enviados à revisão da Câmara 118

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 32

desta sessão legislativa 86

Continuam em tramitação 508

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 213

desta sessão legislativa 295

Rejeitados 23

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 4

desta sessão legislativa 19

Retirados pelos autores 14

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 3

desta sessão legislativa 11

Declarados prejudicados 8

Sendo:

de sessão legislativa anterior 1

desta sessão legislativa 7

II — Arquivados por prejudicialidade (Reg. Int. art. 334, a) 88

III — Emendados pela Câmara dos Deputados 9

H.5.3 — PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão metalúrgico nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em tramitação
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em tramitação
49/77 (Tramitação em conjunto com os PLC nºs 111/81, 124/83 e 38/84)	395/75	Altera a redação da letra a do art. 3º da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em tramitação
19/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Em tramitação
37/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em tramitação
51/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
71/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Em tramitação
78/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 1971, que institui o Código de Propriedade Industrial.	Em tramitação
82/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em tramitação
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Em tramitação
68/79 (Tramita em conjunto com o PLS nº 262/79)	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Em tramitação
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em tramitação
25/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
49/80	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, e determina outras providências.	Em tramitação
53/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, acrescentando-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Em tramitação
96/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em tramitação
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembleias gerais,	Em tramitação
49/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da Sudene.	Em tramitação
51/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
55/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de bem imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-Lei nº 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da administração federal e determina outras providências.	Em tramitação
66/81	1.412/79	Dispõe sobre alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
70/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Em tramitação
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motoristas nas empresas de ônibus que especifica.	Em tramitação
111/81 (Vide PLC nº 49/77)	2.665/80	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
124/81	3.437/80	Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Em tramitação
134/81 (Vide PLC nº 118/84)	1.270/79	Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Em tramitação
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	Em tramitação
34/82	452/79	Modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
39/82 (Vide PLC nº 175/84)	4.104/80	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
41/82	1.652/79	Altera dispositivos da Lei nº 3.857, de 1960, e a Lei nº 6.533, de 1978, e dá outras providências.	Em tramitação
56/82 (Vide PLC nº 175/84)	1.078/79	Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei número 3.689, de 1941.	Em tramitação
57/82	2.074/79	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou o problema da criança e do menor carentes no Brasil.	Em tramitação
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleeducação.	Em tramitação
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Em tramitação
88/82	4.919/81	Acrescenta alínea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Em tramitação
96/82	4.596/81	Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos e dá outras providências.	Em tramitação
100/82	4.022/80	Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
101/82	292/79	Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não fumantes, e dá outras providências.	Em tramitação
102/82	4.697/81	Altera a Lei nº 1.390, de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
114/82	1.713/79	Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Em tramitação
117/82	5.268/81	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
119/82	4.698/81	Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Em tramitação
126/82	1.226/79	Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 1.075, de 1970.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
128/82	2.465/79	Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº 5.890, de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Em tramitação
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água.	Em tramitação
154/82	559/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, de 1964.	Em tramitação
155/82	3.391/80	Altera a redação do art. 9º do Decreto-Lei nº 891, de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 1971.	Em tramitação
2/83	3.366/80	Altera o caput do art. 492 da CLT e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
3/83 (Vide PLC nº 175/84)	3.419/80	Altera o art. 408 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal, relativo à sentença de pronúncia.	Em tramitação
4/83	1.627/79	Institui o salário mínimo profissional dos farmacêuticos, e dá outras providências.	Em tramitação
5/83	5.356/81	Regulamenta as profissões da área de processamento eletrônico de dados, e dá outras providências.	Em tramitação
14/83	191/79	Torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.	Em tramitação
15/83	277/79	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, dispondo sobre o pagamento de percentuais ao empregado despedido sem justa causa.	Em tramitação
18/83	1.622/79	Altera a redação do art. 143 da CLT.	Em tramitação
23/83	5.199/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Em tramitação
29/83	4.616/81	Revoga o art. 6º da Lei nº 3.419, de 1958, e determina outras providências.	Em tramitação
32/83	330/79	Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas, e dá outras providências.	Em tramitação
34/83	4.258/80	Introduz alteração no Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, determinando a reserva de parte dos terrenos de marinha para construção de casas de pescadores.	Em tramitação
38/83	3.773/80	Estabelece normas sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário, e dá outras providências.	Em tramitação
40/83	215/79	Acrescenta dispositivo ao art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
43/83	536/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas à prestação.	Em tramitação
45/83	427/79	Considera insalubre as atividades do pessoal empregado nos serviços de limpeza urbana de coleta e destino de lixo, e dá outras providências.	Em tramitação
47/83	5.615/81	Introduz alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.	Em tramitação
52/83	197/79	Autoriza os agentes do Sistema Nacional de Crédito Rural a adotarem medidas financeiras emergenciais, e dá outras providências.	Em tramitação
63/83	1.442/79	Dispõe sobre o afastamento de empregados eleitos para os Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional.	Em tramitação
64/83	1.003/79	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação
65/83	1.916/79	Concede aposentadoria especial ao piloto agrícola e determina outras providências.	Em tramitação
68/83	2.009/79	Acrescenta dispositivos aos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências".	Em tramitação
69/83	323/79	Dá nova redação ao inciso VI do art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias".	Em tramitação
72/83	1.180/79	Dispõe sobre a colocação de preços nos invólucros de leite.	Em tramitação
73/83	975/79	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Feira de Santana.	Em tramitação
82/83	1.810/79	Isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma.	Em tramitação
92/83	2.984/80	Acrescenta § 3º ao art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.	Em tramitação
95/83	2.580/80	Modifica dispositivos das Leis nºs 4.594, de 1964, e 6.435, de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros.	Em tramitação
99/83	3.358/77	Introduz alterações na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, no que se refere à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Em tramitação
102/83	3.059/80	Altera o Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
105/83	2.693/80	Dispensa do pagamento de multas e penalidades os cidadãos que deixarem de providenciar, em tempo hábil, os documentos que menciona.	Em tramitação
108/83	2.456/79	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.	Em tramitação
114/83	1.775/79	Proíbe às agências noticiosas fornecerem notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato.	Em tramitação
123/83	3.931/80	Proíbe ao condutor de veículos de transporte coletivo acumular a função de cobrador.	Em tramitação
124/83 (Vide PLC nº 49/77)	1.385/83	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
126/83	3.657/80	Considera insalubre a atividade profissional do linotipista.	Em tramitação
133/83	4.199/80	Autoriza o Poder Executivo a promover a realização de recenseamento bianuais em regiões pioneiras.	Em tramitação
135/83	3.816/80	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 605, de 1949, dispondo sobre descontos na remuneração de empregados.	Em tramitação
136/83	3.772/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas.	Em tramitação
142/83	4.019/80	Altera a redação do art. 524 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
145/83	4.077/80	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil, dispondo sobre o pagamento de honorários advocatícios nas ações de mandado de segurança.	Em tramitação
148/83	4.159/80	Dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior.	Em tramitação
150/83	4.791/81	Proíbe a divulgação, em veículo de comunicação social, da fotografia do indiciado ou suspeito de crime ou contravenção, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	4.748/81	Faculta ao pescador profissional filiar-se à Previdência Social Urbana, na qualidade de autônomo.	Em tramitação
152/83	4.746/81	Altera a redação do art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
163/83	5.237/81	Altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais.	Em tramitação
166/83	3.731/80	Dispensa de qualquer ônus o requerimento de segunda via do título de eleitor, revogando o art. 54 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
167/83	5.419/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, sobre admissão de excepcionais no serviço público civil da União.	Em tramitação
168/83	4.989/81	Disciplina o exercício da profissão de Tecnólogo em Cooperativismo.	Em tramitação
169/83	5.043/81	Assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral.	Em tramitação
171/83	5.064/81	Introduz modificações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, para o fim de estabelecer a participação das Polícias Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Trânsito.	Em tramitação
172/83	5.573/81	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terra onde está localizado o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte — MG, para a constituição de um Parque Público.	Em tramitação
175/83	5.670/81	Dispõe sobre a divulgação de documentos sigilosos e a proibição de destruí-los.	Em tramitação
178/83	4.945/81	Dispõe sobre o exercício do magistério no Sistema Braille, e dá outras providências.	Em tramitação
180/83	3.713/80	Altera a redação do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
181/83	5.551/81	Dispõe sobre a padronização do boletim de acidentes de trânsito.	Em tramitação
182/83	5.287/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações...” para o fim de determinar a obrigatoriedade de instalação de medidores individuais em todos os serviços públicos remunerados mediante tarifa, em cada unidade autônoma.	Em tramitação
183/83	5.277/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, para o fim de beneficiar também servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição imposta a seus maridos.	Em tramitação
184/83	5.704/81	Estabelece as normas a serem cumpridas pelas empresas que exploram os serviços públicos especificados.	Em tramitação
187/83	5.957/82	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Em tramitação
189/83	5.794/81	Define como crime de responsabilidade, dos prefeitos municipais, pagar a seus servidores salários abaixo do valor correspondente ao salário mínimo da região, introduzindo disposição no art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
190/83	4.046/80	Dispõe sobre o uso de veículo oficial em fim de semana e dia feriado.	Em tramitação
193/83	5.921/82	Autoriza o Poder Executivo a criar um Fundo para o Alistamento Eleitoral.	Em tramitação
194/83	5.966/82	Dispõe sobre prazos de inscrição em concursos ou provas de habilitação da União, suas atuarias, empresas públicas e entidades mistas e dá outras providências.	Em tramitação
195/83	5.709/81	Altera a redação do art. 35 do Decreto-Lei n 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal — para efeito de garantir à mulher casada o direito de queixa, e dá outras providências.	Em tramitação
196/83	3.642/80	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio público dos presentes e doações recebidas pelas autoridades que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
198/83 (Tramita em conjunto com o PLC nº 236/83)	803/83	Dispõe sobre a realização de concursos públicos e determina outras providências.	Em tramitação
199/83	263/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, os municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
200/83	5.311/81	Assegura ao guarda-noturno o direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e determina outras providências.	Em tramitação
202/83	5.109/81	Regula o exercício da profissão de motorista, e determina outras providências.	Em tramitação
204/83 (Tramita em conjunto com os PLC nºs 233/83, 252/84 e 132/85)	4.969/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
210/83	4.294/81	Revoga o § 4º do art. 37 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — Lei de Imprensa.	Em tramitação
212/83	4.802/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.474, de 18 de junho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.	Em tramitação
215/83	553/83	Altera o art. 1º e seu § 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.	Em tramitação
217/83	505/75	Determina a obrigatoriedade da incidência de juros e correção monetária nos débitos de entidades públicas.	Em tramitação
218/83	566/75	Assegura o direito de preferência, dos atuais ocupantes de imóveis residenciais do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, à aquisição das unidades respectivas.	Em tramitação
219/83	405/75	Dispõe sobre a aplicação de produtos saneantes clorados.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
220/83	12/75	Institui o "Dia da Bíblia", para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro.	Em tramitação
221/83	316/75	Acrescenta parágrafos ao art. 77 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
222/83	416/75	Dispõe sobre a anotação do salário, na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos barbeiros, cabeleireiros, manicuros e massagistas.	Em tramitação
225/83	138/75	Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e determina outras providências.	Em tramitação
228/83	5.566/81	Introduz alterações no Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, para o fim de incluir o crime de porte de arma e seus consectários.	Em tramitação
229/83	593/75	Introduz alterações no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que trata da responsabilidade dos prefeitos e vereadores, dispondo sobre maior proteção do mandato legislativo dos vereadores.	Em tramitação
230/83	5.480/81	Altera o art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
231/83	614/75	Erige em monumento nacional o túmulo de Getúlio Dornelles Vargas, na cidade de São Borja.	Em tramitação
233/83 (Vide PLC nº 204/83)	318/75	Concede dispensa de pagamento das prestações relativas à aquisição de casa própria, e dá outras providências.	Em tramitação
234/83	607/79	Altera dispositivo do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, retificado pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.	Em tramitação
236/83 (Vide PLC nº 198/83)	6.064/82	Dispõe sobre a realização de concursos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
238/83	4.009/80	Altera o art. 1º da Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970, para estender aos documentos que mencionam a autenticação pelo processo de chancela mecânica.	Em tramitação
240/83	191/75	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência, e determina outras providências.	Em tramitação
247/83	842/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que "dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins, e dá outras providências".	Em tramitação
256/83	1.327/75	Altera a redação do § 2º do art. 2º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, que extingue as contribuições sobre benefícios da Previdência Social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade.	Em tramitação
262/83	1.619/75	Altera disposições da Lei ns 4.137, de 10 de setembro de 1962 que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
266/83	2.120/83	Dispõe sobre o vestibular para os Cursos de Comunicação Social, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
278/83 (Poder Executivo)	4.941/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a transferir o imóvel que menciona, situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
279/83	1.370/83	Aplica aos denominados "Soldados da Borracha" disposições das Leis n.ºs 5.315, de 12 de setembro de 1967, e 5.698, de 31 de agosto de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
282/83	6.030/82	Dá nova redação ao art. 133 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
283/83	1.013/83	Dispõe sobre o alistamento de quem venha a completar dezoito anos de idade entre a data de encerramento do alistamento e a véspera do dia da eleição.	Em tramitação
288/83	4.330/81	Altera os arts. 523 e 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
289/83	2.397/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitar inscrição, em concurso público, de candidato que, não estando de posse do diploma do curso escolar exigido, possa provar havê-lo concluído.	Em tramitação
291/83	661/83	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.	Em tramitação
1/84	2.445/76	Dispõe sobre a resistência de veículos, altera o art. 36 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito e dá outras providências.	Em tramitação
2/84	3.061/76	Dá nova redação à alínea g do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciária Militar.	Em tramitação
4/84	2.401/76	Dispõe sobre requisitos de segurança para fabricação de veículos automotores e dá outras providências.	Em tramitação
6/84	3.791/77	Limita a contratação de empréstimos pelos prefeitos municipais e dá outras providências.	Em tramitação
12/84	2.518/76	Fixa a multa máxima permitida em casos de atraso nos pagamentos de mensalidades ou anuidades escolares.	Em tramitação
16/84	3.013/76	Altera o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1º-9-73, incluindo ligações na EF-116, no trecho Crato—Salgueiro.	Em tramitação
18/84	3.313/77	Acrescenta dispositivo ao texto da Lei nº 5.108, de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, objetivando facilitar o transporte de pessoas que necessitem de atendimento médico urgente.	Em tramitação
22/84	3.603/77	Amplia o traçado da ligação ferroviária EF-465, da Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1973.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
27/84	2.567/83	Institui o "Dia da Solidariedade ao povo libanês" e dá outras providências.	Em tramitação
28/84	56/79	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os motoristas profissionais.	Em tramitação
30/84	75/79	Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.	Em tramitação
34/84	91/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Em tramitação
38/84 (Vide PLC nº 49/77)	753/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.726, de 1965, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e Atividades Afins, e dá outras providências.	Em tramitação
39/84	611/79	Dispõe sobre não-incidência tributária nos casos que especifica.	Em tramitação
40/84	3.006/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação anti-ftosa, e dá outras providências.	Em tramitação
44/84	619/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Direito Agrário nas Faculdades de Agronomia e de Direito do País.	Em tramitação
46/84	615/79	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.754, de 14-4-89 Veto parcial
47/84 (Vide PLC nº 175/84)	702/79	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 — Código Penal e do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
51/84 (Poder Executivo)	6/83	Estabelece normas sobre o processo de trabalho.	Em tramitação
57/84	577/83	Altera a redação do art. 237 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
58/84	3.886/77	Modifica a redação do Capítulo II da Convenção de Condomínio — do Título I da Lei nº 4.591, de 1964.	Em tramitação
60/84	4.152/80	Dispõe sobre a perda da pensão do cônjuge credor, introduzindo alteração no art. 29 da Lei nº 6.515, de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Em tramitação
61/84 (Vide PLC nº 175/84)	944/79	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
63/84	871/79	Inclui nos encargos de família as importâncias pagas a título de alimentos ou pensões, em nome da mãe adotiva, para efeito de abatimento na renda bruta do contribuinte do Imposto de Renda.	Em tramitação
64/84	1.447/79	Dispõe sobre a criação de 2 (duas) Escolas Agrícolas no Estado do Pará, a nível de 2º grau.	Em tramitação
69/84	867/79	Autoriza as entidades públicas ou privadas, em todo o território nacional, a aproveitar a capacidade ociosa de suas instalações e do seu pessoal para fins educativos, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
71/84	1.174/79	Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.	Em tramitação
72/84	1.206/79	Estabelece condições para a alienação de empresas desestatizadas.	Em tramitação
73/84	1.223/79	Modifica o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
79/84	1.224/79	Introduz alterações na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.	Em tramitação
81/84 (Poder Executivo)	6.228/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
87/84	1.115/75	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.138, de 8 de novembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes.	Em tramitação
92/84	170/79	Obriga o plantio de árvores nativas e frutíferas nos projetos de florestamento e reflorestamento.	Em tramitação
93/84	2.932/76	Introduz alterações na Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Em tramitação
96/84	302/79	Altera a redação do art. 85 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Em tramitação
97/84	990/75	Dispõe sobre a prescrição dos processos ético-disciplinares contra profissionais liberais, e dá outras providências.	Em tramitação
99/84	3.818/77	Dispõe sobre a plantação da árvore pau-brasil em parques nacionais, e dá outras providências.	Em tramitação
100/84	200/79	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial na hipótese que especifica.	Em tramitação
102/84	389/75	Dispensa a exigência do visto de saída para brasileiro residente no exterior.	Prejudicado
104/84	282/79	Estabelece a gratuidade da expedição de atestados médicos e carteiras de saúde, pelos órgãos públicos federais.	Em tramitação
105/84	2.105/76	Dispõe sobre financiamentos a agricultores.	Em tramitação
106/84	231/83	Assegura os benefícios da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos que foram punidos por motivos políticos, embora sem fundamento, nos Atos Institucionais e Complementares, e dá outras providências.	Em tramitação
107/84	291/79	Acrescenta § 4º ao art. 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 (com nova redação dada pela Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972), isentando as instituições filantrópicas do pagamento da "Taxa de Distribuição de Prêmios".	Em tramitação
109/84	273/79	Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
112/84	1.473/79	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958 — Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Em tramitação
114/84	234/79	Institui o seguro obrigatório para atletas profissionais.	Em tramitação
118/84	634/75	Institui o Código Civil.	Em tramitação
	(Poder Executivo)		
	(Tramita em conjunto com os PLC nº 134/81 e PLS n.ºs 54/62; 276/76 e 110/81)		
119/84	272/79	Institui o tombamento do sítio cultural denominado Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
120/84	305/75	Altera a redação do art. 4º e acrescenta dispositivos ao art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Em tramitação
	(Vide PLC nº 112/84)		
122/84	2.742/76	Introduz alterações na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, para o fim de compatibilizá-la integralmente com a Constituição em vigor.	Em tramitação
125/84	2.951/76	Torna obrigatória a criação, em todos os municípios brasileiros, de parques especificamente destinados à preservação do meio ambiente e dá outras providências.	Em tramitação
127/84	148/79	Dispõe sobre a comercialização de defensivos destinados à agropecuária, institui a obrigatoriedade de receituário agrônomo e veterinário para sua aquisição, e dá outras providências.	Em tramitação
132/84	764/75	Dispõe sobre a concessão de meia-entrada a estudantes em cinemas e teatros.	Em tramitação
134/84	28/83	Torna eliminatória a prova de Língua Portuguesa no concurso vestibular.	Em tramitação
136/84	544/79	Altera o inciso IX do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, incluindo a obtenção de empréstimos excedentes da capacidade de pagamento da receita orçamentária do município, durante o último ano de mandato, entre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais.	Em tramitação
138/84	3.386/77	Dispõe sobre a velocidade máxima de 100km/h (cem quilômetros horários) para veículos que trafegam em auto-estradas e 90km/h (noventa quilômetros horários) nas demais rodovias pavimentadas em todo o território nacional.	Em tramitação
142/84	329/79	Considera insalubre o trabalho de coleta, transporte e tratamento de lixo, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
	(Tramita em conjunto com o PLC nº 141/85)		
144/84	558/79	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Agrícola e de Economia Doméstica, no Município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
175/84	1.655/83 (Poder Executivo)	Institui o Código de Processo Civil.	Retirado pelo Autor
178/84	2.241/79	Estabelece a obrigatoriedade de constar das capas de discos de músicas nacionais as respectivas letras e os dados biográficos dos seus autores e dá outras providências.	Em tramitação
179/84	1.521/79	Veda aos cônjuges e a parentes consanguíneos ou afins, entre si, até o 3º grau, pertencerem ao mesmo diretório partidário, acrescentando inciso ao art. 26 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em tramitação
181/84	1.797/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reforma bancária, para o fim de determinar que as instituições financeiras privadas tornem públicas as suas tabelas de juros.	Em tramitação
182/84	2.106/79	Proíbe o fumo nas salas de aula, auditórios e bibliotecas dos estabelecimentos de todos os graus e modalidades de ensino e dá outras providências.	Em tramitação
185/84	2.189/79	Dispõe sobre a criação de um Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no Estado do Acre.	Em tramitação
186/84	871/83	Altera dispositivos da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	386/83	Determina a devolução aos municípios do montante das retenções efetuadas a título de custeio do serviço de lançamento e arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Em tramitação
188/84	260/83	Acrescenta parágrafo ao art. 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
189/84	2.550/79	Modifica o Plano Nacional de Viação.	Em tramitação
190/84	2.804/80	Torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos residenciais de cooperativas habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).	Em tramitação
198/84	2.925/80	Veda a concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais da área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), às empresas que especifica.	Em tramitação
203/84	2.516/79	Dispõe sobre o advogado dativo, modificando artigo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação
204/84	2.762/80	Altera a redação do art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências.	Em tramitação
215/84	635/75 (Poder Executivo)	Institui a Lei das Contravenções Penais.	Retirado pelo Autor

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
216/84	380/79	Dispõe sobre reescalonamento de débitos bancários dos produtores do Vale do São Francisco atingidos por inundações.	Em tramitação
221/84	1.850/79	Modifica legislação sobre supervisão ministerial e dá outras providências.	Em tramitação
229/84	2.145/79	Acrescenta § 4º ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.691, de 1979, para autorizar o Poder Executivo a fixar a porcentagem de participação dos Municípios no produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, atendendo-se ao limite mínimo de 20% do total arrecadado.	Em tramitação
234/84	4.493/84	Concede anistia aos que efetuaram conversão desautorizada em veículos.	Em tramitação
236/84	1.298/83	Disciplina e limita o comprometimento da renda familiar dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e os reajustes da casa própria.	Em tramitação
244/84	4.637/84	Altera a redação do art. 156 da Lei nº 7.210, de 1984 — Lei de Execução Penal.	Em tramitação
252/84	3.031/84	Introduz modificação no Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e dá outras providências.	Em tramitação
13/85	3.413/80	Institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente.	A sanção Veto Total
15/85	4.248/80	Institui a Caderneta de Controle de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.	A sanção Veto Total
19/85	2.789/83	Dá nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências.	Rejeitado
23/85	1.558/83	Altera o art. 1º da Lei nº 883, de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.	Em tramitação
24/85	4.211/84	Dispõe sobre os pré-requisitos para o desempenho de cargos de chefia e assessoramento do Grupo-DAS, na Secretaria da Receita Federal.	Em tramitação
25/85	818/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da segurança nacional, os Municípios de Cubatão, São Sebastião, Paulínea e Castilho, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
26/85	3.365/77	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos dados que especifica.	Em tramitação
29/85	5.163/85	Dispõe sobre o processo de liquidação extrajudicial de entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.	Em tramitação
34/85	1.969/83	Altera dispositivos do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei nº 5.108, de 1966, para assegurar a municipalização do trânsito.	Em tramitação
36/85	1.371/75	Estabelece a obrigatoriedade de qualidade artística para os cartazes publicitários localizados ao longo das rodovias e dá outras providências.	Rejeitado
68/85	2.043/83	Atribui vantagens aos ocupantes de cargos ou funções em comissão.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
70/85	1.310/83	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.857, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.	Em tramitação
71/85	727/83	Introduz modificações nas disposições penais da Lei nº 6.435, de 1977, e dá outras providências.	Em tramitação
77/85	2.816/83	Dá o nome de José Antônio Mendes Sansano à CEASA — Campinas.	À sanção Lei nº 7.744 de 27-3-89
79/85	1.243/83	Obriga a realização de exames pré-anestésicos em pacientes sujeitos a cirurgia, para evitar choques anestésicos.	À sanção Veto Total
86/85 (Poder Executivo)	3.541/84	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, a doar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa o imóvel que menciona.	Em tramitação
87/85	322/83	Introduz dispositivos na Lei nº 6.727, de 21 de novembro de 1979, que “acrescenta parágrafo ao art. 10 do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista”.	Em tramitação
90/85	286/83	Permite ao cônjuge não cabeça do casal declarar em separado, para incidência do Imposto de Renda, os rendimentos de seu trabalho e de seus bens.	Em tramitação
93/85	3.724/84	Dispõe sobre a conservação do Memorial de Juscelino Kubitschek.	À sanção Lei nº 7.743 de 21-3-89
94/85	1.261/83	Altera dispositivo da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, para permitir que seja adotado sistema de votação através de meios eletrônicos e determina outras providências.	Em tramitação
96/85	1.762/83	Dispõe sobre o transporte rodoviário de passageiros em veículos de carga.	Em tramitação
98/85	1.579/83	Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	À sanção Veto Total
101/85 (Complementar)	93/83	Modifica a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que “estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios”.	Em tramitação
102/85	3.305/84	Dispõe sobre a criação de uma Escola Técnica Federal, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.741, de 20-3-89 Veto Parcial
103/85	2.527/83	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, destinando 5% (cinco por cento) sobre o total do preço de transferência ao sindicato profissional do atleta.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
104/85	3.138/84	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral.	À sanção Veto Total
105/85	2.569/76	Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.	À sanção Lei nº 7.755, de 20-4-89
106/85	4.543/84	Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, instituindo o Estatuto Nacional dos Portuários, e dá outras providências.	Em tramitação
107/85 (Poder Executivo)	4.791/84	Altera as redações dos §§ 2º e 3º do art. 139, da alínea a do art. 140, e do art. 141, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 — Código de Águas.	Em tramitação
112/85	1.675/85	Permite a utilização, como combustível de gás de gasogênio, biogás, gás de pântano e semelhantes, nos veículos automotores.	Em tramitação
113/85	378/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Jacuí, em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	À sanção Lei nº 7.767, de 15-5-89
119/85	343/83	Estabelece normas sobre a utilização dos livros didáticos e dá outras providências.	Em tramitação
132/85 (Vide PLC nº 204/83)	3.157/80	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, dispondo sobre a utilização da conta vinculada pelo empregado para o fim de adquirir moradia.	Em tramitação
133/85	3.379/80	Libera o transporte de material esportivo referente ao esporte do vôo livre.	Em tramitação
134/85	3.469/80	Proíbe a utilização de chapas de cor amarela em veículos utilizados pela Administração Pública Federal Direta e Indireta, inclusive Fundações.	À sanção Veto total
135/85	3.736/80	Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores da Mata Norte do Estado de Pernambuco.	Em tramitação
136/85	3.098/84	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas.	Em tramitação
138/85	3.844/80	Dispõe sobre a correção monetária incidente sobre honorários advocatícios, inclusive em mandado de segurança, e dá outras providências.	Em tramitação
139/85	3.782/80	Torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores, de passageiros e de carga, destinados ao transporte rodoviário.	Em tramitação
140/85	3.760/80	Estende os financiamentos e demais benefícios do Proálcool, às miniusinas de álcool destinadas a consumo próprio.	Em tramitação
141/85 (Vide PLC nº 142/84)	1.914/83	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados nos serviços de coleta, transporte e tratamento de lixo, e determina outras providências.	Em tramitação
145/85	4.362/84	Denomina "Senador Nilo Coelho" a Rodovia BR-428, que liga Cabrobó a Petrolina, no Estado de Pernambuco.	À sanção Lei nº 7.749, de 10-4-89

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
146/85	4.324/85	Autoriza a criação, em Guarulhos, no Estado de São Paulo, da Escola Técnica Federal, em nível de 2º grau.	Em tramitação
148/85	3.295/84	Dispõe sobre a isenção de limite mínimo de idade para admissão de professores às escolas oficiais em decorrência de concurso público.	À sanção Veto total
150/85	4.118/80	Determina o afastamento da autoridade responsável por violação dos direitos humanos e dá outras providências.	Em tramitação
151/85	3.908/84	Declara de utilidade pública o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor — IAJES, com sede em Andradina, Estado de São Paulo.	Prejudicado
153/85	2.061/83	Acrescenta parágrafos ao art. 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “dispõe sobre as sociedades por ações”.	Em tramitação
154/85	2.270/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Em tramitação
155/85	2.622/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
156/85	2.751/83	Altera o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências”.	Em tramitação
158/85	1.586/83	Dispõe sobre a obrigatória utilização de legendas nos programas de televisão que especifica, visando a possibilitar a sua percepção por deficientes auditivos.	Em tramitação
159/85	1.087/83	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que disciplina o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
160/85	1.322/83	Eleva a cidade de Oeiras, no Estado do Piauí, à condição de monumento nacional.	À sanção Lei nº 7.745, de 30-3-89
163/85 (Poder Executivo)	5.661/81	Dispõe sobre medidas aplicáveis às empresas beneficiárias de recursos dos Fundos de Investimentos criados pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
164/85	3.122/80	Extingue a censura prévia para o livro, teatro e cinema e dá outras providências.	Em tramitação
166/85	2.975/83	Altera a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, acrescentando alínea ao art. 3º e modificando a redação do art. 7º, instituindo a obrigatoriedade de assistência social nas delegacias.	Em tramitação
168/85	2.935/83	Estabelece o salário mínimo profissional para os diplomados em Ciências Econômicas.	Em tramitação
169/85	2.247/83	Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
172/85	2.266/83	Autoriza a desapropriação e o tombamento, por necessidade pública, do imóvel em que nasceu Graciliano Ramos, em Quebrangulo, no Estado de Alagoas.	A sanção Veto total
174/85	5.499/81	Dispõe sobre autorização do Poder Executivo para eletrificação do metrô de superfície na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Em tramitação
176/85	1.224/83	Modifica o art. 84 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências".	Em tramitação
186/85 (Poder Executivo)	5.083/85	Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis da União.	Em tramitação
221/85	6.876/85	Autoriza o Poder Executivo a promover a publicação das obras completas de José Américo de Almeida, nas condições que especifica.	Em tramitação
17/86	6.692/85	Dispõe sobre as unidades orgânicas das Indústrias Gráficas na Administração Federal e dá outras providências.	A Câmara
25/86	6.793/85	Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	Em tramitação
36/86	7.457/86	Dispõe sobre o abuso do poder econômico na campanha eleitoral de 1986.	Em tramitação
39/86	6.777/85	Institui o Programa Nacional de Minerais Estratégicos, e dá outras providências.	Em tramitação
48/86	5.055/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caxias, no Estado do Maranhão.	Em tramitação
49/86	6.462/85	Autoriza o Poder Executivo a transformar a "Escola Estadual Américo Renê Giannetti" situada em Uberlândia, Minas Gerais, em "Escola Técnica Federal de Uberlândia", e dá outras providências.	Em tramitação
50/86	3.158/84	Introduz alteração no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
51/86	3.001/80	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Relações Internacionais e dá outras providências.	Em tramitação
52/86	5.159/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal em Imperatriz, no Estado do Maranhão.	Em tramitação
56/86	5.114/85	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, permitindo ao município decretar feriado municipal na data de sua fundação ou emancipação, mesmo quando esta data não coincide com feriado religioso.	Em tramitação
57/86	4.559/84	Dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais.	A sanção Veto total
60/86	3.424/84	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas contra países que dificultam as exportações brasileiras de bens e serviços.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
61/86	3.895/84	Torna obrigatório o emprego de substâncias e produtos retardantes de combustão em materiais, utensílios e peças suscetíveis de queima, usados nas indústrias de construção civil e automobilística, e dispõe sobre normas para sua fabricação.	Em tramitação
62/86	4.351/84	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Arquivistas.	Em tramitação
64/86	1.743/79	Dispõe sobre a profissão de Garçon, fixa o salário mínimo profissional, e determina outras providências.	Em tramitação
65/86	4.138/84	Dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo congênito nos hospitais e maternidades do País.	Em tramitação
67/86	4.329/84	Autoriza o Ministério da Agricultura a doar ao Município de Viçosa do Ceará os imóveis que indica.	À sanção Veto total
68/86	5.072/85	Obriga a instalação de telefones públicos em locais densamente povoados.	Em tramitação
70/86	4.280/81	Altera a redação do inciso III do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
71/86	7.598/86	Estabelece medidas destinadas à comemoração dos setenta anos de existência do Código Civil.	Em tramitação
73/86	7.658/86	Obriga as instituições financeiras oficiais a divulgar as concessões de crédito subsidiado.	Em tramitação
76/86	5.391/85	Institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções, e dá outras providências.	Em tramitação
77/86	5.131/85	Altera o art. 102 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
78/86	1.945/83	Inclui o fotógrafo autônomo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	À Câmara
79/86	5.217/85	Considera patrimônio histórico nacional a cidade de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Em tramitação
80/86	7.162/86	Determina a obrigatoriedade do pagamento de indenização aos Estados, Territórios e Municípios pelos titulares de direitos minerários.	Em tramitação
82/86	1.561/83	Dispõe sobre atos relativos aos servidores públicos civis da União, dos Estados e Municípios em período eleitoral, e dá outras providências.	Em tramitação
83/86	1.476/83	Institui o dia 23 de junho como o "Dia Olímpico" e determina outras providências.	Em tramitação
85/86	3.137/84	Declara de utilidade pública a Associação São Pedro de Pesquisas Científicas, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
89/86	647/79	Dispõe sobre a permissão de misturar outras farinhas de origem vegetal à farinha de trigo, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
91/86	1.894/83	Torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões.	A Câmara
92/86 (Complementar)	201/84	Inclui os Municípios de Cascavel e Pacajus na Região Metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
93/86	2.033/83	Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais da União, situados na área urbana de Boa Vista, Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
95/86	1.594/83	Obriga a adição de 10% (dez por cento), no mínimo, de farinha de milho à farinha de trigo e determina outras providências.	Em tramitação
96/86	3.839/77	Dispõe sobre os depósitos judiciais feitos perante a Justiça Federal.	Em tramitação
97/86	5.002/85	Erige à condição de Monumento Histórico Nacional a cidade de Vigia, no Estado do Pará.	Em tramitação
98/86	2.743/83	Revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983, que "altera a redação do § 2º do art. 72 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito".	Em tramitação
103/86	962/83	Altera dispositivo da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir aos geólogos o regime de trabalho assegurado ao pessoal do setor de exploração, beneficiamento e transporte de petróleo.	Em tramitação
106/86	3.149/80	Dispõe sobre o aproveitamento de cegos nas empresas estatais de telecomunicações e de serviços postais e dá outras providências.	Em tramitação
107/86	3.083/84	Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências.	Em tramitação
108/86	84/83	Obriga a indicação do preço e do prazo de validade na embalagem de produtos colocados à disposição do consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
114/86	2.036/83	Cria o Polígono Castanheiro da Amazônia, e dá outras providências.	Em tramitação
115/86	2.237/83	Autoriza a criação da Fundação Universidade de Uruguaiana, e dá outras providências.	Em tramitação
117/86	6.703/82	Dispõe sobre a profissão de barbeiro e cabeleireiro e define o seu exercício.	Em tramitação
118/86 (Complementar)	138/80	Introduz alterações na Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Em tramitação
120/86	6.631/85	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica Agrícola no Município de Quixeramobim, no Estado do Ceará.	Em tramitação
121/86	3.082/80	Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, que institui a fiscalização democrática das empresas de capital estrangeiro mediante a obrigatoriedade de divulgação de dados, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
122/86 (Poder Executivo)	5.780/85	Concede isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, das taxas pelo exercício do poder de polícia e remissão de créditos tributários às microempresas estabelecidas nos territórios federais do Amapá e de Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
127/86 (Tribunal Superior do Trabalho)	6.623/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.	Em tramitação
142/86	7.750/86	Autoriza o Poder Executivo a constituir uma base naval em São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.	Em tramitação
147/86	6.379/85	Dispõe sobre honorários advocatícios.	Em tramitação
152/86	4.490/84	Dispõe sobre a aposentadoria dos professores, conforme o previsto no inciso XX do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
153/86	797/79	Dispõe sobre as compensações dos municípios detentores de potenciais de energia hidráulica, explorados por concessionária com sede em estado diverso, e determina outras providências.	Em tramitação
2/87	5.047/85	Altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recursos nos Orçamentos da União e dá outras providências.	Em tramitação
27/87 (Poder Executivo)	8.331/86	Autoriza a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) e a Petrobrás Distribuidora S/A (BR) a, nas condições que estabelece, participarem do capital de outras sociedades.	Em tramitação
49/87	2.350/83	Cria o Serviço Social dos Bancários e Securitários (SESBS).	Em tramitação
50/87 (Poder Executivo)	171/87	Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas, e dá outras providências.	Em tramitação
54/87	223/87	Altera o limite da receita bruta anual das pessoas jurídicas e firmas individuais para o fim de sua caracterização como microempresas.	Em tramitação
59/87	255/87	Dispõe sobre a obrigatoriedade de abertura de concurso de projetos arquitetônicos para edifícios públicos do Governo Federal e dá outras providências.	Em tramitação
8/88	409/83	Altera a Lei nº 6.939, de 9 de setembro de 1981, que trata do regime sumário de registro e arquivamento no Registro do Comércio.	Em tramitação
9/88	206/87	Dispõe sobre a concessão de bolsa-auxílio ao atleta amador e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 7.847, de 18-10-89
10/88	186/87	Revoga o art. 10 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e dá outras providências.	Em tramitação
11/88	235/87	Cria o Pólo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, estabelece normas para a sua implantação, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
16/88	313/88	Altera o inciso I e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências”, e dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977.	Em tramitação
18/88 (Poder Executivo)	7.135/86	Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol, e dá outras providências.	A Câmara
20/88 (Complementar)	17/88	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	Prejudicado
21/88	6.718/85	Reconhece de utilidade pública as associações de bairro.	Em tramitação
22/88	1.932/83	Estabelece normas para o funcionamento das frentes de serviço organizadas em períodos de seca e dá outras providências.	A sanção Veto total
23/88	406/88	Incorpora terrenos da União Federal ao patrimônio da Cohab — RJ para loteamento e venda aos flagelados das enchentes do Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
25/88	205/87	Autoriza o Poder Executivo a criar incentivos fiscais para o Pólo Petroquímico do Sul, nas condições que menciona.	Em tramitação
33/88	5.775/85	Considera penosa, para efeito de concessão de aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, a atividade profissional de telefonista.	A sanção Lei nº 7.850, de 23-10-89
34/88	275/87	Altera a composição do Conselho Nacional de Vitivinicultura (Conavin) e dá outras providências.	Em tramitação
35/88	293/88	Declara feriado nacional o dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, consagrado pela comunidade afro-brasileira como “Dia Nacional da Consciência Negra”.	Em tramitação
42/88 (Poder Executivo)	243/87	Cria cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, fixa o valor de seu vencimento e dá outras providências.	A Câmara Veto total
44/88	533/88	Institui o “Dia Nacional da Inspeção do Trabalho”.	Em tramitação
47/88	682/88	Proíbe a utilização de clorofluorcarbonetos como propelentes em aerosol do tipo spray e dá outras providências.	Em tramitação
51/88	139/87	Acrescenta parágrafo à Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”.	A sanção Lei nº 7.871, de 8-11-89
55/88 (Poder Executivo)	316/88	Altera a Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
56/88	678/88	Estabelece a inclusão da matéria "História Geral da África e do Negro no Brasil" como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório.	Em tramitação
58/88 (Complementar)	18/88	Possibilita afastamento de magistrados dirigentes de classe.	À sanção Lei Complementar nº 60, de 6-10-89
76/88 (Poder Executivo)	844/88	Altera dispositivo da Lei nº 6.265, de 19 de novembro de 1975, que dispõe sobre o ensino no Exército.	À Câmara
78/88	973/88	Altera a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Rejeitado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/89	1.070/88	Dispõe sobre a composição e instalação do Superior Tribunal de Justiça, cria o respectivo Quadro de Pessoal, disciplina o funcionamento do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.746, de 30-3-89
2/89 (Poder Executivo)	1.516/88	Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário.	A sanção Lei nº 7.766, de 11-5-89 Veto parcial
3/89 (Complementar)	55/89	Estabelece casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação.	A sanção Veto total
4/89 (Poder Executivo)	1.515/89	Introduz alterações nos arts. 325, 3, 581 do Código de Processo Penal.	A sanção Lei nº 7.780, de 22-6-89
5/89	1.771/89	Dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação — Planin, e confirma incentivos fiscais.	A sanção Lei nº 7.762, de 27-4-89
6/89 (Poder Executivo)	1.709/89	Altera o art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.	A sanção Lei nº 7.795, de 10-7-89
7/89	1.201/88	Dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República.	A sanção Lei nº 7.773, de 8-6-89 Veto parcial
8/89	1.877/89	Altera o art. 1º da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que “dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.765, de 11-5-89
9/89	1.710/89	Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.827, de 27-9-89
10/89	1.596/89	Dispõe sobre a política salarial e dá outras providências.	A sanção Veto total
11/89	1.482/89	Dispõe sobre o salário mínimo.	A Câmara Veto total
12/89	1.032/83	Altera a redação do art. 132 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.	A Câmara

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
13/89 (Poder Executivo)	772/88	Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO), e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.831, de 2-10-89
14/89 (Poder Executivo)	1.923/89	Cria a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia — CORPAM e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.796, de 10-7-89
15/89 (Tribunal de Contas da União)	2.458/89	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos básicos da Magistratura do Tribunal de Contas da União e dos membros do Ministério Público junto ao mesmo Tribunal, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.807, de 20-7-89
16/89 (Supremo Tribunal Federal)	2.459/89	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos básicos da Magistratura Federal e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.808, de 20-7-89
17/89 (Ministério Público da União)	2.491/89	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos básicos dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.809, de 20-7-89
18/89 (Poder Executivo)	1.924/89	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.802, de 11-7-89
19/89 (Poder Executivo)	2.114/89	Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis n.ºs 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de 7 de julho de 1986.	A sanção Lei nº 7.803, de 18-7-89
20/89 (Poder Executivo)	2.008/89	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e a aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de junho de 1980, a Lei nº 6.902, de 21 de abril de 1981, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.804, de 18-7-89
21/89 (Poder Executivo)	2.116/89	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.797, de 10-7-89
22/89 (Poder Executivo)	2.727/89	Autoriza a Petrobrás Química S/A — Petroquisa, a participar do capital de Sociedades do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.	A sanção Lei nº 7.793, de 4-7-89
23/89	2.277/89	Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.805, de 18-7-89
24/89 (Tribunal de Contas da União)	2.123/89	Dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos Servidores do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.861, de 27-10-89
25/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	2.236/89	Altera a redação do inciso I, alínea b, do art. 32, da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para incluir o Município de José de Freitas na Jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Teresina — PI.	A sanção Lei nº 7.865, de 31-10-89
26/89 (Poder Executivo)	889/88	Denomina "Rodovia Mário Andreazza" a Rodovia BR-230—Transamazônica.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
27/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	1.455/89	Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, cria cargos e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.842, de 18-10-89 Veto parcial
28/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	1.640/89	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com sede em São Luís — MA, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.819, de 15-9-89
29/89 (Ministério Público da União)	1.459/89	Cria cargo na Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, em São Luís — Maranhão.	A sanção Lei nº 7.812, de 30-8-89
30/89 (Poder Executivo)	1.319/88	Dá nova redação à alínea b do inciso I do § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987.	Em tramitação
31/89	1.110/88	Disciplina o inciso LXXVI do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, alterando a redação do art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	A sanção Lei nº 7.844, de 18-10-89
32/89 (Poder Executivo)	977/88	Altera o Decreto-Lei nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941, que “dispõe sobre a execução das estatísticas criminais a que se refere o art. 809 do Código de Processo Penal.	Retirado pelo Autor
33/89 (Poder Executivo)	797/88	Autoriza a reversão ao Município de Belém, Estado do Pará, do terreno que menciona.	A sanção Lei nº 7.910, de 7-12-89
34/89 (Poder Executivo)	3.106/89	Dispõe sobre a criação de empregos nas Escolas Técnicas Federais e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.816, de 12-9-89
35/89 (Poder Executivo)	3.108/89	Altera disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.	A sanção Lei nº 7.814, de 8-9-89
36/89	3.121/89	Modifica a Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, e dá outras providências.	Em tramitação
37/89 (Poder Executivo)	2.974/89	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho da República.	A Câmara
38/89 (Poder Executivo)	1.666/89	Fixa o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.851, de 23-10-89
39/89 (Poder Executivo)	1.915/89	Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica.	A sanção Lei nº 7.863, de 31-10-89
40/89 (Poder Executivo)	919/89	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.853, de 24-10-89 Veto parcial
41/89 (Poder Executivo)	1.454/89	Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, cria cargos e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.911, de 7-12-89

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
42/89	886/88	Dispõe sobre os feriados de 12 de outubro e de 2 de novembro.	Em tramitação
43/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	1.456/89	Cria a 17ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.872, de 8-11-89
44/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	1.674/89	Cria a 18ª Região da Justiça do Trabalho, o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.873, de 8-11-89
45/89 (Poder Executivo)	560/88	Concede pensão especial a Dolores Drummond de Andrade.	Em tramitação
46/89	1.312/88	Regulamenta o § 4º do art. 216 da Constituição, punindo os danos e as ameaças ao patrimônio cultural brasileiro.	Em tramitação
47/89 (Tribunal de Contas da União)	920/88	Dispõe sobre o cômputo do tempo de exercício de função retribuída por Gratificação de Representação de Gabinete para os fins que menciona.	À sanção Lei nº 7.912, de 7-12-89
48/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	2.014/89	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, cria a função de Corregedor Regional e cargos em comissão e de provimento efetivo no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.907, de 6-12-89
49/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	2.256/89	Altera a redação do inciso VII do art. 33 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989.	À sanção Lei nº 7.962, de 21-12-89
50/89	3.477/89	Dispõe sobre a indenização da diferença entre a atualização monetária dos empréstimos concedidos com recursos da Caderneta de Poupança Rural e o valor da correção monetária dos depósitos de poupança, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.868, de 7-11-89
51/89	3.682/89	Dispõe sobre a descentralização do pagamento das pensões às famílias dos funcionários falecidos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.956, de 20-12-89
52/89 (Poder Executivo)	7.819/86	Autoriza a doação ao Centro de Estudantes de Santos, com sede em Santos, Estado de São Paulo, dos direitos e obrigações relativos ao imóvel que menciona.	Em tramitação
53/89 (Poder Executivo)	1.318/88	Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.	À sanção Lei nº 7.913, de 7-12-89
54/89	1.076/88	Dispõe sobre a admissão de portadores de deficiência física na Administração Pública, e dá outras providências.	Em tramitação
55/89 (Poder Executivo)	4.968/85	Altera dispositivo da Lei nº 6.389, de 9 de dezembro de 1976, que fixa as referências do salário dos empregados do Grupo-Processamento de Dados.	Em tramitação
56/89 (Poder Executivo)	3.362/89	Concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário do exército, por ocasião de seu licenciamento.	À sanção de 7-12-89 Lei nº 7.963, Veto parcial

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
57/89	1.485/89	Altera legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.975, de 26-12-89 Veto parcial
58/89 (Complementar)	118/89	Estabelece normas sobre a padronização dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações.	À Câmara Lei Complementar nº 61, de 26-12-89 Veto parcial
59/89	1.246/88	Altera os arts. 176 e 177, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 6.989, de 5 de maio de 1982, e 7.332, de 1º de julho de 1985, e dá outras providências.	Em tramitação
60/89	3.049/89	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
61/89 (Tribunal de Justiça do DF e Territórios)	1.828/89	Inclui a Categoria de Inspetor de Segurança Judiciária no Grupo-Atividade de Apoio Judiciário, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.994, de 5-1-90
62/89	571/88	Estabelece a obrigatoriedade da incidência de correção monetária sobre as importâncias pagas com atraso pelas entidades e órgãos vinculados à Administração Pública, relativas aos contratos que especifica, e dá outras providências.	À Câmara
63/89	2.254/89	Regulamenta a concessão do benefício previsto no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.986, de 28-12-89
64/89 (Ministério Público Federal)	2.012/89	Cria a Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.991, de 3-1-90
65/89 (Poder Executivo)	6.095/85	Dispõe sobre a transferência de bens imóveis para o patrimônio das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
66/89 (Poder Executivo)	154/87	Revoga a Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação
67/89 (Poder Executivo)	1.148/88	Dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências.	Em tramitação
68/89	2.648/89	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.	Em tramitação
69/89 (Tribunal Superior do Trabalho)	1.453/89	Cria cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.992, de 3-1-90
70/89 (Poder Executivo)	6.094/85	Altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Agente de Vigilância e dá outras providências.	Em tramitação
71/89 (Poder Executivo)	1.770/89	Altera a Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
72/89	3.074/89	Torna obrigatória a menção do grupo sanguíneo nos documentos de identificação civil e nas carteiras nacionais de habilitação expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito.	Em tramitação
73/89	4.056/89	Cria o Adicional de Tarifa Aeroportuária e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.920, de 12-12-89
74/89 (Poder Executivo)	3.457/89	Institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e dá outras providências.	À Câmara
75/89 (Complementar)	173/89	Estabelece normas gerais aplicáveis ao Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto o óleo diesel — IVVC, de competência dos Municípios.	Em tramitação
76/89 (Complementar)	104/89	Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.	À sanção Lei Complementar nº 62, de 28-12-89
77/89 (Complementar)	177/89	Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto de arrecadação de impostos de competência dos Estados e transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.	À sanção Lei Complementar nº 63, de 11-1-90
78/89	3.529/89	Dispõe sobre o refinanciamento, pela União, da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da administração indireta, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.976, de 27-12-89
79/89	2.255/89	Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.	Em tramitação
80/89 (Poder Executivo)	3.306/89	Altera o art. 3º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, dispõe sobre a Tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, e dá outras providências.	À Câmara
81/89 (Poder Executivo)	3.737/89	Reorganiza o sistema de administração das receitas federais, e dá outras providências.	Em tramitação
82/89 (Poder Executivo)	3.736/89	Dispõe sobre a redução de incentivos fiscais.	À sanção Lei nº 7.988, de 28-12-89
83/89 (Poder Executivo)	3.456/89	Institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de seguros, de capitalização e da previdência privada aberta e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.944, de 20-12-89
84/89	1.753/89	Altera o texto da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, revogando seu art. 86, com base no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.	Em tramitação
85/89	3.217/89	Dispõe sobre o abono de faltas de estudantes, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
86/89 (Ministério Público Federal)	2.013/89	Cria a Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
87/89	3.151/89	Dispõe sobre o controle de solventes voláteis, colas de sapateiro e similares, que têm sido usados como produtos inebriantes e/ou embriagadores e proíbe a fabricação de material escolar, brinquedos e vestuário impregnados com produtos odoríferos.	Em tramitação
88/89 (Poder Executivo)	4.988/85	Dispõe sobre a regularização de registros imobiliários das terras que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
89/89 (Poder Executivo)	84/87	Autoriza a reversão ao Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, do terreno que menciona.	Em tramitação
90/89	4.288/84	Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Nacional do Carvão, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.997, de 11-1-90
91/89 (Poder Executivo)	188/87	Concede anistia às pessoas envolvidas nos fatos que menciona.	Em tramitação
92/89	991/88	Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.998, de 11-1-90 Veto parcial
93/89	3.154/89	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, que limita o número de Zonas de Processamento de Exportações — ZPE, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.993, de 5-1-90

c) ARQUIVADOS POR PREJUDICIALIDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 334, ALÍNEA "a" DO REGIMENTO INTERNO

SF	Nº CD	Ementa
88/76	1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação da assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas oficinas protegidas e em trabalho competitivo.
21/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.
54/81	435/79	Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal, civil, militar ou autárquico.
109/81	337/79	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da CLT.
133/81	4.630/81	Estabelece, atendendo ao disposto no art. 175 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 12, de 1978, normas de amparo à pessoa deficiente, e determina outras providências.
23/82	687/79	Assegura a contagem do tempo de serviço prestado por docentes, nas condições que especifica.
98/82	362/79	Altera a redação do art. 189 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.
104/82	2.004/79	Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 4.281, de 1963, que institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados da Previdência Social.
110/82	1.569/79	Assegura a todo empregado o salário-assiduidade, e determina outras providências.
1/83	3.027/80	Dispõe sobre a utilização do sistema de arbitramento na solução dos conflitos verificados na celebração de acordos ou convenções coletivas.
10/83	170/83	Institui o seguro-desemprego.
12/83	283/79	Não permite sejam os proventos da aposentadoria por invalidez de valor abaixo do salário mínimo regional.

SF	Nº CD	Ementa
13/83	112/79	Dá nova redação ao art. 243 da CLT.
30/83	4.563/81	Altera a redação do art. 446 da CLT.
31/83	4.524/81	Torna obrigatória a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação — CRS, quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, para os fins que menciona.
33/83	4.283/81	Acrescenta parágrafo ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
36/83	3.776/80	Altera o art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
39/83	528/79	Dispõe sobre a contagem, para efeitos previdenciários, do tempo correspondente ao exercício do mandato de Prefeito Municipal.
41/83	4.255/80	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
44/83	193/79	Altera a redação dos arts. 76 e 81, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para acrescentar os itens previdência social, educação, saúde e lazer à cláusula que define salário mínimo.
48/83	5.019/81	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências.
49/83	4.295/81	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 1º de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
58/83	1.343/79	Altera a redação do parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando o direito de sindicalização aos empregados das empresas públicas.
60/83	2.355/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a fim de garantir ao empregado doméstico o direito à gratificação natalina instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.
71/83	2.156/79	Altera o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o pagamento de salários.
74/83	603/83	Modifica a redação do art. 492 da CLT, assegurando a estabilidade do trabalhador a partir da data de sua admissão, e dá outras providências.
77/83	1.559/79	Compete à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relativas a contrato de locação entre empregado e empregador.
78/83	1.263/79	Dá nova redação ao art. 487 da CLT.

SF	Nº CD	Ementa
80/83	1.246/79	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.179, de 1974.
81/83	731/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da CLT.
91/83	2.498/79	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da CLT.
93/83	3.471/80	Altera a redação do inciso III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, para permitir que o empregado do sexo feminino possa, por motivo de casamento, levantar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, na vigência do contrato de trabalho.
94/83	3.496/80	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 1973, que altera a legislação da Previdência Social.
104/83	1.768/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 467 da CLT.
107/83	317/79	Acrescenta parágrafo ao art. 482 da CLT.
109/83	508/79	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da CLT.
121/83	439/83	Acrescenta parágrafo ao art. 130 da CLT, para permitir que o período de férias seja desdobrado em dois.
125/83	3.632/80	Altera a redação do caput do art. 392 da CLT.
127/83	4.074/80	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.179, de 1974, que institui o amparo previdenciário para os maiores de 70 (setenta) anos e para os inválidos.
128/83	4.013/80	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da CLT.
130/83	3.832/80	Dá nova redação ao caput do art. 156 da CLT.
131/83	4.546/81	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da CLT.
137/83	4.084/80	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
138/83	4.075/80	Altera a redação dos incisos II e III do art. 131 da CLT, que trata das faltas ao serviço não consideradas para efeito de concessão de férias.
140/83	4.214/80	Dispõe sobre a complementação do 13º salário aos empregados em gozo de auxílio-doença.
144/83	4.539/81	Dispõe sobre o fornecimento de água e luz ao trabalhador desempregado, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.
149/83	4.506/81	Fixa em 6 (seis) horas a jornada diária de trabalho nos serviços de coqueria e bateria de fornos, e determina outras providências.
153/83	4.702/81	Altera o caput do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar, ao empregado, a conversão de um terço até a metade do período de férias em abono pecuniário.
154/83	4.168/80	Altera o art. 288 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

SF	Nº CD	Ementa
173/83	5.567/81	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de conceder estabilidade provisória ao empregado que ingressar em juízo com reclamatória.
174/83	5.365/81	Estende ao ex-servidores da extinta Fundação Brasil Central e da antiga Prefeitura do Distrito Federal os benefícios da Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências.
177/83	5.197/81	Determina a adoção do princípio da sucumbência no processo judiciário trabalhista, mediante acréscimo de parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
179/83	4.977/81	Reativa a faculdade prevista no art. 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, que autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, e dá outras providências.
185/83	4.874/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
188/83	5.794/81	Dispõe sobre férias para os segurados autônomos.
197/83	5.729/81	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que instituiu a modalidade de sorteio de números — LOTO.
207/83	6.011/82	Altera a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.
208/83	1.318/79	Dispõe sobre a criação de Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Araras, Estado de São Paulo.
209/83	236/83	Extingue o período de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez no âmbito da Previdência Social, e determina outras providências.
213/83	761/83	Revoga o art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o horário dos ferroviários de estações do interior.
214/83	6.038/82	Revoga o art. 2º do Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contribuição previdenciária por parte de aposentados e pensionistas.
223/83	3.322/80	Assegura ao aposentado por invalidez que retorna à atividade, após se recuperar parcialmente, ou para o trabalho diverso do que habitualmente exercia, direito a manter seus proventos.

SF	Nº CD	Ementa
224/83	600/75	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
227/83	2.555/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regime especial de férias para os tripulantes de unidades mercantes.
235/83	4.141/80	Altera dispositivos da Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968, estendendo seus benefícios aos filhos menores, de policiais mortos em serviço.
243/83	6.200/82	Altera a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao funcionário e sua família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência
244/83	6.105/82	Determina a contratação, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dos representantes do Funrural que contém mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.
245/83	3.398/80	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
249/83	1.743/76	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que “cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e dá outras providências.
250/83	1.833/76	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a proibição de fixar valores diferentes do salário mínimo em um mesmo estado, a partir de 1976.
253/83	1.661/75	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 5.668, de 23 de junho de 1971, que “dispõe sobre a filiação dos empregados das Bolsas de Valores no sistema orgânico da Previdência Social, e dá outras providências.
254/83	905/75	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação do pessoal à disposição do Funrural, dispondo sobre a obrigatoriedade da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação e Certificado de Quitação, que serão exigíveis a partir de 1º de janeiro de 1976.
257/83	1.658/75	Acrescenta parágrafo ao art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
259/83	826/75	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a dispensa da gestante nas condições que especifica.
261/83	648/75	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.

SF	Nº CD	Ementa
263/83	1.851/76	Eleva para 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo da remuneração do trabalho noturno sobre o diurno, e fixa o período noturno entre as 20 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte, modificando a redação ao art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
264/83	2.076/76	Dá nova redação ao inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
280/83	2.674/80	Estabelece condições de associado efetivo de entidade de Previdência Privada, e dá outras providências.
284/83	2.101/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
285/83	2.353/76	Equipara as associações de classe aos sindicatos para os fins previstos no Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966, que institui Programa Especial de Bolsas de Estudo.
287/83	2.197/76	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação da Previdência Social.
13/84	2.716/76	Dá nova redação ao § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com as modificações da legislação posterior.
14/84	2.867/76	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias.
15/84	2.760/76	Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.
23/84	126/79	Acrescenta dispositivo à CLT.
31/84	87/79	Proíbe a dispensa de empregado acidentado, até 12 (doze) meses após a sua volta ao trabalho, nas condições que menciona.
32/84	32/79	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
33/84	2.103/76	Revigora, por 180 dias, dispositivos do Decreto-Lei nº 194, de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.
48/84	705/79	Altera a redação do § 1º do art. 475 da CLT.
53/84	66/79	Dispõe sobre a situação do empregado que se candidate ou que seja eleito vereador.
62/84	820/79	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975, para equiparar ao empregador rural os filhos maiores de idade.

SF	Nº CD	Ementa
67/84	818/79	Estabelece medidas de proteção ao trabalhador rural exposto a substâncias químicas nocivas.
68/84	864/79	Dispõe sobre amparo a inválidos congênitos, introduzindo alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.
70/84	928/79	Acrescenta parágrafos aos arts. 766 e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.
83/84	1.583/79	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de ampliar o alcance da estabilidade do art. 492 ao empregado que tenha exercido cargo de direção ou representação sindical, e dá outras providências.
89/84	307/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
98/84	235/79	Acrescenta § 2º ao art. 11 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.
101/84	1.075/75	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.
108/84	586/75	Faculta o pagamento do empregado através de cheque, e determina outras providências, alterando a redação dos arts. 463 e 465 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
110/84	1.816/76	Assegura aos beneficiários do empregado não optante pelo regime do FGTS, quando de sua morte, a indenização prevista no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
111/84	192/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade de decisão no processo judiciário trabalhista, estabelecer os honorários advocatícios quando vencido o empregador, alterando a redação do § 2º do art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
115/84	295/79	Dispõe sobre a filiação facultativa da dona-de-casa ao regime da Previdência Social.
121/84	496/79	Dispõe sobre a aplicação obrigatória da jornada padrão de trabalho (arts. 58 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) aos vigilantes ou guardas de segurança em estabelecimentos de crédito.
128/84	547/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o trabalho noturno e o executado em condições de insalubridade.
131/84	459/79	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

SF	Nº CD	Ementa
133/84	553/79	Altera o art. 33 e o § 2º do art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
135/84	170/75	Dispõe sobre a contagem recíproca do tempo de serviço prestado pelo trabalhador como segurado do INPS e beneficiário do Funrural.
137/84	294/79	Altera a redação do caput do art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
139/84	428/79	Dispõe sobre a supressão do art. 555 e suas alíneas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
145/84	486/79	Acrescenta § 3º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
146/84	2.394/76	Altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modifica a legislação da Previdência Social, e dá outras providências.
147/84	331/79	Altera a redação do inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
148/84	401/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula ao seu regime, após completar 60 (sessenta) anos de idade.
149/84	322/79	Introduz alterações no art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.
159/84	2.529/76	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
177/84	2.039/79	Acrescenta parágrafos ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
180/84	379/79	Atribui aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento a função de conciliar os dissídios individuais e dá outras providências.
184/84	1.578/83	Inclui, no cálculo dos proventos de aposentadoria, gratificações de complementação salarial e de serviço extraordinário percebidas por servidor público na atividade e dá outras providências.
193/84	2.816/80	Estabelece multa pelo descumprimento do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.
195/84	2.065/79	Altera o art. 50 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.

SF	Nº CD	Ementa
199/84	1.718/79	Dispõe sobre a contribuição para a Previdência Social de servidor público sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sobre a fixação do valor dos benefícios.
200/84	504/79	Dispõe sobre a possibilidade de os sindicatos de trabalhadores poderem reclamar em juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.
201/84	2.232/79	Altera os arts. 29 e 53 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir penalidade para os casos de recusa de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
202/84	1.735/79	Dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.
208/84	1.678/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
209/84	525/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte relativa ao adicional de periculosidade, e determina outras providências.
210/84	522/79	Acrescenta parágrafo ao art. 489 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregado, durante o período de aviso prévio.
213/84	586/79	Dispõe sobre a concessão de salário-família aos empregados domésticos.
222/84	1.959/79	Revoga incisos do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
223/84	2.099/79	Modifica a redação do art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
224/84	1.907/79	Acrescenta Seção ao Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho.
225/84	2.170/79	Dá nova redação ao caput do art. 143 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 1984.
227/84	1.737/79	Faculta ao prefeito municipal, na hipótese que menciona, a filiação à Previdência Social.
228/84	1.759/79	Altera a redação do art. 469 da CLT.
230/84	1.822/79	Altera a redação do inciso VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.

SF	Nº CD	Ementa
231/84	232/84	Dispõe sobre os empregados das empresas agro-industriais e agrocomerciais que exercem suas atividades no meio rural.
232/84	2.045/79	Dá nova redação ao inciso II do art. 54 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.132, de 1984.
249/84	526/83	Altera os arts. 58, 59 e 374 da CLT, fixando a jornada semanal em 40 (quarenta) horas de trabalho.
4/85	185/79	Altera dispositivo da CLT, para entender a exigência da proporcionalidade de 2/3 de empregados brasileiros a outros setores.
6/85	4.352/81	Estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências.
35/85	129/79	Introduz alterações no texto da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.
37/85	2.988/80	Altera os arts. 293 e 294 da CLT, para o fim de assegurar direitos especiais aos trabalhadores em minas de carvão e fluorita e em quaisquer atividades que liberem poeiras minerais e orgânicas.
38/85	2.981/80	Altera o art. 147 da CLT, para o fim de assegurar direito às férias proporcionais aos empregados que pedirem demissão, com menos de um ano de serviço.
40/85	458/79	Concede aposentadoria, aos 25 anos de serviço, aos trabalhadores em áreas perigosas das refinarias de petróleo e determina outras providências.
72/85	4.721/81	Altera a redação de dispositivo da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.
78/85	525/83	Torna privativo dos bacharéis em Direito o cargo de Diretor de Secretaria dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.
82/85	632/83	Acrescenta dispositivo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a realização de exame ou teste de gravidez por ocasião da admissão de emprego.
88/85	815/83	Revoga o parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, caracterizando a prática de ato atentatório à segurança nacional como justa causa para dispensa de empregado.

SF	Nº CD	Ementa
117/85	92/83	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 856, parágrafo único, ao art. 862 e parágrafo, a ser numerado como § 2º ao art. 872 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
129/85	3.076/80	Altera a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para incluir a dona-de-casa entre os segurados facultativos da Previdência Social.
147/85	1.297/83	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, que concede amparo aos ex-combatentes julgados incapazes definitivamente para o serviço militar.
152/85	4.086/80	Acrescenta parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
173/85	1.080/83	Assegura autonomia às organizações sindicais e estabelece elegibilidade dos dirigentes de sindicato destituídos por atos do Poder Executivo.
27/86	5.967/85	Proíbe a demissão imotivada do trabalhador, e dá outras providências.
45/86	7.675/86	Dispõe sobre o direito à percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior a inativos e pensionistas dos Ministérios Militares, nas condições que estabelece.
58/86	1.597/83	Dá nova redação ao art. 12º do Decreto-Lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, que alterou a legislação referente às contribuições compulsórias recolhidas pelo Iapap à conta de diversas entidades.
59/86	3.332/84	Altera dispositivos da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para estender aos empregados da indústria petroquímica e de refinação de petróleo, sujeitos ao regime de escala de revezamento, direito à jornada de trabalho de seis horas.
63/86	4.048/84	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.
72/86	1.934/83	Garante a todo contribuinte da Previdência Social com 10 (dez) ou mais anos de contribuição, e a seus dependentes, assistência médica integral.
74/86	3.363/84	Acrescenta parágrafo ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho.
75/86	4.251/84	Dá nova redação ao inciso III do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
81/86	4.818/84	Introduz dois parágrafos ao art. 626 da CLT, fixando a competência dos sindicatos para exercer a fiscalização das normas de proteção ao trabalho.
84/86	4.799/84	Reduz o prazo para o pagamento de salários.

SF	Nº CD	Ementa
86/86	2.388/83	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar maior autonomia de trabalho aos membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPA.
90/86	4.099/84	Modifica a redação do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
100/86	2.213/79	Dispõe sobre a revisão do cálculo do benefício aos segurados da Previdência Social que se aposentaram durante a vigência do art. 3º da Lei nº 5.890, de 1973, em sua redação original.
101/86	344/83	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, transferindo ao empregador o ônus de provar a incorrência ou atenuação de periculosidade e insalubridade.
102/86	390/83	Manda computar no cálculo do descanso semanal remunerado as horas extras habitualmente prestadas.
104/86	1.797/83	Fixa em 60 (sessenta) anos a idade para aposentadoria por velhice de ex-combatente.
109/86 (Complementar)	60/83	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a liberação dos saldos dos depósitos que menciona para pagamento das prestações da casa própria.
111/86 (Complementar)	171/80	Institui a co-gestão dos trabalhadores e funcionários públicos no fundo PIS Pasep.
112/86	3.850/84	Substitui a abreugrafia pelos hemogramas periódicos, como exigência para a obtenção de carteira de saúde pelos que lidam com radiações ionizantes no trabalho cotidiano.
113/86	69/83	Assegura pensão vitalícia aos excepcionais, a partir dos 21 (vinte e um) anos de idade, no valor de uma vez o salário mínimo, alterando a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que ampara os idosos e inválidos.
154/86	3.085/84	Altera a Lei nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957, para impor sanção à quebra de sigilo e à prestação de informação errada, praticada por empresas de informações reservadas ou confidenciais.
43/87	193/87	Dispõe sobre pensões, proventos e benefícios.
29/88	277/86	Estabelece norma para fixação do salário mínimo.

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:

Total dos projetos	648
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	555
desta sessão legislativa	93
Aprovados e enviados à sanção	80
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	22
desta sessão legislativa	58
Emendados e devolvidos à Câmara dos Deputados	13
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	7
desta sessão legislativa	6
Continuam em tramitação	368
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	340
desta sessão legislativa	28
Rejeitados, de sessões legislativas anteriores	3
Retirados pelos autores	4
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	3
desta sessão legislativa	1
Declarados prejudicados de sessões legislativas anteriores	3
Arquivados por prejudicialidade (Reg. Int. art. 334, a)	177

H.5.4 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/83	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo denuncie, no prazo de 48 horas, o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Em tramitação
24/83	6/83	Aprova a correção do artigo XV, alínea b , do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — Intelsat, assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74, 130, de 26 de maio de 1974.	Em tramitação
8/84	44/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da Espanha, celebrado em Brasília, a 12 de maio de 1983.	Em tramitação
10/84	17/83	Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégio e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — Inmarsat, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.	Em tramitação
16/84	58/84	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa a Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotado em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação
18/84	50/84	Aprova os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referentes à licença remunerada para estudos, adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.	Em tramitação
21/84	66/84	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, em 16 de dezembro de 1983.	Em tramitação
23/84	62/84	Aprova o texto do Ato Constitutivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-americana — Ritla, celebrado em Brasília, a 26 de outubro de 1983.	Decreto Legislativo nº 83, de 11-12-89

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
25/84	70/84	Aprova o texto da Convenção nº 133, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre alojamento a bordo de navios (disposições complementares), adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a 55ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
29/84	69/84	Aprova o texto da Convenção nº 119, sobre “Proteção das Máquinas”, adotado na 47ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, realizada em Genebra, em junho de 1963.	Em tramitação
3/85	64/84	Aprova o texto da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de Imposto sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas, celebrado em Brasília, a 29 de setembro de 1983.	Em tramitação
4/85	59/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Energia Nuclear para fins pacíficos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 30 de novembro de 1983.	Em tramitação
5/85	31/83	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1981, no valor de Cr\$ 150.000.000.000.	Em tramitação
6/85	78/84	Aprova os textos da Convenção nº 137, e da Recomendação nº 145, da Organização Internacional do Trabalho, relativas às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos, adotados em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
7/85	77/81	Aprova o texto da Recomendação nº 131, referente a aposentadorias por invalidez e por velhice e pensões por morte, adotada na 51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.	Em tramitação
8/85	85/85	Aprova os textos da Convenção nº 136 e da Recomendação nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre “proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno”, adotadas em Genebra, a 30 de junho de 1971, durante a LVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
9/85	90/85	Aprova o texto do Acordo Básico sobre Privilegios e Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, celebrado em Brasília, a 17 de julho de 1984.	Em tramitação
18/85	96/85	Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1983.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
19/85	72/84	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
22/85	83/85	Aprova o texto da Convenção nº 134, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho dos Marítimos, adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
23/85	84/85	Aprova o texto da Recomendação nº 116, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Redução da Duração do Trabalho, adotada em Genebra, a 26 de junho de 1962, durante a XLVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
34/85	74/84	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1983, no valor de Cr\$ 950.000.000.000.	Em tramitação
2/86	97/85	Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, concluída em Viena, a 21 de maio de 1963.	Em tramitação
3/86	113/85	Aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade Parcial na Execução de Cartas Rogatórias, celebrado, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 5 de outubro de 1978.	Em tramitação
4/86	86/85	Aprova o texto da Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, relativa à Idade Mínima para Admissão em Emprego, adotada, a 26 de junho de 1973, em Genebra, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
8/86	112/85	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor de Cr\$ 400.000.000.000 (quatrocentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
9/86	116/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor global de Cr\$ 1.900.000.000.000 (um trilhão e novecentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
10/86	117/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor global de Cr\$ 10.000.000.000.000 (dez trilhões de cruzeiros).	Em tramitação
12/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização do Presidente da República para ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de julho de 1986 a 31 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação
16/86	109/85	Aprova o texto do Acordo de Comércio, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, a 12 de setembro de 1984.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
19/86	123/86	Aprova o texto do Acordo Internacional do Açúcar de 1984, concluído em Genebra, em 5 de julho de 1984.	Em tramitação
21/86	130/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai na área de Rádio e Televisão, celebrado em Montevideu, em 14 de agosto de 1985.	Em tramitação
23/86	121/86	Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, a 16 de julho de 1985.	Em tramitação
2/87	153/86	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada por Consenso na XXXIX Sessão (1984) da Assembleia Geral das Nações Unidas, e assinada em 23 de setembro de 1985, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.	Decreto Legislativo nº 4, de 23-5-89
4/87	131/86	Aprova os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos e do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos aprovados, junto com o Protocolo Facultativo relativo a esse último Pacto, na XXI Sessão (1966) da Assembleia Geral das Nações Unidas.	Em tramitação
5/88	12/88	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda no exercício de 1987, no valor global de Cz\$ 95.000.000.000,00 (noventa e cinco bilhões de cruzados).	Em tramitação
6/88	143/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, em Budapeste, a 20 de junho de 1986.	Em tramitação
7/88	150/86	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, a 2 de julho de 1985.	Decreto Legislativo nº 88, de 15-12-89
8/88	11/88	Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção de Aviação Civil Internacional (art. 83 Bis) assinado em Montreal, a 6 de outubro de 1980.	Em tramitação
9/88	10/88	Aprova o texto do Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO, Referente à Ajuda do Programa Mundial de Alimentos, celebrado em Brasília, a 2 de fevereiro de 1987.	Em tramitação
11/88	154/86	Aprova o texto da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, concluída em Cartagena das Índias, Colômbia, em 9 de dezembro de 1985, por ocasião da XV Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA, e assinada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1986.	Decreto Legislativo nº 5, de 31-5-89

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
12/88	13/88	Aprova os textos das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985.	Em tramitação
13/88	17/88	Aprova o texto da Convenção nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre consultas tripartites para promover a aplicação das normas internacionais do trabalho, adotada em Genebra, em 1976, durante a 61ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.	Decreto Legislativo nº 6, de 1-6-89
14/88	19/88	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Colômbia sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal, celebrado em Bogotá, a 9 de fevereiro de 1988.	Em tramitação
15/88	20/88	Aprova o texto da Convenção nº 154, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o incentivo à negociação coletiva, adotada em Genebra, em 1981, durante a 67ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
16/88	21/88	Aprova o texto da Convenção nº 140 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a licença remunerada para estudos, adotada em Genebra, em 1974, durante a 59ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
17/88	23/88	Aprova o texto do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado com a República do Paraguai, em Brasília, a 29 de março de 1988.	Em tramitação
21/88	Severo Gomes	Dispõe sobre a suspensão da vigência dos atos internacionais ainda não aprovados pelo Congresso Nacional.	Rejeitado
22/88	Fernando Henrique Cardoso	Susta o Decreto nº 96.814, de 28 de setembro de 1988, que “transforma a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden/PR), e dá outras providências”.	Em tramitação
23/88	Severo Gomes	Dispõe sobre a concessão de emissoras de rádio e televisão.	Em tramitação
24/88	Severo Gomes	Dispõe sobre a sustação de atos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.	Rejeitado
25/88	Leite Chaves	Susta o Decreto nº 96.991, de 14 de outubro de 1988, que “atribui competência para autorização de pagamentos e recebimentos por meio de outras instituições financeiras”.	A Câmara
26/88	Maurício Corrêa	Susta o Decreto nº 96.930, de 4 de outubro de 1988, que “altera o Estatuto da Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/89	Maurício Corrêa	Susta os efeitos do art. 1º e seus incisos, do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, cujos dispositivos dissolvem a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU e a Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes — GEIPOT.	Decreto Legislativo nº 3, de 5-4-89
2/89	Maurício Corrêa	Susta os efeitos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, cujo dispositivo determina a alienação das ações representativas da participação da União no capital social da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — LLOYDBRAS.	À Câmara
3/89	Comissão Diretora	Acrescente parágrafos ao art. 4º do Decreto Legislativo nº 72, de 1989, que “dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional”.	À Câmara
4/89	Maurício Corrêa	Susta os efeitos do art. 2º, inciso VI, do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, cujo dispositivo determina a alienação das ações representativas da participação da União no capital social da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB.	Retirado pelo Autor
5/89	125/86	Aprova o texto da Convenção Internacional de Telecomunicações, assinado em Nairobi, Quênia, em 1982.	Decreto Legislativo nº 55, de 4-10-89
6/89	Ronan Tito e outros	Revoga o art. 6º do Decreto Legislativo nº 72, de 1988.	Em tramitação
7/89	Severo Gomes	Disciplina as relações jurídicas que menciona.	À Câmara
8/89	Márcio Lacerda	Susta os efeitos do Decreto Executivo nº 97.057, de 1º de novembro de 1988, que altera os Títulos I, II e III do Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.	Em tramitação
9/89	102/89	Aprova o texto do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, assinado em 29 de novembro de 1988.	Decreto Legislativo nº 50, de 17-8-89
10/89	132/89	Aprova o texto da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José), celebrado em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, por ocasião da Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos.	À Câmara

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
11/89	54/89	Aprova o texto do Acordo da Criação da Comissão Mista, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Guiné, celebrado em Washington-DC, em 4 de abril de 1988.	Decreto Legislativo nº 53, de 4-10-89
12/89	137/86	Aprova o texto da Convenção nº 146 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre Férias Remuneradas Anuais da Gente do Mar, adotada em Genebra em 1976, durante a 62ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	A Câmara
13/89	41/89	Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento de uma Zona Non-Aedificandi ao longo da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, celebrado em Brasília, em 17 de maio de 1988.	Decreto Legislativo nº 54, de 4-10-89
14/89	45/89	Aprova o texto do Tratado de Assistência Regional para Emergências Alimentares — Tarea, concluído com os Governos da Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Costa Rica, Chile, Honduras, México, Panamá, Peru, Uruguai, Nicarágua, Paraguai e Venezuela, em Caracas, em 8 de abril de 1988.	Decreto Legislativo nº 52, de 3-10-89
15/89	52/89	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Serviço Público da Telefonia Rural, na Faixa de 164.600 e 173.355 MHz, firmado em Brasília.	Decreto Legislativo nº 56, de 4-10-89
16/89	65/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba, celebrado em Brasília, em 29 de abril de 1988.	Decreto Legislativo nº 60, de 19-10-89
17/89	72/89	Aprova o texto do Acordo de Co-produção Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Brasília, em 17 de maio de 1988.	Decreto Legislativo nº 57, de 5-10-89
18/89	138/86	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, firmado em Brasília, em 15 de maio de 1986.	Decreto Legislativo nº 61, de 23-10-89
19/89	139/86	Aprova o Texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, em Brasília, em 20 de maio de 1986.	Decreto Legislativo nº 64, de 27-10-89
20/89	140/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 5 de maio de 1986.	Decreto Legislativo nº 65, de 30-10-89
21/89	142/86	Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, em Praia, em 10 de maio de 1986.	Decreto Legislativo nº 63, de 26-10-89

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/89	155/86	Aprova o texto da Convenção nº 147 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre Normas Mínimas da Marinha Mercante, adotada em Genebra, em 1976, durante a 62ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
23/89	141/86	Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, assinado em Buenos Aires, em 15 de agosto de 1985.	Decreto Legislativo nº 58, de 13-10-89
24/89	160/86	Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, em 26 de agosto de 1986, bem como o Protocolo que a integra.	A Câmara
25/89	158/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo do Brasil e o Governo da Dinamarca, firmado em Brasília, em 9 de junho de 1986.	Decreto Legislativo nº 59, de 13-10-89
26/89	156/86	Aprova o texto da Convenção nº 145, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a Continuidade de Emprego da Gente do Mar, adotada em Genebra, em 1976, durante a 62ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Decreto Legislativo nº 66, de 31-10-89
27/89	57/89	Aprova os textos das Convenções sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, aprovadas durante a sessão especial da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, de 24 a 27 de setembro de 1986.	A Câmara
28/89	157/86	Aprova o texto da Convenção destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Imposto sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, celebrada em Budapeste, em 20 de junho de 1986, assim como o Protocolo, acordado no mesmo local e data, que a integra.	A Câmara
29/89	163/86	Aprova o texto do Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, em 30 de setembro de 1986, que "Inclui as Conclusões do Comitê de Têxteis" adotadas em 31 de julho de 1986.	Decreto Legislativo nº 67, de 31-10-89
30/89	44/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, em 12 de maio de 1988.	A Câmara Decreto Legislativo nº 85, de 14-12-89
31/89	59/89	Aprova o texto das emendas à Convenção da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélites — Inmarsat, e ao seu Acordo Operacional, adotadas pela 4ª Assembléia das Partes Inmarsat, realizada em Londres, de 14 a 16 de outubro de 1985.	Decreto Legislativo nº 69, de 10-11-89

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
32/89	61/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em 27 de outubro de 1987.	Decreto Legislativo nº 68, de 9-11-89
33/89	64/89	Aprova o texto do Acordo que cria uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Togolesa.	Decreto Legislativo nº 70, de 23-11-89
34/89	73/89	Aprova os textos do Convênio de Cooperação para a realização de obras previstas no Estatuto de realização do Centro Histórico de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, e do seu protocolo anexo correspondente ao financiamento de obras para o ano de 1988, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 26 de abril de 1988.	Decreto Legislativo nº 73, de 24-11-89
35/89	74/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular.	Decreto Legislativo nº 71, de 23-11-89
36/89	112/89	Aprova o Ato que renova a concessão outorgada à Rádio Imperatriz Sociedade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 89, de 15-12-89
37/89	113/89	Aprova o ato que outorga permissão à Ivaí Emissora FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 62, de 23-10-89
38/89	1/87	Aprova as contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1985.	Em tramitação
39/89	63/89	Aprova o texto do Protocolo de Cooperação na área de Tecnologia Industrial firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, em 6 de julho de 1988.	Decreto Legislativo nº 72, de 23-11-89
40/89	71/89	Aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 2 de fevereiro de 1988.	Decreto Legislativo nº 75, de 29-11-89
41/89	55/89	Aprova o texto do Estatuto e Protocolo do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia — CIEGB, assinado pelo Brasil em 5 de maio de 1986.	Decreto Legislativo nº 76, de 29-11-89
42/89	69/89	Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), concluído em Caracas, em 30 de junho de 1972.	Decreto Legislativo nº 77, de 30-11-89
43/89	70/89	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua, em 1º de abril de 1987.	Decreto Legislativo nº 74, de 24-11-89

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
44/89	86/89	Aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para estabelecimento de um depósito franco no porto de Rio Grande, firmado em Brasília, em 21 de julho de 1987.	Decreto Legislativo nº 78, de 30-11-89
45/89	88/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão, celebrado em Islamabad, em 1º de outubro de 1988.	Decreto Legislativo nº 79, de 6-12-89
46/89	115/85	Aprova as contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1984.	Em tramitação
47/89	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre a remuneração dos Ministros de Estado.	À Câmara
48/89	77/89	Aprova o texto do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, assinado em Georgetown, em 16 de setembro de 1988.	Decreto Legislativo nº 80, de 6-12-89
49/89	96/89	Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, para Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê, firmado em Paramaribo, em 3 de março de 1989.	Decreto Legislativo nº 81, de 6-12-89
50/89	43/89	Aprova os textos das Convenções nºs 135 e 161 e rejeita a de nº 143, da Organização Internacional do Trabalho — OIT.	Decreto Legislativo nº 86, de 14-12-89
51/89	106/89	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, celebrado em Praga, em 7 de abril de 1989.	Decreto Legislativo nº 90, de 15-12-89
52/89	151/86	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, em Nova Déli, em 22 de julho de 1985.	Decreto Legislativo nº 87, de 15-12-89
53/89	136/86	Aprova o texto da Convenção nº 152 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a Segurança e Higiene nos Trabalhos Portuários, adotada por ocasião da 65ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se realizou em Genebra, em 1979.	Decreto Legislativo nº 84, de 11-12-89
54/89	39/89	Aprova o texto dos Atos Finais do XIX Congresso da União Postal Universal, realizado em Hamburgo, República Federal da Alemanha, em julho de 1984.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
55/89	164/89	Aprova o texto do Acordo para a construção de uma ponte sobre o rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, concluído em Uruguaiana, em 22 de agosto de 1989.	Decreto Legislativo nº 82, de 6-12-89
56/89	53/89	Aprova o texto da Convenção nº 139, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre a prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos.	Em tramitação
57/89	40/89	Aprova o texto do Acordo Constitutivo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO.	Em tramitação
58/89	98/89	Aprova o texto do Acordo Comercial assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Zimbábue, em Harare, em 20 de junho de 1988.	Em tramitação
59/89	97/89	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, assinado em Caracas, em 11 de novembro de 1988.	Em tramitação
60/89	60/89	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 18 de março de 1987.	Em tramitação
61/89	161/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico de Drogas, assinado em Brasília, em 3 de setembro de 1986.	Em tramitação
62/89	84/89	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda no exercício de 1986, no valor de até Cz\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de cruzados).	Em tramitação
63/89	123/89	Ratifica o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	Em tramitação
64/89	110/89	Homologa o Ato do Conselho Nacional que autorizou a emissão de papel moeda, no exercício de 1986, no valor de Cz\$ 55.000.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões de cruzados) para atender às atividades produtivas do País e à circulação da riqueza nacional.	Em tramitação
65/89	111/89	Aprova o texto do Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Madrid, em 13 de abril de 1989.	Em tramitação
66/89	115/89	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emboaba de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
67/89	116/89	Aprova o ato que renova a concessão de outorga à Rádio Maringá de Pombal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pombal, estado da Paraíba.	Em tramitação
68/89	119/89	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, subscrito em Amã, em 15 de junho de 1989.	Em tramitação
69/89	92/89	Aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.	Decreto Legislativo nº 91, de 15-12-89

H.5.5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Prejudicado
37/82	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado.	Prejudicado
62/83	José Ignácio Ferreira	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente.	Prejudicado
145/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as Comissões e dá outras providências.	Prejudicado
17/87	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
21/87	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a autorização prévia do Senado Federal a viagens do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação do seu substituto eventual.	Em tramitação
57/87	Nelson Carneiro	Dispõe sobre operação de crédito dos estados e municípios, fixa critérios e condições.	Em tramitação
442/87	Pompeu de Sousa	Cria a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.	Prejudicado
443/87	Mendes Canale	Altera, temporariamente, o mandato dos membros das Comissões Permanentes.	Em tramitação
62/88	Comissão Diretora	Institui a Gratificação de Natal	Resolução nº 48, de 12-9-89
89/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores do Senado Federal, e dá outras providências.	Resolução nº 9, de 28-3-89
90/88	Affonso Camargo	Acrescenta o item II ao art. 97 da Resolução nº 93, de 1970, renumerando-se os demais.	Em tramitação
91/88	Comissão Diretora	Altera a lotação nos gabinetes a que se refere o item V do art. 357 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
98/88	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 368, inciso I, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Em tramitação
141/88	Severo Gomes	Dispõe sobre os limites de remuneração dos títulos da dívida pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Em tramitação (*)
142/88	Severo Gomes	Dispõe sobre as operações de conversão da dívida externa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em investimentos no País, e dá outras providências.	Em tramitação (*)

(*) Encaminhados como subsídio à Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 23/89.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
183/88	Comissão Diretora	Revoga o item VI do art. 406 e o art. 412 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Resolução nº 29, de 16-6-89
184/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre o funcionamento do Pecúlio do Senado, e dá outras providências.	Em tramitação
185/88	Jutahy Magalhães	Estabelece a Estrutura Administrativa Básica do Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
186/88	Comissão Diretora	Dá nova redação aos arts. 3º e 62, do Regimento Interno do Senado Federal.	Prejudicado
201/88	Comissão Diretora	Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, na Subsecretaria de Comissões, e dá outras providências.	Em tramitação

37/83	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado.	Prejudicado
62/83	Jose Inácio Ferreira	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente.	Prejudicado
142/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as Comissões e dá outras providências.	Prejudicado
17/87	Renan Frazão	Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
21/87	Maurício Corrêa	Dispõe sobre a autorização prevista no art. 1º do Decreto nº 1.000, de 1970, para o deslocamento do Governador do Distrito Federal ao exterior, bem como da indicação do seu substituto eventual.	Em tramitação
57/87	Nelson Carneiro	Dispõe sobre operação de crédito dos estados e municípios, fixa critérios e condições.	Em tramitação
142/87	Pompeu de Souza	Cria a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.	Prejudicado
143/87	Marcelo Canale	Altera temporariamente o mandato dos membros das Comissões Permanentes.	Em tramitação
62/88	Comissão Diretora	Institui a Gratificação de Natal.	Resolução nº 48, de 12-9-89
88/88	Comissão Diretora	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores do Senado Federal, e dá outras providências.	Resolução nº 9, de 28-3-89
90/88	Alfonso Camargo	Altera o item II do art. 97 da Resolução nº 98, de 1970, comunicando-se os demais.	Em tramitação
91/88	Comissão Diretora	Altera a jornada de trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
98/88	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 388, inciso I, do Regimento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Em tramitação
111/88	Severino Gomes	Dispõe sobre os limites de remuneração dos titulares da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.	Em tramitação
112/88	Severino Gomes	Dispõe sobre as operações de conversão da dívida externa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em investimentos no País e dá outras providências.	Em tramitação

(*) Encaminhados como substituto à Comissão Especial criada pelo Regimento nº 23/89.

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/89	Comissão Diretora	Altera a redação de dispositivos da Resolução nº 146, de 1980, alterada pelas Resoluções nºs 50, de 1981 e 360, de 1983, e dá outras providências.	Resolução nº 71, de 22-11-89
2/89	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 10 de novembro de 1972, nas partes referentes à Secretaria de Documentação e Informação.	Em tramitação
3/89	Comissão Diretora	Adapta o Regimento Interno do Senado Federal às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, e dá outras providências.	Resolução nº 18, de 18-4-89
4/89	Francisco Rollemberg	Altera os arts. 179 e 180 do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução 1, de 2-3-89
5/89	Mario Maia (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal LFTM-Rio, em substituição de 19.000.000 Obrigações do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (OTM-RJ).	Resolução nº 2, de 10-3-89
6/89	Mario Maia (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Estado do Rio de Janeiro (LFTRJ), em substituição de 131.344.704 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (OTRJ).	Resolução 3, de 15-3-89
7/89	Itamar Franco (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFT-MG), em substituição de 171.946.935 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM).	Resolução nº 4, de 15-3-89
8/89	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir Letras do Tesouro do Estado do Espírito Santo (LFTES), em substituição de 3.033.526 Obrigações do Tesouro do Estado do Espírito Santo (OTES).	Resolução nº 5, de 15-3-89
9/89	Francisco Rollemberg (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Paraíba (LFTPB), em substituição de 3.850.000 Obrigações do Tesouro do Estado da Paraíba.	Resolução nº 6, de 17-3-89
10/89	Mario Maia (Relator)	Autoriza a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a elevar, excepcional e temporariamente, seu limite de endividamento.	Resolução nº 7, de 17-3-89
11/89	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza Furnas-Centrals Elétricas S/A a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 13.000.000.00 (treze milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 10, de 3-4-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/89	Francisco Rollemberg (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Norte (LFTERN) em substituição de 3.055.000,00 Obrigações do Tesouro do Estado — OTERN.	Resolução nº 11, de 4-4-89
13/89	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, excepcional e temporariamente, o limite do endividamento do Estado.	Resolução nº 12, de 5-4-89
14/89	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Xique-Xique, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados novos, a 447.750,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta) Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 13, de 7-4-89
15/89	Gerson Camata (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTP), em substituição de 272.428.000 Obrigações do Tesouro do Estado de São Paulo (OTP).	Resolução nº 16, de 13-4-89
16/89	Dirceu Carneiro (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTE — RS), em substituição de Obrigações do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (OTE-RS).	Resolução nº 17, de 13-4-80
17/89	Meira Filho (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo, a emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal de São Paulo — LFTM — SP, em substituição de 36.499.896,00 Obrigações do Tesouro do Município de São Paulo (OTM — SP).	Resolução nº 14, de 12-4-89
18/89	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTE) em substituição de 19.908.864 Obrigações do Tesouro do Estado de Santa Catarina (OTC).	Resolução nº 15, de 12-4-89
19/89	Ronan Tito	Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.	Resolução nº 22, de 19-5-89
20/89	Comissão do DF	Aprova as contas do Governador do Distrito Federal, referentes ao exercício de 1987, ressalvadas as responsabilidades imputáveis a gestores por infrações legais e danos patrimoniais de qualquer espécie.	Resolução nº 28, de 16-6-89
21/89	Afonso Arinos (Relator)	Autoriza a República Federativa do Brasil, através do Ministério da Educação, a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 10,000,000.00.	Resolução nº 19, de 18-5-89
22/89	Ronan Tito (Relator)	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 120,000,000.00.	Resolução nº 20, de 18-5-89
23/89	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza a Siderúrgica de Minas Gerais S/A (Usiminas), a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 7,014,000.00.	Resolução nº 21, de 19-5-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
24/89	Jutahy Magalhães (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar, em caráter excepcional, operação de empréstimo externo com a garantia da União e contra-garantias do Estado da Bahia no valor de US\$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 23, de 23-5-89
25/89	Rachid Saldanha Derzi (Relator)	Autoriza o Governo da União a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 99,000,000.00 (noventa e nove milhões de dólares americanos).	Resolução nº 24, de 30-5-89
26/89	Wilson Martins (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 25, de 5-6-89
27/89	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre proposta de ação direta de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 63, a ser proposta pela Mesa do Senado Federal, perante o Supremo Tribunal Federal.	Em tramitação
28/89	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza a República Federativa do Brasil, através do Ministério da Aeronáutica, a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares americanos).	Resolução nº 30, de 19-6-89
29/89	Leite Chaves (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares americanos).	Resolução nº 26, de 8-6-89
30/89	Severo Gomes (Relator)	Autoriza a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 94,000,000.00 (noventa e quatro milhões de dólares americanos).	Resolução nº 27, de 13-6-89
31/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da União a celebrar contratos bilaterais no valor de US\$ 1,765,085,095.00 (um bilhão, setecentos e sessenta e cinco milhões, oitenta e cinco mil e noventa e cinco dólares americanos), junto aos governos de países credores no âmbito do chamado "Clube de Paris".	Resolução nº 31, de 19-6-89
32/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 1.380.000,02 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 32, de 21-6-89
33/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia — LFTBA, em substituição a 21.221.939,00 Obrigações do Tesouro do Estado da Bahia — OTBA.	Resolução nº 33, de 22-6-89
34/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da União, através do Ministério do Exército, a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 22,384,095.92 (vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, noventa e cinco dólares americanos e noventa e dois centavos).	Resolução nº 34, de 29-6-89
35/89	Francisco Rollemberg	Revoga o art. 438 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
36/89	José Agripino (Relator)	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor de FF 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de francos franceses), para os fins que especifica.	Resolução nº 35, de 29-6-89
37/89	Moisés Abrão (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Tocantins a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares americanos), junto a um sindicato de bancos estrangeiros.	Resolução nº 36, de 30-6-89
38/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a DM 3,900,000.00 (três milhões e novecentos mil marcos alemães), com o Bayerische Vereinsbank Akatiengesellschaft (Banco da Bavária).	Resolução nº 37, de 30-6-89
39/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de CL\$RDA 2,721,600.00 (dois milhões, setecentos e vinte e um mil e seiscentos dólares clearing), junto à VB-AHB TAKRAF EXPORT IMPORT da República Democrática Alemã.	Resolução nº 38, de 30-6-89
40/89	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo no valor de DM 15.000.000,00 (quinze milhões de marcos alemães), junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW.	Resolução nº 39, de 30-6-89
41/89	Jamil Haddad (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — LFTRJ em substituição a 80.427.825 Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — LFTRJ.	Resolução nº 40, de 30-6-89
42/89	Nabor Júnior (Relator)	Rerratifica a Resolução nº 434/87.	Resolução nº 44, de 30-6-89
43/89	Nabor Júnior (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares americanos), para os fins que especifica.	Resolução nº 42, de 30-6-89
44/89	Ruy Bacelar (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Irecê, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados novos, a 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil) Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 41, de 30-6-89
45/89	Ruy Bacelar (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 43, de 30-6-89
46/89	Maurício Corrêa	Susta os efeitos do Decreto nº 11.569, de 17 de maio de 1989, do Governo do Distrito Federal, que “institui normas para a concessão de direito real de uso de terreno.	Em tramitação
47/89	Jamil Haddad	Dispõe sobre a justificação de ausência às sessões nas hipóteses que menciona.	Resolução nº 51, de 18-9-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
48/89	Severo Gomes (Relator)	Autoriza o Estado de São Paulo, por intermédio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 280.000.000.00 (duzentos e oitenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 45, de 10-8-89
49/89	Itamar Franco	Dispõe sobre as condições para pagamento do principal e encargos da dívida externa.	Em tramitação
50/89	Ronaldo Aragão (Relator)	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, o Governo do Estado de Minas Gerais a exceder o limite da dívida consolidada interna do Estado em 203.221.617,96 Bônus do Tesouro Nacional (BTN), equivalentes, em 31 de maio de 1989, a NCz 239.679.576,22 (duzentos e trinta e nove milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis cruzados e vinte e dois centavos), para os fins que especifica.	Resolução nº 46, de 16-8-89
51/89	Ney Maranhão (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bonito, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 675.819,21 Bônus do Tesouro Nacional (BTN).	Resolução nº 72, de 22-11-89
52/89	Moisés Abrão	Suprime a alínea c do art. 389 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
53/89	Fernando Henrique Cardoso	Determina a correção dos valores em OTN e cruzado, para valores em BTN e cruzado novo, nas proposições que autorizem Estados e Municípios a contratar operações de crédito.	Resolução nº 61, de 23-10-89
54/89	Edison Lobão (Relator)	Autoriza o Governo da União a elevar de US\$ 27.632.939.00 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e nove dólares americanos) para US\$ 50.000.000.00 (cinquenta milhões de dólares americanos), o valor a ser contratado junto ao Governo da Confederação da Suíça, no âmbito do denominado "Clube de Paris", segundo os termos da "ata de entendimentos sobre a consolidação de alguns débitos do Brasil", firmada em 20 de julho de 1988, entre a República Federativa do Brasil e diversos Governos".	Resolução nº 47, de 31-8-89
55/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 1.135.757,94 BTN, junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 49, de 14-9-89
56/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, em valor equivalente a até US\$ 24.007.558.00 (vinte e quatro milhões, sete mil, quinhentos e cinquenta e oito dólares americanos) junto ao Export-Import Bank of the United States (Eximbank).	Resolução nº 50, de 14-9-89
57/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito no valor de ... 72.123.640 (setenta e dois milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta) Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTC).	Resolução nº 52, de 22-9-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
58/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Recife, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 2.819.549,00 (dois milhões, oitocentos e dezenove mil, quinhentos e quarenta e nove) Obrigações do Tesouro Nacional — BTN.	Resolução nº 53, de 1989
59/89	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao art. 375 do Regimento Interno.	Em tramitação
60/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operações de crédito externo no valor de US\$ 123,000,000.00 (cento e vinte e três milhões de dólares americanos), para os fins que especifica.	Resolução nº 62, de 25-10-89
61/89	Comissão Temporária (criada através do Reqtº nº 23/89)	Dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito de qualquer natureza, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias.	Resolução nº 94, de 15-12-89
62/89	Comissão Temporária (criada através do Reqtº nº 23/89)	Dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, e estabelece limites e condições para a concessão da garantia da União em operações de crédito externo e interno.	Resolução nº 96, de 15-12-89
63/89	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a urgência e dá outras providências.	Resolução nº 58, de 12-10-89
64/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar, com a garantia da União, operação de crédito externo no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares americanos).	Resolução nº 54, de 26-9-89
65/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Companhia Energética de Minas Gerais — Cemig, a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares americanos).	Resolução nº 55, de 29-9-89
66/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da União a contratar operação de crédito externo, no montante equivalente a até US\$ 76,000,000.00 (setenta e seis milhões de dólares americanos), com o Delta Bank.	Resolução nº 59, de 13-10-89
67/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a concessão de garantia da União aos títulos que menciona.	Resolução nº 73, de 22-11-89
68/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da República Federativa do Brasil a conceder financiamento ao Banco de La Nación Argentina no valor de até US\$ 147,000,000.00 (cento e quarenta e sete milhões de dólares americanos), através do Convênio de Pagamento Recíproco.	Resolução nº 60, de 13-10-89
69/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar a contratação de crédito externo, com o Banco Nacional de Paris (BNP), no valor de até FF 22.097.000,00 (vinte e dois milhões, noventa e sete mil francos franceses).	Resolução nº 56, de 29-9-89
70/89	Jutahy Magalhães	Modifica o § 4º do art. 91 do Regimento Interno.	Resolução nº 63, de 26-10-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
71/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor de NCz\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzados novos), a ser corrigido, na época de sua contratação, pelo índice aplicado às operações da espécie.	Resolução nº 57, de 4-10-89
72/89	Fernando Henrique Henrique Cardoso	Altera a Resolução nº 157, de 1988, que estabelece normas para que o Senado Federal exerça a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal.	Em tramitação
73/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de até US\$ 12,507.71 (doze milhões, quinhentos e sete mil e setenta e um dólares canadenses).	Resolução nº 64, de 26-10-89
74/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a remuneração do Vice-Governador do Distrito Federal, e dá outras providências.	Resolução nº 78, de 19-12-89
75/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a tratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 2.006.188 Bônus do Tesouro Nacional, junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 76, de 27-11-89
76/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 55,600,000.00 junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento BID.	Resolução nº 74, de 24-11-89
77/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) a ultimar aditivo contratual à operação de crédito externo, firmada em 12 de outubro de 1978, junto a um consórcio de bancos franceses, com vistas a possibilitar a aquisição de equipamentos de origem francesa para a ampliação da Central Termoelétrica Presidente Médici no Rio Grande do Sul.	Resolução nº 75, de 24-1-89
78/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares americanos).	Resolução nº 67, de 7-11-89
79/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Modifica o texto da Resolução nº 79, de 1989.	Resolução nº 66, de 31-10-89
80/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Modifica o texto da Resolução n.º 45, de 1989.	Resolução nº 65, de 30-10-89
81/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a emitir Letras Financeiras do Tesouro (LFTE-CE), em montante equivalente ao valor das 2.839.813 Obrigações do Tesouro do Estado do Ceará (OTCE), que serão substituídas e extintas.	Resolução nº 69, de 9-11-89
82/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, excepcional e temporariamente, seu limite de endividamento, para emissão dos títulos que menciona.	Resolução nº 70, de 9-11-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
83/89	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende por inconstitucionalidade, a execução de expressão contida no § 2º do art. 2º da Lei nº 7.721, de 6 de janeiro de 1989.	Resolução nº 77, de 27-11-89
84/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares americanos), através do Convênio de Pagamento Recíproco Brasil/Argentina.	Resolução nº 68, de 9-11-89
85/89	Irapuan Costa Júnior	Altera a Resolução nº 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições.	Em tramitação
86/89	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 617 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.	Resolução nº 83, de 15-12-89
87/89	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende a execução de expressões contidas no Decreto-Lei nº 1.089, de 2 de março de 1970.	Resolução nº 81, de 11-12-89
88/89	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende a execução da expressão "deduzidos 0,5% (cinco décimos por cento), a título de despesas de arrecadação e fiscalização", contida no art. 13 do Decreto-Lei nº 1.039/69.	Resolução nº 80, de 11-12-89
89/89	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a extinção de cargos, empregos e claros de lotação no Senado Federal.	Em tramitação
90/89	Comissão Diretora	Autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares americanos).	Resolução nº 79, de 4-12-89
91/89	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 5 de março de 1986, a execução do parágrafo único do art. 45 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79), nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X, da Constituição brasileira em vigor.	Em tramitação
92/89	Marcos Mendonça	Dispõe sobre a transformação de cargos em comissão de Assessor Legislativo e dá outras providências.	Em tramitação
93/89	Comissão Diretora	Autoriza o financiamento para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares de origem francesa, no valor global de 240 milhões de francos franceses, destinados ao Estado de São Paulo.	Resolução nº 82, de 12-12-89
94/89	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
95/89	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Psicólogo, Grupo-Outras Atividades de Nível Superior do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
96/89	Comissão Diretora	Dispõe sobre a remuneração dos servidores do Senado Federal, altera as tabelas de referências de vencimentos e de gratificações, e dá outras providências.	Resolução nº 87, de 15-12-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
96 - A /89	Mauro Benevides (Relator)	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S/A — RFFSA a ultimar aditivo ao contrato de financiamento externo, firmado em 6 de dezembro de 1976, com a N. M. Rothshild & Sons, do Reino Unido, e garantido pela República Federativa do Brasil, para financiar parcialmente a importação de bens e serviços necessários à Ferrovia do Aço.	Resolução nº 84, de 15-12-89
97/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a celebrar contratos de transferência com sucessores da Nuclebrás e subsidiárias.	Resolução nº 85, de 15-12-89
98/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Embu, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados novos, a 3.343.646 Bônus do Tesouro Nacional (BTN), junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A.	Resolução nº 86, de 15-12-89
99/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de financiamento externo no valor de US\$ 6,000,000.00 (seis milhões de dólares) a serem financiados pela Société Generale, destinados à importação de equipamentos franceses para o projeto de implantação de sistemas integrados de radiocomunicação, para a Arfa Metropolitana do Grande Rio.	Resolução nº 93, de 15-12-89
100/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 89,700,000.00 (oitenta e nove milhões e setecentos mil dólares americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Resolução nº 95, de 15-12-89
101/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da União, por intermédio do Ministério da Aeronáutica, a contratar operação de crédito externo no valor de até FB 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de francos belgas), ou seu equivalente em outra moeda, junto ao Generale Bank S/A.	Resolução nº 98, de 15-12-89
102/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S/A — Eletrobrás, e suas subsidiárias, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$ 965,000,000.00 (novecentos e sessenta e cinco milhões de dólares americanos).	Resolução nº 99, de 15-12-89
103/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Velho, Estado de Rondônia, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados novos, a 12.000.000 Bônus do Tesouro Nacional — BTN.	Resolução nº 100, de 15-12-89
104/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Centrais Elétricas do Norte — Eletronorte, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até DM 22.134.694,00, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW da Alemanha.	Resolução nº 103, de 15-12-89
105/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Centrais Elétricas do Norte do Brasil — Eletronorte, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$ 1,020,000.00, junto ao Export Development Corporation — EDC.	Resolução nº 102, de 15-12-89
106/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da União, através do Ministério da Aeronáutica, a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 217,000,000.00 (duzentos e dezessete milhões de dólares americanos).	Resolução nº 97, de 15-12-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
107/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — LFTRJ, em montante equivalente ao valor das 81.367.097 Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — LFTRJ, que serão resgatadas no primeiro semestre de 1990.	Resolução nº 91, de 15-12-89
108/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil, através do Ministério da Aeronáutica a ultimar contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 35.000.000.00 (trinta e cinco milhões de dólares americanos), para os fins que especifica.	Resolução nº 101, de 15-12-89
109/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de saldo de sete milhões seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco dólares convênio, mediante o aditivo nº 4, ao instrumento de abertura de linha de crédito externo, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Hungarian Foreign Trading Company, para os fins que especifica.	Resolução nº 106, de 15-12-89
110/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A — Eletrosul, a ultimar aditivo contratual à operação de crédito externo, firmada em 12 de maio de 1982, com um consórcio de bancos sob a liderança do Lloyds Merchant Bank Limited.	Resolução nº 92, de 15-12-89
111/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 33.000.000.00 (trinta e três milhões de dólares americanos), ou seu equivalente em outras moedas.	Resolução nº 88, de 15-12-89
112/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar, em caráter excepcional e temporariamente, o limite de sua dívida consolidada interna, para fins de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina — LFTC, em valor equivalente ao do resgate de 63.245.465 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, vincendas no primeiro semestre de 1990.	Resolução nº 90, de 15-12-89
113/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da União, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 35.000.000.00 (trinta e cinco milhões de dólares americanos), junto ao Export-Import Bank of the United States — Eximbank.	Resolução nº 105, de 15-12-89
114/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araxá a contratar operação de crédito externo no valor de treze milhões de dólares americanos, destinada à construção de um Hospital Municipal.	Resolução nº 89, de 15-12-89
115/89	Comissão de Assuntos Econômicos	Retifica a Resolução nº 50, de 1989, que autorizou o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, em valor equivalente a até US\$ 24.007.558.00 (vinte e quatro milhões, sete mil, quinhentos e cinquenta e oito dólares americanos), junto ao Export-Import Bank of the United States — Eximbank.	Resolução nº 104, de 15-12-89

c) SÚMULA

Total dos projetos 137

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 21

desta sessão legislativa 116

Aprovados e promulgados 105

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 3

desta sessão legislativa 102

Continuam em tramitação 26

Sendo:

de sessões legislativas anteriores 12

desta sessão legislativa 14

Prejudicados, de sessões legislativas anteriores 6

Os Projetos de Resolução versaram sobre:

Empréstimos ou financiamentos externos 52

Operações de créditos internos 30

Alteração do Regimento Interno 13

Assuntos da Administração Interna do Senado 12

Disposições sobre operações de crédito 8

Alteração de Resolução 7

Alteração de Decreto 3

Criação de Comissão 2

Disposições sobre Comissões 2

Inconstitucionalidade de Lei 2

Remuneração do Vice-Governador do DF 1

Criação de um Museu Histórico no Senado 1

Autorização para viagem do Governador do DF 1

Disposições sobre Pecúlio do Senado 1

Aprovação das Contas do Governador do DF 1

Inconstitucionalidade de Medida Provisória 1

H.5.6 — REQUERIMENTOS

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Finalidade	Resultado
10/87	Ruy Bacelar	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
12/87	Itamar Franco	Cria Comissão Especial	Em tramitação
18/87	José Agripino Maia	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
74/87	Lavoisier Maia	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
79/87	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais	Em tramitação
91/87	Divaldo Suruagy	Cria Comissão Especial	Em tramitação
116/87	Roberto Campos	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
151/87	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
158/87	Pompeu de Sousa	Transcrição nos Anais	Em tramitação
270/87	Guilherme Palmeira	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
19/88	Leite Chaves	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
24/88	Nelson Wedekin	Transcrição nos Anais	Em tramitação
41/88	Iram Saraiva	Convocação de Ministro de Estado	Em tramitação
49/88	Aluizio Bezerra	Realização de Sessão Especial	Em tramitação
59/88	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
95/88	Maurício Corrêa	Transcrição nos Anais	Em tramitação
211/88	Jamil Haddad	Informações	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1	Líderes do PMDB, PFL, PSB, PMB, PDT, PDS, PDC, PTB e PSDB	Eleição dos Membros da Mesa	Aprovado
2	Lourival Baptista	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
3	Marcondes Gadelha	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
4	Mário Maia e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
5	Aluizio Bezerra e outros	Realização de Sessão Especial	Aprovado
6	Rachid Saldanha Derzi	Adiamento de Votação	Aprovado
7	Jutahy Magalhães	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
8	Cid Sabóia de Carvalho	Adiamento de Votação	Aprovado
9	João Menezes	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
10	Jarbas Passarinho	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	Aprovado
11	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
12	Líderes do PMDB, PDS, PMB e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
13	Jamil Haddad	Adiamento de Votação	Rejeitado
14	Leite Chaves	Adiamento de Discussão	Aprovado
15	Severo Gomes	Realização de Sessão Especial	Aprovado
16	Líderes do PMDB, PFL, PDT, PSB e PMB	Urgência (371, b)	Aprovado
17	Líderes do PMDB, PFL, PDT, PSB e PMB	Urgência (371, b)	Aprovado
18	Cid Sabóia de Carvalho	Adiamento de Discussão	Aprovado
19	Jarbas Passarinho	Alteração do número de membros em CPI	Aprovado
20	Carlos Alberto	Criação de Comissão Especial	Aprovado
21	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PDT e PMB	Urgência (371, c)	Prejudicado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
22	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PDT e PMB	Urgência (371, b)	Prejudicado
23	Jutahy Magalhães	Criação de Comissão Especial	Aprovado
24	Jamil Haddad	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
25	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
26	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PMB	Urgência (371, b)	Prejudicado
27	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PMB	Urgência (371, b)	Prejudicado
28	Ronan Tito	Informações	Aprovado
29	Luiz Viana e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
30	Severo Gomes e outros	Realização de Sessão Especial	Aprovado
31	Líderes do PMDB, PFL, e PDS	Urgência (371, b)	Prejudicado
32	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (371, b)	Prejudicado
33	Jutahy Magalhães	Adiamento de Discussão	Aprovado
34	Jutahy Magalhães e outros	Adiamento de Votação	Aprovado
35	Jutahy Magalhães	Diligência	Aprovado
36	Jutahy Magalhães	Diligência	Aprovado
37	Jorge Bornhausen	Homenagem de pesar	Aprovado
38	Jorge Bornhausen	Destinação do Expediente	Aprovado
39	Líderes do PMDB, PFL, PSB, PMB, PDT, PDS, PDC, PTB e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
40	Líderes do PMDB, PSDB e PTB	Urgência (371, b)	Aprovado
41	Carlos Chiarelli	Destinação do Expediente	Aprovado
42	Leopoldo Peres	Adiamento de Discussão	Aprovado
43	Mário Maia	Não Realização de Sessão	Aprovado
44	Nelson Carneiro e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
45	Mauro Benevides e outros	Homenagem de pesar	Aprovado
46	Odacir Soares	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
47	Marcondes Gadelha	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
48	Líderes do PFL, PSDB, PSB e PMB	Urgência (371, c)	Aprovado
49	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
50	João Menezes	Adiamento de Discussão	Aprovado
51	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
52	Nabor Júnior	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
53	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
54	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PTB, PDT, PSB e PMB	Urgência (371, b)	Aprovado
55	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
56	João Calmon	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
57	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
58	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
59	Roberto Campos	Informações	Aprovado
60	Luiz Viana	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
61	Jamil Haddad	Adiamento de Votação	Aprovado
62	João Menezes e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
63	Severo Gomes	Retirada de Projeto	Aprovado
64	Severo Gomes	Retirada de Projeto	Aprovado
65	Severo Gomes	Retirada de Projeto	Aprovado
66	Lourival Baptista	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Deferido
67	Nelson Wedekin	Informações	Aprovado
68	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
69	Jamil Haddad	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
70	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
71	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
72	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
73	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
74	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
75	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
76	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
77	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
78	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
79	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
80	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
81	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
82	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
83	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
84	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
85	Itamar Franco	Destaque para votação	Rejeitado
86	Mário Maia	Destaque para votação	Retirado p/autor
87	Itamar Franco e outro	Destaque para votação	Retirado p/autor

Nº	Autor	Assunto	Resultado
88	Itamar Franco e outro	Destaque para votação	Retirado p/autor
89* a 187*	Itamar Franco	Destaque para votação	Retirados p/autor
188	Fernando Henrique Cardoso e outros	Votação em globo de subemendas	Aprovado
189	Mário Maia	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
190	Ney Maranhão	Informações	Aprovado
191	Antônio Luiz Maya	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
192	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
193	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDC	Reabertura da discussão de projeto	Aprovado
194	Maurício Corrêa	Adiamento de discussão	Aprovado
195	Jarbas Passarinho	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
196	Dirceu Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
197	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
198	Roberto Campos	Informações	Aprovado
199	Leopoldo Peres	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
200	Roberto Campos	Informações	Aprovado
201	Lourival Baptista	Não realização de sessão	Aprovado
202	Edison Lobão	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
203	Cid Sabóia de Carvalho	Tramitação conjunta	Prejudicado
204	Itamar Franco	Informações	Aprovado
205	Edison Lobão	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
206	Líderes do PFL, PSDB, PDT, PSB, PMB e Itamar Franco s/partido	Urgência (371, c)	Aprovado
207	Líderes do PMDB, PSDB e PFL	Urgência (371, b)	Aprovado
208	Itamar Franco	Retirada de emenda	Aprovado
209	Itamar Franco	Retirada de emenda	Aprovado
210	Itamar Franco	Retirada de emenda	Aprovado
211	Itamar Franco	Retirada de emenda	Aprovado
212	João Menezes	Destaque para votação	Rejeitado
213	João Menezes	Destaque para votação	Rejeitado
214	João Menezes	Destaque para votação	Rejeitado
215	João Menezes	Destaque para votação	Rejeitado
216	Meira Filho	Licença para tratamento de saúde	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
217	Cid Sabóia de Carvalho	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
218	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
219	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
220	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
221	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
222	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
223	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
224	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
225	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Prejudicado
226	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
227	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Aprovado
228	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Prejudicado
229	Jutahy Magalhães	Inclusão em Ordem do Dia do PLS	Prejudicado
230	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PTB e PDS	Urgência (371, b)	Aprovado
231	Mauro Benevides	Homenagem de pesar	Aprovado
232	Líderes do PMDB, PFL e PTB	Urgência (371, b)	Retirado p/autor
234	Louremberg Nunes Rocha e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
235	Fernando Henrique Cardoso e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
236	Carlos Alberto e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
237	José Fogaça e outro	Homenagem de pesar	Aprovado
238	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
239	Cid Sabóia de Carvalho	Tramitação conjunta	Aprovado
240	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
241	Marcondes Gadelha	Destaque para votação	Aprovado
242	João Menezes	Destaque para votação	Rejeitado
243	Ronan Tito	Destaque para votação	Retirado p/ autor
244	Ronan Tito	Destaque para votação	Retirado p/ autor
245	Rachid Saldanha Derzi	Destaque para votação	Rejeitado
246	Ronan Tito	Destaque para votação	Retirado p/ autor
247	Ronan Tito	Destaque para votação	Retirado p/ autor

Nº	Autor	Assunto	Resultado
248	Ronan Tito	Destaque para votação	Retirado p/ autor
249	Itamar Franco	Destaque para votação	Aprovado
250	Ronan Tito	Retirada de Requerimento	Deferido
251	Ronan Tito	Retirada de Requerimento	Deferido
252	Ronan Tito	Retirada de Requerimento	Deferido
253	Ronan Tito	Retirada de Requerimento	Deferido
254	Ronan Tito	Retirada de Requerimento	Deferido
255	Marcondes Gadelha	Destaque para votação	Aprovado
256	Maurício Corrêa	Destaque para votação	Aprovado
257	Ronaldo Aragão	Destaque para votação	Aprovado
258	Maurício Corrêa	Destaque para votação	Aprovado
259	João Menezes	Destaque para votação	Aprovado
260	Nabor Júnior	Destaque para votação	Aprovado
261	Nabor Júnior	Destaque para votação	Retirado p/ autor
262	Nabor Júnior	Retirada de Requerimento	Deferido
263	Nelson Carneiro	Autorização para viagem ao exterior	Aprovado
264	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
265	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
266	Meira Filho	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
267	Meira Filho	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
268	Maurício Corrêa	Informações	Aprovado
269	Maurício Corrêa	Encaminhamento ao Congresso de Relatório do TCU	Arquivado
270	Edison Lobão	Tramitação conjunta	Aprovado
271	Mário Maia	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
272	Severo Gomes	Autorização para viagem ao exterior a convite do Governo de Israel	Aprovado
273	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
274	Ney Maranhão	Retirada de Projeto	Aprovado
275	Jarbas Passarinho	Informações	Deferido
276	Francisco Rollemberg e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
277	João Menezes	Autorização para viagem ao exterior a convite do Governo de Israel	Aprovado
278	Líderes do PMDB, PFL e PDC	Urgência (371, b)	Aprovado
279	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
280	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
281	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
282	Jamil Haddad	Inclusão em Ordem do Dia de PLS	Em tramitação
283	Líderes do PMDB, PSDB e PDC	Urgência (371, b)	Aprovado
284	José Richa	Informações	Aprovado
285	Gerson Camata	Retirada de Projeto	Aprovado
286	Líderes do PMDB, PSDB, PDT, PTB e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
287	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
278-A	Marco Maciel	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
288	Itamar Franco	Adiamento de discussão	Aprovado
289	Edison Lobão	Adiamento de discussão	Aprovado
290	Ronan Tito e outros	Destaque para rejeição	Aprovado
291	Ronan Tito e outros	Destaque para rejeição	Aprovado
292	Ronan Tito e outros	Destaque para rejeição	Aprovado
293	Ronan Tito e outros	Destaque para rejeição	Aprovado
294	João Lyra	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
295	Fernando Henrique Cardoso	Autorização viagem ao exterior	Aprovado
296	Meira Filho	Retirada de Projeto	Aprovado
297	Jutahy Magalhães	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
298	Líderes do PMDB, PFL, PDS, e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
299	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDT	Urgência (371, b)	Aprovado
300	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
301	Carlos Patrocínio	Tramitação conjunta	Aprovado
302	Fernando Henrique Cardoso	Informações	Aprovado
303	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDS e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
304	Líderes do PMDB, PFL e PDC	Urgência (371, b)	Aprovado
305	Meira Filho	Adiamento de discussão	Aprovado
306	Raimundo Lira	Prorrogação de prazo para exame de Projeto	Aprovado
307	Afonso Sancho e outros	Destinação do expediente	Aprovado
308	Hugo Napoleão	Dispensa de interstício	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
309	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
310	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDS e PSB	Urgência (371, b)	Aprovado
311	Mendes Canale	Adiamento de discussão	Aprovado
312	Líderes do PMDB, PFL, PDT e PDS	Extinção de urgência	Aprovado
313	Severo Gomes	Informações	Aprovado
314	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
315	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
316	Lourenberg Nunes Rocha	Adiamento de discussão	Aprovado
317	Maurício Corrêa	Informações	Aprovado
318	Francisco Rollemberg	Autorização para missão do Executivo	Aprovado
319	Raimundo Lira	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
320	Lourival Baptista	Autorização para missão do Executivo	Aprovado
321	Albano Franco	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
322	Ney Maranhão e outros	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
323	Maurício Corrêa	Retirada de projeto	
324	João Menezes	Adiamento de votação	Rejeitado
325	Lourenberg Nunes Rocha	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
326	Dirceu Carneiro	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
327	Fernando Henrique Cardoso	Tramitação conjunta	Aprovado
328	José Agripino	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
329	Lavoisier Maia	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
330	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDC	Urgência (371, b)	Aprovado
331	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PTB, PDC e outro	Urgência (371, b)	Aprovado
332	Ronan Tito e outro	Adiamento de discussão	Aprovado
333	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
334	Jutahy Magalhães	Adiamento de discussão	Aprovado
335	Aluizio Bezerra	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
336	Carlos Chiarelli e outros	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado
337	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
338	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (371, b)	Aprovado
339	Jutahy Magalhães	Destaque para rejeição	Aprovado
340	Leopoldo Peres e outros	Prorrogação de prazo de CPI	Deferido
341	Leite Chaves e outros	Prorrogação de prazo de CPI	Deferido
342	Itamar Franco	Informações	Aprovado
343	Lourenberg Nunes Rocha	Informações	Aprovado
344	Maurício Corrêa	Informações	Aprovado
345	Jarbas Passarinho	Informações	Deferido
346	Líderes do PMDB, PSDB, PDS, PDC e outro	Urgência (336, b)	Aprovado
347	Líderes do PMDB, PFL, PDT, PTB e PMB	Urgência (336, b)	Aprovado
348	Jamil Haddad	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
349	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
350	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PDC	Extinção de urgência	Aprovado
351	Líderes do PMDB, PSDB, PDS e PDC	Urgência (336, b)	Aprovado
352	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
353	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
354	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
355	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
356	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
357	Dirceu Carneiro	Informações	Em tramitação
358	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDC	Urgência (336, b)	Aprovado
359	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e outro	Urgência (336, b)	Aprovado
360	Leite Chaves	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
361	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
362	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
363	Francisco Rollemberg	Pedido para anexar a projeto parecer do CND	Deferido
364	Jarbas Passarinho	Dispensa de interstício	Aprovado
365	Jarbas Passarinho	Dispensa de interstício	Aprovado
366	Líderes do PMDB, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
367	Líderes do PMDB, PSDB, PDS e outro	Urgência (336, b)	Aprovado
368	Líderes do PMDB, PSDB, PDS e outro	Urgência (336, b)	Aprovado
370	Líderes do PMDB, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
370	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
371	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
372	Líderes do PMDB, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
373	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDT	Urgência (336, b)	Aprovado
374	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, b)	Aprovado
375	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
376	Líderes do PMDB, PFL, PDT e PSB	Urgência (336, b)	Aprovado
377	Líderes do PMDB, PFL, e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
378	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
379	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (336, b)	Aprovado
380	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
381	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
382	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PDC	Urgência (336, b)	Aprovado
383	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PDC	Urgência (336, b)	Aprovado
384	Líderes do PMDB, PSDB, PDC e outro	Urgência (336, b)	Aprovado
385	Líderes do PMDB, PSDB, PDS, PDT e PMB	Urgência 336, b)	Aprovado
386	Marco Maciel	Destaque para votação	Aprovado
387	Mansueto de Lavor	Destaque para votação	Rejeitado
388	Mansueto de Lavor	Destaque para votação	Rejeitado
389	Humberto Lucena	Destaque para votação	Rejeitado
390	Áureo Mello	Destaque para votação	Rejeitado
391	Rachid Saldanha Derzi	Autorização para viagem ao exterior	Deferido
392	Raimundo Lira	Autorização para viagem ao exterior	Deferido
393	Albano Franco	Autorização para viagem ao exterior	Deferido

Nº	Autor	Assunto	Resultado
394	João Lobo	Autorização para viagem ao exterior	Deferido
395	Ronan Tito	Inclusão em Ordem do Dia de PLC	Aprovado
396	Afonso Sancho	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
397	Maurício Corrêa	Informações	Aprovado
398	Severo Gomes e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
399	Fernando Henrique Cardoso e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
400	Jamil Haddad	Autorização para viagem ao exterior a convite do Governo do Marrocos	Aprovado
401	Teotônio Vilela Filho	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
402	Humberto Lucena e outro	Homenagem de pesar	Aprovado
403	Mansueto de Lavor e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
404	Líderes do PMDB, PFL e PTB	Urgência (336, b)	Aprovado
405	Odacir Soares	Adiamento de votação	Rejeitado
406	Leite Chaves	Adiamento de Discussão	Rejeitado
407	Maurício Corrêa	Retirada de projeto	Aprovado
408	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
409	Jutahy Magalhães	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
410	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
411	Maurício Corrêa	Inclusão em Ordem do Dia de Projeto de Resolução	Em tramitação
412	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
413	Carlos Chiarelli e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado
414	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
415	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
416	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
417	Albano Franco	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
418	Afonso Camargo	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
419	Líderes do PMDB, PFL, PDC e PTB	Urgência (336, b)	Aprovado
420	Líderes do PMDB, PFL e PDC	Urgência (336, b)	Aprovado
421	Raimundo Lira e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
422	Enéas Faria	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido
423	Fernando Henrique Cardoso	Informações	Aprovado
424	Dirceu Carneiro	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
425	Fernando Henrique Cardoso	Informações	Deferido
426	Jutahy Magalhães	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
427	Antônio Luiz Maya	Adiamento de discussão	Aprovado
428	Afonso Arinos	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
429	João Castelo e outros	Destinação do Expediente	Aprovado
430	Francisco Rollemberg	Autorização para participar da 8ª Reunião da Assembléia da Organização Mundial de Turismo, em Paris, França	Aprovado
431	Chagas Rodrigues	Autorização para participar da 8ª Reunião da Assembléia da Organização Mundial de Turismo, em Paris, França	Aprovado
432	Lourival Baptista	Autorização para participar da 8ª Reunião da Assembléia da Organização Mundial de Turismo, em Paris, França	Aprovado
433	Gerson Camata	Autorização para participar da 8ª Reunião da Assembléia da Organização Mundial de Turismo, em Paris, França	Aprovado
434	João Menezes	Adiamento de votação	Aprovado
435	Carlos Alberto	Informações	Aprovado
436	José Richa	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
437	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
438	José Ignácio Ferreira	Desapensamento de projeto	Deferido
439	Líderes do PMDB, PDT, PDS e PMB	Urgência (336, b)	Aprovado
440	Líderes do PMDB, PSDB e PTB	Urgência (336, b)	Aprovado
441	Jarbas Passarinho e outros	Homenagem de pesar Homenagem de pesar	Aprovado
442	Humberto Lucena	Congratulações pelo transcurso do centenário de fundação da União Interparlamentar	Aprovado
443	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
444	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT e outro	Urgência (336, b)	Prejudicado
445	Líderes do PMDB, PFL, PDC, PDT	Urgência (336, b)	Aprovado
446	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDC e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
447	Maurício Corrêa	Retirada de emenda	Aprovado
448	Mário Maia	Retirada de emenda	Aprovado
449	Mário Maia	Retirada de emenda	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
450	Dirceu Carneiro	Informações	Aprovado
451	João Menezes	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
452	Marcondes Gadelha	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
453	Leite Chaves	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
454	Ruy Bacelar	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
455	Rachid Saldanha Derzi	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
456	Edison Lobão	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
457	Humberto Lucena	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
458	Pompeu de Sousa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
459	Nelson Carneiro e outros	Realização de sessão especial	Aprovado
460	Carlos Alberto	Autorização para participar da 82ª Conferência Interparlamentar	Deferido
461	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
462	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
463	João Lyra	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
464	Fernando Henrique Cardoso	Adiamento de discussão	Prejudicado
465	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Deferido
466	Albano Franco	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Deferido
467	Carlos Chiarelli	Informações	Aprovado
468	João Calmon	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
469	Raimundo Lira	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
470	Irapuan Costa Júnior	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
471	Cid Sabóia de Carvalho	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
472	José Agripino	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
473	Mário Covas	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
474	Mauro Benevides	Dispensa de interstício	Aprovado
475	Líder do PMDB e outro	Urgência (336, c)	Aprovado
476	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, b)	Aprovado
477	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
478	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
479	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
480	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
481	Mauro Benevides	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
482	Severo Gomes	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
483	Odacir Soares	Transcrição nos Anais	Aprovado
484	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
485	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta	Aprovado
486	Teotônio Vilela Filho	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
487	Nabor Júnior e outros	Tramitação conjunta	Aprovado
488	Ronan Tito	Retirada de projeto	Aprovado
489	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
490	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
491	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
492	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
493	Líderes do PFL, PDS, PDT e PDC	Urgência (336, b)	Aprovado
494	Roberto Campos	Autorização para desempenhar missão junto à 44ª sessão da ONU	Aprovado
495	Mauro Benevides	Autorização para desempenhar missão junto à 44ª sessão da ONU	Aprovado
496	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
496-A	Jarbas Passarinho	Destaque para rejeição	Aprovado
497	Jamil Haddad	Informações	Aprovado
498	Jamil Haddad	Informações	Aprovado
499	Jamil Haddad	Informações	Aprovado
500	João Menezes	Informações	Aprovado
501	Itamar Franco e outro	Transcrição nos Anais	Aprovado
502	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
503	Nabor Júnior	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
504	Ney Maranhão	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
505	Ney Maranhão	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
506	Leopoldo Peres e outros	Prorrogação de prazo — CPI	Aprovado
507	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
508	Leite Chaves e outros	Prorrogação de prazo — CPI	Aprovado
509	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, b)	Aprovado
510	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, b)	Aprovado
511	Edison Lobão	Destaque para rejeição	Aprovado
512	Maurício Corrêa	Destaque para rejeição	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
513	Cid Sabóia de Carvalho	Destaque para rejeição	Rejeitado
514	Fernando Henrique Cardoso	Tramitação conjunta	Aprovado
515	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
516	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
517	Líderes do PMDB, PFL, PDT e outro	Urgência (336, b)	Aprovado
518	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Extinção de urgência	Aprovado
519	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
520	Itamar Franco	Informações	Aprovado
521	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Aprovado
522	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, b)	Aprovado
523	Cid Sabóia de Carvalho	Retirada de emenda	Aprovado
524	Severo Gomes	Informações	Aprovado
525	Odacir Soares e outros	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
526	Maurício Corrêa	Tramitação conjunta	Aprovado
527	João Menezes	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
528	Líderes do PMDB, PSDB e PDC	Urgência (336, c)	Aprovado
529	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, b)	Aprovado
530	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, b)	Aprovado
531	Louremberg Nunes Rocha	Retirada de projeto	Aprovado
532	Humberto Lucena	Retirada de projeto	Aprovado
533	Mendes Canale	Transcrição nos Anais	Aprovado
534	Jutahy Magalhães	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
535	Alfredo Campos	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido
536	Antônio Luiz Maya	Prorrogação de prazo — Comissão Temp. (Código de Menores)	Aprovado
537	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, b)	Prejudicado
538	Marcos Mendonça	Informações	Aprovado
539	Gomes Carvalho	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
540	Meira Filho	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
541	João Castelo	Licença para tratamento de saúde	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
542	Líderes do PMDB e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
543	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
544	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta	Aprovado
545	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta	Aprovado
546	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
547	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
548	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDS e PSB	Urgência (336, b)	Prejudicado
549	Jamil Haddad	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
550	Afonso Sancho	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
551	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta	Aprovado
552	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PDS, PSB e PMB	Urgência (336, c)	Aprovado
553	Chagas Rodrigues	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
554	Aureo Mello	Diligência	Deferido
555	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (336, c)	Rejeitado
556	Meira Filho	Dispensa de interstício	Aprovado
557	João Menezes	Adiamento de discussão	Aprovado
558	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e outros	Urgência (336, c)	Aprovado
559	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PDS e PMB	Urgência (336, c)	Aprovado
560	Mário Maia	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
561	Márcio Lacerda	Retirada de projeto	Aprovado
562	Odacir Soares	Retirada de projeto	Aprovado
563	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDS e PMB	Urgência (336, c)	Aprovado
564	Luiz Viana Filho	Destaque para rejeição	Aprovado
565	Meira Filho	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
566	Dirceu Carneiro	Tramitação conjunta	Aprovado
567	Gomes Carvalho e outros	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado
568	Jutahy Magalhães	Retirada de projeto	Aprovado
569	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
570	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
571	Pompeu de Sousa	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
572	Marcos Mendonça	Adiamento de discussão	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
573	Nabor Júnior	Prorrogação de prazo de Comissão Temporária	Aprovado
574	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PTB e PSB	Urgência (336, c)	Aprovado
575	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
576	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
577	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
578	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
579	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
580	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
581	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
582	João Menezes	Adiamento de votação	Aprovado
583	João Menezes	Informações	Aprovado
584	Marcos Mendonça	Informações	Em tramitação
585	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
586	Irapuan Costa Júnior e outros	Urgência (336, c)	Aprovado
587	João Lobo	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
588	Antônio Luiz Maya	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
589	Maurício Corrêa	Adiamento para reexame da Comissão do DF	Aprovado
590	Humberto Lucena	Autorização para aceitar missão do Executivo e participar, como observador parlamentar dos trabalhos da 44ª Assembléia Geral da ONU	Aprovado
591	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
592	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
593	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
594	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
595	José Ignácio Ferreira	Informações	Aprovado
596	Carlos Patrocínio	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
597	Maurício Corrêa	Solicitando à Presidência promulgação de proposição	Rejeitado
598	Carlos Chiarelli	Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado
599	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
600	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PDS e PTB	Urgência (336, c)	Aprovado
601	Maurício Corrêa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
602	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
603	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PDC e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
604	José Fogaça	Informações	Aprovado
605	Lourenberg Nunes Rocha e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado
606	Nabor Júnior	Prorrogação de prazo de Comissão Temporária — Código de Menores	Aprovado
607	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDC e PDS	Urgência (336, c)	Prejudicado
608	Líderes do PMDB, PSDB, PDC e PDT	Urgência (336, c)	Prejudicado
609	Gomes Carvalho e outros	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado
610	Jutahy Magalhães	Retirada de Proposta de Fiscalização e Controle	Aprovado
611	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDC e PDS	Urgência (336, c)	Prejudicado
612	Líderes do PMDB, PSDB, PDC e PDT	Urgência (336, c)	Prejudicado
613	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
614	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
615	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
616	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
617	Gerson Camata	Destaque para votação	Aprovado
618	Gerson Camata	Destaque para votação	Aprovado
619	João Lobo	Autorização para aceitar missão junto à ONU	Aprovado
620	Chagas Rodrigues	Autorização para aceitar missão junto à ONU	Aprovado
621	Lourival Baptista	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
622	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
623	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
624	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
625	Líderes do PMDB, PFL, PDC, PDT e PTB	Urgência (336, c)	Aprovado
626	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDC, PDT e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
627	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
628	Jutahy Magalhães	Informações	Aprovado
629	Maurício Corrêa	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado
630	Fernando Henrique Cardoso	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
631	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDC e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
632	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDC e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
633	Ronan Tito	Retirada de projeto	Aprovado
634	Líderes do PMDB, PSDB, PDC e PDT	Urgência (336, c)	Aprovado
635	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
636	Nabor Júnior	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
637	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
638	Líderes do PMDB, PSDB, PDS e PDT	Urgência (336, c)	Aprovado
639	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
640	Sílvio Name	Informações	Aprovado
641	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
642	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PSB	Urgência (336, c)	Aprovado
643	Marco Maciel	Adiamento de votação	Aprovado
644	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
645	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDT	Urgência (336, c)	Aprovado
646	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
647	Mário Maia	Dispensa de interstício	Aprovado
648	Alexandre Costa e outro	Informações	Aprovado
649	João Menezes	Autorização para desempenhar missão e participar da Delegação do Brasil à 44ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	Aprovado
650	Líderes do PMDB, PFL e PDT	Urgência (336, c)	Aprovado
651	Líderes do PMDB, PFL e PDT	Urgência (336, c)	Aprovado
652	Maurício Corrêa	Adiamento de discussão	Aprovado
653	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
654	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
655	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
656	Mário Maia	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Prejudicado
657	Marco Maciel e outros	Realização de Sessão Especial	Aprovado
658	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PDT e PSB	Urgência (336, c)	Aprovado
659	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
660	Líderes do PMDB, PFL, PDT e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
661	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PDS e PSB	Urgência (336, c)	Aprovado
662	Mário Maia	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
663	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
664	Líderes do PMDB, PFL, PDT e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
665	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
666	Nabor Júnior	Prorrogação de prazo para oferecimento de emendas a projetos de lei	Aprovado
667	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
668	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
669	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDS e PSB	Urgência (336, c)	Aprovado
670	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
671	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
672	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
673	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
674	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
675	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
676	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
677	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDC	Urgência (336, c)	Aprovado
678	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDC	Urgência (336, c)	Aprovado
679	Ronaldo Aragão	Autorização para desempenhar missão junto à ONU	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
680	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
681	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
682	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PDS e PSB	Urgência (336, c)	Aprovado
683	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
684	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
685	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
686	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PDC	Urgência (336, c)	Aprovado
687	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
688	Meira Filho	Dispensa de interstício	Aprovado
689	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
690	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
691	Jutahy Magalhães	Adiamento de votação	Prejudicado
692	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
693	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
694	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
695	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
696	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
697	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
698	Carlos De'Carli	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
699	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
700	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
701	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Prejudicado
702	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
703	Ronan Tito e outro	Não realização de sessão	Aprovado
704	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
705	Maurício Corrêa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
706	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
707	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDS e PDC	Urgência (336, c)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
708	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDC	Urgência (336, c)	Aprovado
709	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
710	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
711	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
712	Pompeu de Sousa	Dispensa de interstício	Aprovado
713	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
714	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
715	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDT	Urgência (336, c)	Aprovado
716	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
717	Ronan Tito	Adiamento de discussão	Aprovado
718	Líderes do PMDB, PFL, PDT e PDC	Urgência (336, c)	Prejudicado
719	Comissão do DF	Urgência (336, c)	Prejudicado
720	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
721	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
722	Meira Filho	Dispensa de interstício	Aprovado
723	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
724	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
725	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
726	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDC	Extinção de urgência	Aprovado
727	Ronan Tito e outro	De preferência	Aprovado
728	Líderes do PMDB, PFL, PDT e PDC	Urgência (336, c)	Aprovado
729	Comissão do DF	Urgência (336, c)	Aprovado
730	Iram Saraiva	Retirada de projeto	Aprovado
731	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
732	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
733	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
734	Líderes do PMDB, PDS e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
735	Líderes do PMDB, PFL, PSDB e PDT	Urgência (336, c)	Aprovado
735-A	Ronan Tito	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
736	Líderes do PMDB, PSDB, PDT e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
737	Líderes do PMDB, PSDB, PDT e PDS	Urgência (336, c)	Aprovado
738	Pompeu de Sousa	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
739	Sílvio Name	Informações	Em tramitação
740	Áureo Mello	Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	Aprovado
741	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
742	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
743	Maurício Corrêa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
744	Líderes do PMDB, PFL, PSDB, PDT e PDS	Extinção de urgência	Aprovado
745	Antônio Luiz Maya	Dispensa de interstício	Aprovado
746	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
747	Ronan Tito e outros	Urgência (336, c)	Aprovado
748	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
749	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
750	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
751	Antônio Luiz Maya	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
752	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
753	Líderes do PMDB, PFL e PSDB	Urgência (336, c)	Aprovado
754	Maurício Corrêa	Informações	Em tramitação
755	50 subscritores	Urgência (336, c)	Aprovado
756	Marco Maciel	Tramitação conjunta	Em tramitação
757	Ronan Tito e outro	Homenagem de pesar	Aprovado
758	Ronan Tito e outros	Urgência (336, c)	Aprovado
759	Ronan Tito e outros	Urgência (336, c)	Aprovado

Adiamento de discussão	20
Adiamento para exame de Comissão	1
Adiamento de votação	11
Alteração de membros em CPI	1
Autorização para desempenhar missão junto à ONU	8
Autorização para missão do Executivo	4
Autorização para missão no exterior	11
Autorização para viagem ao exterior	4
Congratulações	1
Convocação de Ministro de Estado	12
Criação de Comissão Especial	4
Criação de CPI	4
Desapensamento de Projeto	1
Destaque para rejeição	11
Destaque para votação	145
Destinação do expediente	9
Diligência	3
Dispensa de interstício	24
Dispensa de publicação de Redação Final	57
Eleição dos Membros da Mesa	1
Encaminhamento ao CN Relatório do TCU	1
Extinção de urgência	5
Homenagem de pesar	12
Inclusão em Ordem do Dia	15
Informações	50
Inversão da Ordem do Dia	30
Licença para se ausentar dos trabalhos da Casa	27
Licença para tratar de interesses particulares	7
Licença para tratamento de saúde	16
Não realização de sessão	3
Pedido para anexar projeto a parecer	1
Preferência	1

Prorrogação de prazo de Comissão Especial	6
Prorrogação de prazo de CPI	10
Prorrogação de prazo de Comissão Temporária	3
Prorrogação de prazo para exame de Projeto	1
Prorrogação de prazo para oferecer emendas a Projeto	1
Reabertura de discussão de Projeto	1
Realização de Sessão Especial	6
Retirada de emenda	8
Retirada de projeto	16
Retirada de Proposta de Fiscalização e Controle	1
Retirada de Requerimento	10
Solicitação a Presidência Promulgação de Proposição	1
Tramitação conjunta	15
Transcrição nos Anais	12
Urgência	186
Votação em globo de subemendas	1
Votação em globo de substitutivo	1

H.5.7 — INDICAÇÃO

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/89	Jutahy Magalhães	Sugere seja objeto de estudo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, recente julgado do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 116.750-5-DF) interpretando o alcance do disposto no art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.	Em tramitação

H.5.8 — PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Nº	Autor	Assunto	Resultado
2/85	Jutahy Magalhães	Propõe fiscalização no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.	Retirada pelo Autor
1/87	Itamar Franco	Aplicação ilegal de verbas públicas no mercado financeiro, por parte da Comissão Nacional de Energia Nuclear e conta secreta. (Delta Três.)	Em tramitação
1/88	Mário Maia	Esclarecimentos sobre o destino dos donativos para atender aos flagelados atingidos pelas enchentes ocorridas no Estado do Acre, especialmente na Cidade de Rio Branco.	Em tramitação
2/88	Roberto Campos	Instaurar ampla fiscalização com referência às atividades e condições da indústria de transporte aéreo regular.	Em tramitação

H.5.9 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

a) MENSAGENS RECEBIDAS EM SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
156/88	292/88	Brian Michael Frazer Neele	Embaixador do Brasil junto à República do Benin.
256/88	492/88	Regis Novaes de Oliveira	Embaixador do Brasil junto à Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia.
257/88	493/88	Ivan Oliveira Canabrava	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

b) MENSAGENS RECEBIDAS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
23/89	40/89	Aluizio Alves	Ministro do Superior Tribunal Militar.
27/89	52/89	Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares	Embaixador do Brasil junto à República do Quênia para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil em Maurício.
28/89	53/89	Paulo Brossard de Souza Pinto	Ministro do Supremo Tribunal Federal.
54/89	92/89	Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares	Embaixador do Brasil junto à República do Quênia para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Etiópia Socialista.
55/89	93/89	Hélio de Souza Regato de Andrade	Ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho.
56/89	94/89	Norberto Silveira de Souza	Ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho.
57/89	95/89	Miguel Abrão Neto	Ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho.
58/89	96/89	Gercino Evaristo	Ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho.
61/89	105/89	José Paulo Sepúlveda Pertence	Ministro do Supremo Tribunal Federal.
65/89	119/89	Carlos Norberto de Oliveira Pares	Embaixador do Brasil junto à República de Gana, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.
66/89	120/89	Carlos Norberto de Oliveira Pares	Embaixador do Brasil junto à República de Gana, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.
75/89	142/89	Athos Gusmão Carneiro	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
76/89	143/89	Francisco Cláudio de Almeida Santos	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
77/89	144/89	Luiz Carlos Fontes de Alencar	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
78/89	145/89	Luiz Vicente Cernicchiaro	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
79/89	146/89	Raphael de Barros Monteiro Filho	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Mensagem nº SF	PR	Nome	Cargo
80/89	147/89	Sálvio de Figueiredo Teixeira	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
81/89	148/89	Waldemar Zveiter	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
82/89	149/89	Carlos Augusto de Proença Rosa	Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Sudão.
93/89	188/89	José Celso de Mello Filho	Ministro do Supremo Tribunal Federal.
94/89	189/89	Aristides Junqueira Alvarenga	Procurador-Geral da República.
100/89	207/89	Eduardo Moreira Hosannah	Embaixador do Brasil na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Viena.
101/89	208/89	David Silveira da Mota Júnior	Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.
102/89	209/89	Gilberto Coutinho Paranhos Velloso	Embaixador do Brasil junto ao Estado do Vaticano.
103/89	210/89	Maurício Carneiro Magnavita	Embaixador do Brasil junto à República do Líbano.
105/89	212/89	Sebastião do Rego Barros Neto	Embaixador do Brasil junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
108/89	220/89	Luiz Felipe de Seixas Corrêa	Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.
109/89	221/89	Bernardo Péricas Neto	Embaixador-Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.
110/89	222/89	José Guilherme Alves Merquior	Embaixador-Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
111/89	225/89	Dario Moreira de Castro Alves	Embaixador do Brasil junto à República Popular da Polônia.
112/89	226/89	Ronaldo Mota Sardenberg	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.
114/89	235/89	João Carlos Pessoa Fragoso	Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.
130/89	288/89	Affonso Arinos de Mello Franco	Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.
131/89	289/89	Marco Cesar Meira Naslauskys	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.
132/89	287/89	Wanderley Vallim da Silva	Vice-Governador do Distrito Federal.
166/89	383/89	Guy Mendes Pinheiro de Vasconcelos	Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.
167/89	384/89	Nuno Alvaro Guilherme D'Oliveira	Embaixador do Brasil junto à República do Cabo Verde.
170/89	397/89	José Ferreira Lopes	Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos e cumulativamente, junto ao Estado de Catar.
171/89	396/89	Antonio Carlos Diniz de Andrada	Embaixador do Brasil junto à Jamaica, e, cumulativamente, junto às Bahamas e a Belize.

Mensagem nº		Cargo	Cargo
SF	PR		
172/89	398/89	Luiz Mattoso Maia Amado	Embaixador do Brasil junto à Coréia.
173/89	399/89	Tarcísio Marciano da Rocha	Embaixador do Brasil junto à República Togolesa e, cumulativamente, junto à República do Niger.
174/89	493/89	Júlio Gonçalves Sanchez	Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.
178/89	440/89	Wadico Waldir Bucchi	Presidente do Banco Central do Brasil.
179/89	457/89	Regis Novaes de Oliveira	Embaixador do Brasil junto à Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.
185/89	515/89	Sérgio Damasceno Vieira	Embaixador do Brasil junto à Malásia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.
186/89	516/89	Luiz Felipe de la Torre Benitez Teixeira Soares	Embaixador do Brasil, junto à República do Quênia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda.
187/89	509/89	Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cherubim Rosa Filho	Ministro do Superior Tribunal Militar.
200/89	547/89	Francisco Amadeu Pires Felix	Diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central do Brasil.
228/89	613/89	José Luiz Vasconcellos	Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.
229/89	614/89	Hylo Bezerra Gurgel	Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região.
230/89	615/89	Francisco Fausto Paula de Medeiros	Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.
231/89	616/89	Ney Proença Doyle	Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.
232/89	617/89	Ursulino Santos Filho	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária, destinada a advogados.
233/89	618/89	José Francisco da Silva	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária, destinada a Ministro Classista.
234/89	619/89	José Calixto Ramos	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária, destinada a Ministro Classista.
235/89	620/89	Mayo Urugaio Fernandes	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária, de Suplente de Ministro Classista.
236/89	621/89	Juvenal Pedro Cim	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária, de Suplente de Ministro Classista.
237/89	622/89	Francisco Leocádio Araújo Pinto	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária de Ministro Classista.
238/89	623/89	Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária de Ministro Classista.

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
239/89	624/89	Paulo de Azevedo Marques	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária, de Suplente de Ministro Classista.
240/89	625/89	Osório Coelho Guimarães Filho	Compor o Tribunal Superior do Trabalho, em vaga originária, de Suplente de Ministro Classista.
244/89	644/89	Wilberto Luiz Lima	Ministro do Superior Tribunal Militar.
246/89	664/89	Luiz Vilarinho Pedroso	Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Iemen.
256/89	668/89	Paulo Tarso Flecha de Lima	Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.
273/89	729/89	Octávio Rainho da Silva Neves	Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.
274/89	730/89	Antonio Carlos Nogueira	Ministro do Superior Tribunal Militar.
135/89	127/89	Ronaldo Costa Couto	Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
321/89	834/89	Cnéa Cimini Moreira de Oliveira	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

I — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

I.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado Federal

Órgãos	Assessores
Presidência da República	Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves
Ministério da Aeronáutica	Ten. Cel. Aviador Pedro Josino Cordeiro
Ministério do Exército	Cel. Gilberto Serra
Ministério da Marinha	Capitão-de-Mar-e-Guerra Herialdo Martins Ferreira Filho
Ministério da Administração	José Wild de Oliveira Cabral
Ministério da Agricultura	Adalberto Ronan
Ministério da Ciência e Tecnologia	Arnédio Bastos de Oliveira Neto
Ministério das Comunicações	Alvaro Alberto de Araújo Sampaio
Ministério da Cultura	Geraldo Guedes
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Idair Ceccato Guancino
Ministério da Educação	Maria Regina Alves de Oliveira
Ministério da Fazenda	Humberto Lacerda
Ministério da Indústria e do Comércio	Jorge Alberto Neves da Fontoura
Ministério do Interior	Oswaldo Nunes
Ministério da Justiça	Marcelo Linhares
Ministério das Minas e Energia	Raimundo Gomes da Silva
Ministério da Previdência Social	Dionísio Batista Vieira
Ministério das Relações Exteriores	Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto
Ministério da Saúde	Aluizio Toscano Franca
Ministério do Trabalho	Dulce Angela Carvalho
Ministério dos Transportes	Lilian G. Nelson de Senna
Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA	Cel.-Aviador Maurício de Oliveira Cunha e Afonso de Liguori
Secretaria de Planejamento e Coordenação — Seplan	Eurídice Nóbrega
Serviço Nacional de Informações — SNI	Luís Antonio Bitencourt
Governo do Distrito Federal	Nilson F. da Cruz
Confederação Nacional da Indústria — CNI	José Flávio de Oliveira
APS — Consultoria Parlamentar	Ubaldo Campelo Neto
	Vasco Azevedo

I.2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
João Emílio Falcão Costa Filho José Tarcísio Saboya Hollanda	Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA)
Antonio Arrais de Oliveira Eliane Cristina Catanhede Rampazzo Armando Nobre Mendes	Agência Estado (O Estado de S. Paulo)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Eduardo Bentes Monteiro	Agência Imprensa Livre Ltda. (AGIL. Fotojornalismo)
Francisco C. N. Lacerda Filho Sebastião Mineró da Silva	Agência Jornalística do Planalto (APLAN)
Alfredo Obleziner Antonio Carlos Antunes Scartezini Josemar Toscano Dantas Alexandre José Guerra Torres	Correio Braziliense S/A
Amália Maranhão Calmon Genivaldo Magela da Cruz Nélia Sílvia Marquez de Oliveira	Folha de S. Paulo
Jorge Faria Rudolfo Ponce de Leon Soriano Lago	Jornal da Tarde (O Estado de S. Paulo)
José Haroldo Hollanda Rubem Azevedo Lima Nelson Penteado Ademir Malavazi	Jornal de Brasília
Dário Macedo	José (Jornal da Semana Inteira)
Luiz Eduardo da Costa	Rádio Jornal de Brasília (AM)
Zenaide G. A. Morgado	Rádio Jornal de Brasília (FM)
João Alexandre Lombardo Eliane Sobral	Gazeta Mercantil
José Paulo Luz Lacerda Flamarion Mosri	O Estado de S. Paulo
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero Esaú Afonso de Carvalho Wanderval Calaça de Mendonça	OBN (Organização Brasileira de Notícias)
Rita Maria Francisco Pereira Lyra Maria Izabel S. T. de Freitas Luiz Fernando Prado Fraga Guilherme de Sena Varjão Nelci Maria Estein Deigmar Maria Silva	EBN — Empresa Brasileira de Notícias

Jornalistas	Órgãos
Maria Rosa Costa Rita Nardelli Lontra	Rádio Planalto (Correio Braziliense)
Maria Tereza Cardoso Doramaria Tavares de Lima Kramer	Jornal do Brasil
Maria Auxiliadora Olímpio G. Hackradt Rosângela Bitta	Agência JB
Aldo Renato Soares Sandra Sato	Rádio Eldorado (AM) (O Estado de S. Paulo)
Ary Cícero de Moraes Ribeiro Paulo Cezar Castanheiro Coelho João Borges Muniz	Rádio Eldorado (FM) (O Estado de S. Paulo)
Luiz Elinar Solano	Jornal Tribuna de Brasília (Editora Jornalística Tribuna de Brasília)
Cláudio José de Miranda Pedroso	Revista Visão
Vicente Limongi Neto	Jornal Tribuna da Imprensa (S/A Editora)
Hermano de Deus Nobre Alves	Diário Popular (São Paulo)
Luiz Alencar Monteiro	Jornal do Congresso Nacional
Francisco José Lustosa da Costa	Diário do Nordeste
Ossian da Silveira Brito	O Liberal
Bertha Pellegrino	VCA — Produções
Cesar Bellez Wamburg Fábio Paiva Gomes	Rádio Globo de Brasília Ltda. (Sistema Globo de Brasília)
Ilara Maria Viotti José Carlos Bardawil	Revista Senhor
Mauren Inez Rojahn Pinto	Correio do Brasil
João Batista Parreira Saraiva	Televisão Capital Ltda.
Alícia Gonçalves Santiago	Rádio Bandeirantes
Valério Cruz Britto Rosane Andrade Garcia	Zero Hora (Editora Jornalística)
Eduardo Antonio Leão Coelho Zulcy Borges de Souza	DCI — Jornalística S/A
Emílio de Faria Braga José Seabra Neto	Revista Afinal
Ana Cristina Gonçalves Oliveira	Última Hora
Denize J.P. Madueno Silva Weiller Diniz	Rádio Manchete
Alexandre Eggers Garcia	TV Globo
Carlos Chages Afonso Cozzolino	TV Manchete
Paulo Cruz de Azevedo	Empresa de Notícias (Pirâmide)

V – COMPETÊNCIA DO SENADO COMO CÂMARA
LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

V — COMPETÊNCIA DO SENADO COMO CÂMARA LEGISLATIVA

Nos termos do disposto no art. 5º da Resolução nº 157, de 1988, que estabelece normas para que o Senado Federal exerça a competência de Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador Joaquim Domingos Roriz, na sessão plenária, realizada a 16 de fevereiro, entregou pessoalmente ao Senado Federal a Mensagem através da qual encaminhou o seu Plano de Governo, referente ao exercício de 1989. A Mensagem, que tomou o nº 15/89 (nº 204/89 na origem), após publicada, foi encaminhada à Comissão do Distrito Federal.

Nos termos do disposto no art. 16, **caput**, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Senado Federal, na sessão plenária, realizada no dia 10 de agosto, aprovou a indicação do Senhor Wanderley Vallim da Silva para exercer a função de Vice-Governador do Distrito Federal, conforme Mensagem nº 135/89 (nº 287/89, na Presidência da República), empossado naquela função, pelo Senado Federal, na sessão do dia 21 do mesmo mês.

Através da Resolução nº 78, de 1º de dezembro de 1989, o Senado Federal, aprovando o Projeto de Resolução nº 74/89, de autoria da Comissão do Distrito Federal, fixou a remuneração devida ao Vice-Governador do Distrito Federal, tomando por base o valor anteriormente estabelecido para o Governador e Secretários de Governo.

Ainda nesta sessão legislativa, através da Resolução nº 28, de 16 de junho, foram aprovadas as contas do Governo do Distrito Federal referentes ao exercício de 1987.

V.1 — COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(21 membros titulares e 12 suplentes)

Titulares

Meira Filho
Mauro Benevides (Presidente) ⁽¹⁾
Aluizio Bezerra
Aureo Mello
Márcio Lacerda
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leopoldo Peres
Ronaldo Aragão

PMDB

PFL

Odacir Soares (Vice-Presidente) ⁽¹⁾
Edison Lobão
João Lobo
Lourival Baptista

PSDB

José Paulo Bisol
Chagas Rodrigues
Pompeu de Sousa

Pequenos Partidos

Maurício Corrêa — PDT
Mauro Borges — PDC ⁽⁶⁾
Carlos De'Carli — PTB
João Castelo — PDS ⁽⁷⁾
Ney Maranhão — PMB ⁽²⁾

Suplentes

Almir Gabriel ⁽⁴⁾
Wilson Martins
Raimundo Lira
Mansueto de Lavor
Alfredo Campos ⁽⁴⁾

João Menezes
Hugo Napoleão

Dirceu Carneiro ⁽⁵⁾
José Richa ⁽³⁾

Moisés Abrão — PDC
Olavo Pires — PTB
Jarbas Passarinho — PDS

(1) Eleitos em 6 de abril.

(2) Designado em 19 de maio pela composição PSB/PMB.

(3) Substituído, em 20 de agosto, pelo Senador Silvio Name.

(4) Substituídos, em 12 de setembro, respectivamente, pelos Senadores José Fogaça e Ronan Tito.

(5) Substituído, em 21 de novembro, pelo Senador Marcos Mendonça.

(6) Sem partido a partir de 19 de novembro.

(7) Filiado ao PRN a partir de 31 de maio.

A Comissão foi designada em 14 de março e, após a promulgação do novo Regimento Interno, reformulada em 16 de maio, com nova designação de seus membros, por indicação das respectivas lideranças. A competência do Senado para legislar na qualidade de Câmara Legislativa do Distrito Federal prolongar-se-á até o final da presente Legislatura, com a instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

V.2 — PROJETOS DE LEI DO DISTRITO FEDERAL

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/88	Governo do DF	Institui, no Distrito Federal, o adicional do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Lei nº 32, de 7-7-89
1/89	Pompeu de Sousa	Regulamenta, para o Distrito Federal, o princípio de "gestão democrática do ensino público", estabelecido pelo art. 206, item VI, da Constituição Federal.	Em tramitação
2/89	Pompeu de Sousa	Estabelece diretrizes, critérios e conteúdo mínimo para elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal, fixa a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal para sua aprovação, e dá outras providências.	Em tramitação
3/89	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 402.989.269,00 (quatrocentos e dois milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e nove cruzados novos), e dá outras providências.	Lei nº 16, de 11-4-89
4/89	Governo do DF	Dispõe sobre a reestruturação das categorias funcionais de Assistente Social, Técnico em Comunicação Social, Enfermeiro, Geógrafo, Sociólogo e Nutricionista, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.	Lei nº 23, de 12-6-89
5/89	Governo do DF	Dispõe sobre a contagem em dobro do tempo de serviço efetivamente prestado em Brasília, no período compreendido entre 21 de abril de 1960 e 20 de abril de 1962, pelos funcionários públicos civis do Governo do Distrito Federal.	Lei nº 22, de 12-6-89
6/89	Meira Filho	Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis que especifica, e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
7/89	Governo do DF	Institui normas para a atualização monetária de débitos com a Fazenda Pública do Distrito Federal, altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	Lei nº 27, de 28-6-89
8/89	Governo do DF	Altera o art. 93 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	Lei nº 24, de 22-6-89
9/89	Governo do DF	Institui a gratificação pelo desempenho de atividades de trânsito no Departamento de Trânsito do Distrito Federal.	Lei nº 17, de 30-5-89
10/89	Governo do DF	Cria e extingue unidades orgânicas na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 31, de 7-7-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/89	Governo do DF	Estende, aos integrantes da categoria funcional de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, disposições do Decreto-Lei nº 2.387, de 18 de dezembro de 1987.	Lei nº 18, de 30-5-89
12/89	Tribunal de Contas do DF	Dispõe sobre a gratificação extraordinária dos Servidores da Tabela de Pessoal do Tribunal de Contas do Distrito Federal.	Lei nº 21, de 8-6-89
13/89	Governo do DF	Faculta o direito de opção pela aposentadoria à conta do Distrito Federal a ex-servidores do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 26, de 28-6-89
14/89	Governo do DF	Suspende a aplicação da Lei nº 8, de 29 de dezembro de 1988.	Lei nº 28, de 28-6-89
15/89	Governo do DF	Dispõe sobre a criação da Carreira Fiscalização e Inspeção, dos respectivos cargos, fixação dos valores de seus vencimentos e dá outras providências.	Lei nº 39, de 6-9-89
16/89	Poder Executivo	Altera a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal.	Prejudicado
17/89	Maurício Corrêa	Denomina "Teatro Nacional Cláudio Santoro" o Teatro Nacional de Brasília.	Lei nº 37, de 1º-9-89
18/89	Governo do DF	Dispõe sobre os vencimentos dos membros da carreira de Procurador do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 19, de 2-6-89
19/89	Pompeu de Sousa	Estabelece a eleição direta dos Administradores Regionais no Distrito Federal, fixa suas atribuições e dá outras providências.	Em tramitação
20/89	Governo do DF	Reestrutura o Grupo Direção e Assistência Intermediárias, de que trata a Lei nº 6.762, de 18 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	Lei nº 35, de 13-7-89
21/89	Governo do DF	Estabelece a carga horária dos servidores civis da Administração Direta e Autárquica e das Fundações Públicas do Distrito Federal.	Lei nº 34, de 13-7-89
22/89	Governo do DF	Reajusta os vencimentos, salários, soldos, proventos, pensões e demais remunerações dos servidores civis e militares da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 20, de 2-6-89
23/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a participação popular no processo legislativo do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho).	Em tramitação
24/89	Tribunal de Contas do DF	Dispõe sobre a revisão dos vencimentos básicos dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dos membros do Ministério Público junto ao mesmo Tribunal, e dá outras providências.	Lei nº 30, de 7-7-89
25/89	Governo do DF	Cria a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.	Retirado pelo Autor
26/89	Governo do DF	Dispõe sobre a política ambiental do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 41, de 13-9-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
27/89	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento do Distrito Federal, créditos adicionais até o limite de trezentos e trinta milhões de cruzados novos, e dá outras providências.	Lei nº 29, de 4-7-89
28/89	Governo do DF	Cria a Carreira Auditoria Tributária, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	Lei nº 33, de 12-7-89
29/89	Governo do DF	Extingue órgãos e cargo, altera a estrutura da Administração do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 49, de 25-10-89
30/89	Governo do DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar bens imóveis.	Em tramitação
31/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais funcionais do Governo do Distrito Federal e a utilização dos recursos dela oriundos na recuperação das escolas da rede oficial de ensino. (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho.)	Em tramitação
32/89	Governo do DF	Aprova tabelas das Fundações Públicas do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 36, de 14-7-89
33/89	Governo do DF	Cria, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a carreira Apoio às Atividades Jurídicas, e dá outras providências.	Lei nº 43, de 19-9-89
34/89	Governo do DF	Dispõe sobre a regularização ou desconstituição de parcelamentos urbanos implantados no território do Distrito Federal, sob a forma de loteamentos ou condomínios.	Veto total 29-9-89
35/89	Governo do DF	Altera denominações de unidades orgânicas da Secretaria de Segurança Pública, e dá outras providências.	Lei nº 45, de 29-9-89
36/89	* Poder Executivo	Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.	Lei nº 47, de 2-10-89
37/89	Governo do DF	Dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
38/89	Governo do DF	Cria a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.	Lei nº 40, de 13-9-89
39/89	Governo do DF	Dispõe sobre a política salarial dos servidores civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 38, de 6-9-89
40/89	Governo do DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar, com o aval da União, operação de crédito no valor de até US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares americanos).	Lei nº 42, de 19-9-89
41/89	Comissão do DF	Dá o nome de "Parque Chico Mendes" ao "Parque do Guará". (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho)	Em tramitação
42/89	Comissão do DF	Dispõe sobre normas para a proteção do meio ambiente nos casos que especifica. (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho)	Lei nº 56 de 24-11-89

(*) Projeto oriundo do Poder Executivo, anterior à Constituição Federal vigente.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
43/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a utilização das águas subterrâneas situadas no Distrito Federal. (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho)	Lei nº 55, de 24-11-89
44/89	Comissão do DF	Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Fundação Universidade Regional do Distrito Federal, e dá outras providências. (Apresentado por sugestão do Deputado Valmir Campelo)	Em tramitação
45/89	Comissão do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 158.843.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e três mil cruzados novos), e dá outras providências.	Lei nº 44, de 26-9-89
46/89	Tribunal de Contas do DF	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 2, de 30 de novembro de 1988, e dá outras providências.	Lei nº 48, de 18-10-89
47/89	Governo do DF	Cria funções do grupo Direção e Assistência Intermediárias, nas tabelas de pessoal que menciona.	Lei nº 53, de 22-11-89
48/89	Governo do DF	Organiza o Gabinete do Vice-Governador do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 46, de 2-10-89
49/89	Maurício Corrêa	Dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais no Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
50/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Regional de Taguatinga (Região Administrativa III). (Apresentado por sugestão do Deputado Francisco Carneiro)	Lei nº 65, de 14-12-89
51/89	Governo do DF	Ratifica e mantém o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal — Fundefe, e dá outras providências.	Lei nº 79, de 29-12-89
52/89	Governo do DF	Extingue e cria Regionais de Ensino na Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 60, de 5-12-89
53/89	Governo do DF	Dispõe sobre o Código de Posturas do Distrito Federal.	Em tramitação
54/89	Governo do DF	Reestrutura a Categoria Funcional de Assistente Jurídico do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 1973, fixa a sua retribuição, e dá outras providências.	À sanção Veto total
55/89	Governo do DF	Cria empregos em comissão na tabela de empregos em comissão da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.	Retirado pelo Autor
56/89	Governo do DF	Cria a carreira Administração Pública do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	Lei nº 51, de 13-11-89
57/89	Governo do DF	Estima a Receita e fixa Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1990.	Lei nº 89, de 29-12-89
58/89	Pompeu de Sousa	Dá a denominação de "Parque da Cidade" ao "Parque Recreativo Rogério Python Serejo Farias".	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
59/89	Governo do DF	Dispõe sobre a regularização ou desconstituição de parcelamentos urbanos implantados no território do Distrito Federal sob a forma de loteamentos ou condomínios de fato.	Lei nº 54, de 23-11-89
60/89	Áureo Mello	Regulamenta o tratamento acústico em casas de diversões que funcionam com música ao vivo ou eletrônica no Distrito Federal.	Em tramitação
61/89	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 670.065.000,00 (seiscentos e setenta milhões e sessenta e cinco mil cruzados) e dá outras providências.	Lei nº 50, de 30-10-89
62/89	Governo do DF	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.	Lei nº 67, de 19-12-89
63/89	Comissão do DF	Autoriza a instituição da Fundação Memorial Israel Pinheiro, e dá outras providências.	Lei nº 63, de 12-12-89
64/89	Comissão do DF	Determina a eleição de um Diretor Representante dos funcionários para a diretoria de todas as empresas sobre administração direta ou indireta do Governo do Distrito Federal e dá outras providências. (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho.)	Rejeitado
65/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a utilização de cursos d'água na área do Distrito Federal por empresas industriais e agroindustriais. (Apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho.)	Em tramitação
66/89	Governo do DF	Cria a carreira Magistério Público do Distrito Federal, seus cargos e empregos, fixa os valores de seus vencimentos e salários e dá outras providências.	Lei nº 66, de 18-12-89 Veto parcial
67/89	Governo do DF	Cria Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 58, de 28-11-89
68/89	Maurício Corrêa	Limita a execução orçamentária durante o exercício financeiro de 1990.	Em tramitação
69/89	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bens de uso comum do povo, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.	Lei nº 52, de 20-11-89
70/89	Governo do DF	Cria a carreira Atividades Rodoviárias no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal/DER-DF e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	Lei nº 68, de 22-12-89
71/89	Governo do DF	Cria a carreira Atividades de Trânsito no Departamento de Trânsito do Distrito Federal/DF e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	Lei nº 69, de 22-12-89
72/89	Governo do DF	Cria, no Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os Cargos de Natureza Especial que menciona e dá outras providências.	Lei nº 57, de 24-11-89
73/89	Governo do DF	Dispõe sobre feriados no DF.	Lei nº 72, de 27-12-89
74/89	Governo do DF	Autoriza o Distrito Federal a alienar imóveis.	A sanção Veto parcial

Nº	Autor	Ementa	Resultado
75/89	Comissão do DF	Veda construção em Brasília, nos locais e nas condições que menciona. (Apresentado por sugestão do Deputado Geraldo Campos.)	Em tramitação
76/89	Comissão do DF	Estabelece reservas de projeções e lotes de terreno em planos de expansão urbana do Distrito Federal para os fins que especifica, e dá outras providências. (Apresentado por sugestão do Deputado Francisco Carneiro.)	Em tramitação
77/89	Governo do DF	Altera dispositivos das Leis nºs 39, de 6 de setembro de 1989, e 43, de 19 de setembro de 1989, e dá outras providências.	Lei nº 78, de 29-12-89
78/89	Governo do DF	Autoriza a desafetação do domínio de bem de uso comum do povo, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.	Lei nº 84, de 29-12-89
79/89	Governo do DF	Introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	Lei nº 76, de 28-12-89
80/89	Governo do DF	Dispõe sobre reajuste dos vencimentos, salários, proventos e demais retribuições dos Servidores Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lei nº 62, de 12-12-89
81/89	Governo do DF	Dispõe sobre a adequação das Tabelas de Empregos Permanentes e em Comissão da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.	Lei nº 73, de 28-12-89
82/89	Governo do DF	Cria a Carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e seus empregos, fixa os valores de seus salários e dá outras providências.	Lei nº 82, de 29-12-89
83/89	Governo do DF	Cria a Carreira Assistência Social Pública no Distrito Federal e seus Empregos Permanentes, fixa os valores dos seus salários e dá outras providências.	Lei nº 85, de 29-12-89
84/89	Governo do DF	Cria as Carreiras Administração Pública e Atividades Culturais na Tabela de Pessoal da Fundação Cultural do Distrito Federal, seus empregos, fixa os valores de seus salários e dá outras providências.	Lei nº 86, de 29-12-89
85/89	Governo do DF	Altera a Lei nº 33, de 12 de julho de 1989, e dá outras providências.	de 28-12-89 Lei nº 74,
86/89	Governo do DF	Altera dispositivos das Leis nºs 13 e 14 de 30 de dezembro de 1988, e dá outras providências.	Lei nº 80, de 29-12-89
87/89	Governo do DF	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de NCz\$ 282.216.000,00 (duzentos e oitenta e dois milhões duzentos e dezesseis mil cruzados novos) e dá outras providências.	Lei nº 59, de 29-11-89
88/89	Governo do DF	Dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da categoria funcional de Assistente Jurídico do Grupo Serviços Jurídicos de que trata a Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências.	Lei nº 64, de 14-12-89

Nº	Autor	Ementa	Resultado
89/89	Governo do DF	Dispõe sobre os salários dos servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 75, de 28-12-89
90/89	Governo do DF	Transforma a Escola Classe 32 da Ceilândia em Centro de Ensino de 1º Grau de Ceilândia, da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 71, de 26-12-89
91/89	Governo do DF	Altera as atribuições e a composição do Conselho de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências.	Lei nº 70, de 22-12-89
92/89	Governo do DF	Cria a Carreira Assistência à Educação na Fundação Educacional do Distrito Federal e seus empregos; fixa os valores de seus salários e dá outras providências.	Lei nº 83, de 29-12-89
93/89	Governo do DF	Cria a Carreira Assistência Pública à Saúde na Fundação Hospitalar do Distrito Federal e seus empregos, fixa os valores de seus salários e dá outras providências.	Lei nº 87, de 29-12-89
94/89	Comissão do DF	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Regional do Gama (apresentado por sugestão do Deputado Francisco Carneiro).	Em tramitação
95/89	Tribunal de Contas do DF	Cria, no Tribunal de Contas do Distrito Federal, a Carreira Administração Pública, com seus respectivos cargos, fixa os valores de vencimentos e dá outras providências.	Lei nº 88, de 29-12-89
96/89	Governo do DF	Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, dentro dos limites territoriais do Distrito Federal.	Lei nº 77, de 29-12-89
97/89	Comissão do DF	Cria, no Governo do Distrito Federal, um Grupo de Trabalho para redefinir as regiões administrativas do Distrito Federal (apresentado por sugestão da Deputada Maria de Lourdes Abadia).	Em tramitação

V.3 — VETOS APOSTOS A PROJETOS DE LEI DO DISTRITO FEDERAL E APRECIADOS PELO SENADO FEDERAL

Projeto de Lei nº	Autor	Ementa	Resultado
1/88	Governo do DF	Dispõe sobre a concessão de abono aos servidores civis e militares do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações públicas e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.	Veto parcial rejeitado. promulgado o art. 3º da Lei nº 1/88, em 16-3-89
48/87	Poder Executivo	Introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.	Veto total mantido, em 28-3-89
3/88	Governo do DF	Institui, no Distrito Federal, o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências. (Parte vetada — parágrafo único do art. 6º)	Lei nº 8-DF, de 29-12-88 Veto parcial mantido, em 28-3-89
5/88	Tribunal de Contas do DF	Dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. (Parte vetada — art. 4º)	Lei nº 5-DF, de 29-12-88 Veto parcial mantido, em 11-5-89
34/89	Governo do DF	Dispõe sobre a regularização ou desconstituição de parcelamentos urbanos implantados no território do Distrito Federal, sob a forma de loteamentos ou condomínios.	Veto total mantido, em 24-10-89
54/89	Governo do DF	Reestrutura a categoria funcional de Assistente Jurídico do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.920, de 1973, fixa sua retribuição, e dá outras providências.	Veto total mantido, em 22-11-89

V.4 — DENÚNCIA CONTRA O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/89	Advogado Osmar Alves de Melo	Crime de responsabilidade imputado ao Governador José Aparecido, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.454, de 1977.	Arquivada

Obs.: Recebimento da denúncia: 6 de janeiro de 1988.

Parecer da Comissão do Distrito Federal nº 31/89, lido na sessão do dia 5 de maio de 1989, concluindo pelo arquivamento da denúncia.

Apreciação do parecer da Comissão pelo Plenário, na sessão do dia 17 de maio de 1989.

V.5 — SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às matérias apreciadas pelo Senado como Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Total dos Projetos de Lei	98
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	97
Aprovados e enviados à sanção	74
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	1
desta sessão legislativa	73
Continuam em tramitação	19
Retirados de tramitação	3
Rejeitado	1
Considerado prejudicado	1
Total dos vetos apreciados	6
Sendo:	
rejeitado: mantida portanto a parte vetada	1
aprovados os vetos	5
Denúncia	1